

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

21(1) jan./jul., 2019

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

21(1) jan./jul., 2019

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Flaviane Romani Fernandes Svartman, *Universidade de São Paulo*

Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil
Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil
Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Esperança Cardeira, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil
Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal
Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil
João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil
Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil
Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil
Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal
Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista*, Brasil
Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal
Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil
Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2019 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,
vol. 21, número 1

Sumário

Apresentação

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa, Flaviane Romani
Fernandes Svartman
7-8

Diálogos com Marcuschi: sociocognição, argumentação e ensino

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, Renata Palumbo
9-24

Uma revisão do conceito de texto e suas implicações para os estudos filológicos

Luiz Eleildo Pereira Alves, Expedito Eloísio Ximenes
25-42

*Estudo do processo de transmissão de Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa, em
livros didáticos de língua portuguesa*

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
43-60

Cotejo entre variantes gráficas em manuscritos goianos dos séculos XVIII e XIX

Carolina Faleiros Felício, Vanessa Regina Duarte Xavier
61-79

*Traços paleográficos de receitas culinárias novecentistas: uma análise no âmbito da
Crítica Textual*

Marcos Alexandre dos Santos, Márcia Cristina de Brito Rumeu
81-97

Tipologia das obras lexicográficas e o léxico histórico do Português Brasileiro

Claudio de Assis da Cunha, Vanderci de Andrade Aguilera
99-114

A co-construção da imagem de Michel Butor: argumentação em entrevistas literárias

Amayi Luiza Soares Koyano
115-138

Apresentação

O volume 21(1) da revista *Filologia e Linguística Portuguesa* traz a público sete artigos, que contemplam diferentes temáticas no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos. Apresentam-se resultados de pesquisas referentes aos campos da Filologia, da Análise do Discurso e da Lexicografia. Os artigos que compõem este volume certamente contribuem com a reflexão sobre questões relevantes em cada uma das disciplinas abordadas.

O artigo que abre o volume intitula-se *Diálogos com Marcuschi: sociocognição, argumentação e ensino*. Em sua pesquisa, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino e Renata Palumbo ressaltam a importância da produção bibliográfica de Luiz Antônio Marcuschi, desenvolvida a partir dos anos 70 do século XX. As autoras estabelecem diálogos com os estudos de Marcuschi e relacionam-nos ao ensino de argumentação, a fim de compreenderem os processos específicos de aprendizagem na área da Língua Portuguesa. Para atingir-se o objetivo proposto, examinam-se respostas de uma atividade de ensino de argumentação, realizada com alunos do primeiro ano de graduação. A análise dos resultados indica que o ensino-aprendizagem da argumentação deve levar em conta as etapas dos processos e das atividades cognitivas dos alunos, para a compreensão dos gêneros discursivos argumentativos.

No artigo seguinte, intitulado *Uma revisão do conceito de texto e suas implicações para os estudos filológicos*, Luiz Eleildo Pereira Alves e Expedito Eloísio Ximenes partem da constatação de que transformações conceituais no âmbito da Linguística justificam a revisão do conceito de *texto*. Afirmam os autores que, na Linguística Textual, o texto deve ser contemplado para além de seus componentes materiais. O artigo visa ao aprofundamento da discussão sobre o conceito de Filologia Textual, com base em argumentação desenvolvida no sentido de demonstrar como perspectivas teóricas da Linguística de Texto tendem a contribuir com o desenvolvimento das pesquisas no campo da Filologia.

Em *Estudo do processo de transmissão de Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa, em livros didáticos de língua portuguesa*, Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto e Manoel Mourivaldo Santiago Almeida examinam o processo de transmissão pelo qual passou *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, até chegar aos alunos e professores da educação básica, por meio de livros didáticos. Analisa-se uma amostra de excertos em seis livros didáticos, com base no cotejo com a quinta edição da obra. Comentam-se os casos de modificações não-autorais identificados a partir de uma abordagem filológica. Observam os autores que as alterações textuais encontradas nos livros didáticos podem prejudicar os estudantes, uma vez que muitas vezes o seu acesso ao texto dá-se unicamente por obras didáticas.

As autoras Carolina Faleiros Felício e Vanessa Regina Duarte Xavier fazem, em seu artigo, um *Cotejo entre variantes gráficas em manuscritos goianos dos séculos XVIII e XIX*. Examinam um corpus composto por quarenta cartas redigidas em Goiás entre 1751 e 1752, e um processo de partilha e inventário de bens procedente de Catalão, Goiás, datado de 1851. A pesquisa tem como objetivo analisar casos de variação gráfica registrados nos documentos referidos. Comparam-se as variantes examinadas com grafias presentes em dicionários como Bluteau e Moraes Silva, a fim de verificar se há correspondência entre as grafias empregadas no corpus e nos dicionários. Uma

FLP21(1)

das conclusões a que chegam as autoras é que a escrita de determinado período não é marcada apenas por particularidades de sua época, mas podem apresentar traços de outros períodos, dado que há um *continuum* entre os diferentes períodos da escrita.

O artigo intitulado *Traços paleográficos de receitas culinárias novecentistas: uma análise no âmbito da Crítica Textual*, da autoria de Marcos Alexandre dos Santos e Márcia Cristina de Brito Rumeu, apresenta uma descrição minuciosa de aspectos paleográficos de receitas culinárias produzidas em Minas Gerais, no início do século XX. Com base em edições fac-similar e diplomática dos textos estudados, faz-se a descrição da morfologia das letras manuscritas. A caracterização paleográfica de textos manuscritos durante o século XX, como o caso estudado neste artigo, é muito relevante não só para a descrição das práticas de escrita nos livros de receita da época, mas também de modo mais amplo, na medida em que ainda não se encontra feita uma descrição global dos modelos de escrita manuscrita praticados durante o século XX no Brasil.

Em *Tipologia das obras lexicográficas e o léxico histórico do Português Brasileiro*, Cláudio de Assis da Cunha e Vanderci de Andrade Aguilera tratam da dificuldade quanto à definição dos diferentes tipos de obras lexicográficas, uma vez que a diferença entre dicionário, léxico, tesouro, vocabulário ou glossário não é consensual entre os estudiosos da matéria. Segundo explica o autor, alguns metalexícógrafos se baseiam em critérios linguísticos para estabelecer sua tipologia, outros na história da lexicografia, outros, ainda, em trabalhos lexicográficos já existentes. O artigo busca trazer à luz as particularidades de cinco tipos de obras lexicográficas (dicionário, léxico, tesouro, vocabulário e glossário), com o objetivo de colaborar para o reconhecimento das especificidades de cada uma dessas tipologias e discutir o status de uma obra lexicográfica realizada sobre manuscritos dos períodos colonial e imperial do Brasil.

O volume conclui-se com *A co-construção da imagem de Michel Butor: argumentação em entrevistas literárias*, artigo em que Amayi Luiza Soares Koyano afirma que o *ethos* e a argumentação contribuem com o estudo das entrevistas literárias. Analisam-se duas entrevistas do escritor francês Michel Butor (1926-2016), com o objetivo de melhor compreender a co-construção da imagem do escritor nessas entrevistas literárias, ocorridas em dois momentos distintos de sua carreira. O artigo evidencia as contribuições dos entrevistadores, em especial durante a segunda entrevista, na co-construção das imagens do escritor, bem como a forma como a obra de Proust adquire, na narrativa de vida de Butor, um sentido mais amplo e, portanto, mais poético.

Os editores

Diálogos com Marcuschi: sociocognição, argumentação e ensino

Dialogues with Marcuschi: sociocognition, argumentation and teaching

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino*
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Renata Palumbo**
Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Os estudos que intercalam a ciência cognitiva às questões sobre as interações humanas via linguagens no Brasil têm, em Marcuschi, um de seus principais expoentes, em razão de o autor ter se dedicado, sobremaneira, aos mecanismos semânticos, pragmáticos, referenciais e inferenciais, constitutivos e constituintes dos discursos orais e escritos e de suas produções de sentido a partir de uma perspectiva sociocognitiva, que era pouco explorada na ocasião em que passou a desenvolver seus trabalhos na década de 70. Estabelecemos diálogos com esses estudos de Marcuschi, relacionando-os ao ensino de argumentação, a fim de compreendermos processos específicos de aprendizagem na área de Língua Portuguesa. Examinamos as respostas de uma atividade de ensino de argumentação, realizada por vinte e um alunos de primeiro ano de graduação com a atenção voltada para os mecanismos cognitivos e linguísticos ativados para a compreensão. Após as análises, podemos afirmar que o ensino-aprendizagem da argumentação deve levar em conta as etapas dos processos e das atividades cognitivas dos alunos, uma vez que é pela sua ativação que se podem compreender gêneros discursivos argumentativos, bem como se podem alcançar estados mentais determinados, mas não acabados, tal como o é a opinião.

Palavras-chave: Sociocognição. Compreensão. Argumentação. Ensino.

Abstract: Studies that interweave cognitive science to the questions about human interactions via languages in Brazil have, in Marcuschi, one of its main exponents, because the author has dedicated himself to the semantic, pragmatic, referential and inferential, constitutive and constituent elements of orality and writing and their productions of meaning from a sociocognitive perspective, which was underexplored at the time when the author began to develop its works in the 70's. We established dialogues with these Marcuschi studies, relating them to the teaching of argumentation, in order to understand specific processes of learning in the area of Portuguese Language. We examined the responses of an argumentative teaching activity performed by twenty-one undergraduate students with attention focused on the cognitive and linguistic mechanisms activated for comprehension. After the analysis, we can affirm that the teaching-learning of the

* Pós-Doutora pela Universidade do Minho e Doutora pela Universidade de São Paulo, Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; ziaquino@usp.br

** Pós-Doutora e Doutora pela Universidade de São Paulo, Professora dos cursos de Letras e Pedagogia, Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade, São Paulo, SP, Brasil; prof.renata.palumbo@gmail.com

argumentation must consider the stages of the processes and the cognitive activities of the students, since it is by its cognitive activation that students can understand argumentative discursive genres, as well as reach certain mental states, but not finished, as is the opinion.

Keywords: Sociocognition. Comprehension. Argumentation. Teaching.

1 INTRODUÇÃO

A questão não está em decidir como identificar eixos cognitivos ou progressões referenciais canônicas, mas sim como lidar com a cognição e os referentes de um modo mais geral. Eu creio que hoje, mais do que nunca, a questão das categorias, dos protótipos, dos estereótipos, *frames* e *topoi* está na ordem do dia. (Marcuschi, 2001, p. 103).

Em nosso grupo de estudos sobre discurso e argumentação, a questão central que nos move relaciona-se ao entendimento dos mecanismos argumentativos e sociocognitivos, acionados pelos locutores em ocasião de seus processos de leitura e produções discursivas em situações interativas diversas, inseridas em ambientes caracterizados pelo dinamismo da cultura de massa e da globalização, das plataformas digitais, das transformações das mídias na sociedade contemporânea. Durante os anos de nossa pesquisa, temos encontrado, nos estudos de Marcuschi (2005, 2007a [1999, 2005], 2007b [1984], 2008), caminhos possíveis de se estenderem às pesquisas acerca da argumentação para uma dimensão sociocognitiva e pensá-la como prática complexa e realizada de maneira colaborativa e situada.

O Professor Marcuschi distancia-se de uma noção de ordenação pré-existente e fixa do mundo. Trata-se de um olhar sobre seres semióticos e sociocognitivos, os quais organizam esse mundo a partir da mobilização de vários elementos linguísticos, discursivos, históricos e sociocognitivos, conforme se observa a seguir:

É uma ordem essencialmente cognitiva e interativamente semiotizada: uma ordem histórica e sócio-interativa. Eu me atreveria dizer que uma tal atenção para a nossa condição sócio-cognitiva é um caminho sólido para superar o pensamento essencialista, já que este movimento insere no núcleo da reflexão a dinamicidade em detrimento do contorno fixo e pronto. (Marcuschi, 2007a [2005], p. 125).

A posição do autor diz respeito à comunicação intersubjetiva do mundo, à mobilização de pré-conhecimentos de várias ordens e ao estabelecimento de trajetórias cognitivas e discursivas, para que haja compreensão, negociação de sentidos, e (re)construção de referências. Esses apontamentos podem ser estendidos à função argumentativa da linguagem, em razão de esta fazer parte desse processo complexo de se relacionar com o outro e com o mundo, no interior do qual os interactantes selecionam determinados argumentos, orientam modos de ver ou são orientados, negociam os 'lugares comuns', propostos pela Retórica e pela Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002). Mais do que isso, pressupomos que a prática argumentativa está estreitamente relacionada aos processos de compreensão, discursiva e cognitivamente estabelecidos.

Com base nessas posições, sabemos que muito se tem discutido a respeito de como ensinar a escrita e a leitura de discursos com alto teor argumentativo nas escolas

FLP21(1)

e universidades, que se voltam, sobretudo, para a apresentação de fórmulas mecanicistas, ou mesmo, para uma língua que se distancia da relação que mantém com o mundo e com a mente humana, tal como postulado por Mascuschi. Propomos uma reflexão a respeito dos procedimentos de ensino-aprendizagem de argumentação, tendo em vista os pressupostos desse autor no que tange à sociocognição, por entendermos que corresponda a uma possibilidade de revisitar algumas práticas de sala de aula, de modo a localizar o papel da sociocognição no ensino de língua.

Dessa maneira, neste trabalho, estabelecemos um diálogo com Marcuschi, a fim de relacionar algumas de suas bases epistemológicas e concepções voltadas ao processo de compreensão e às atividades do ensino de argumentação. Selecionamos suas discussões acerca de cognição contingenciada, processos de compreensão, ensino de Língua Portuguesa, para examinar o modo como os alunos acionam conhecimentos de várias ordens em ocasião de suas leituras de um artigo de opinião. Nesse sentido, examinamos as marcas linguísticas, tanto as presentes no artigo de opinião, quanto nas respostas dos alunos (como seleção lexical entre outras) que operam discursivamente (por ex. em analogias, em modalizações etc.), para identificarmos processos (como percepção, classificação, formulação de hipóteses etc.) e estados mentais (como crença, opinião, intencionalidade e outros), os quais coparticipam da compreensão e da argumentação, de seu desenvolvimento e da construção da opinião.

Nosso corpus constituiu-se de uma atividade de ensino de argumentação, realizada por vinte e um alunos de primeiro ano de graduação de uma instituição sediada na cidade de São Paulo. Metodologicamente, procedemos do seguinte modo: em aula, após a explicação de alguns conceitos acerca da argumentação, os alunos leram o artigo de opinião *Tornar-se mulher – Quanto mais frágil a sociedade julga ser uma pessoa, mais a atacará*, de Leandro Karnal, publicado no jornal *Estado de São Paulo*, em oito de março de 2017. Em seguida, selecionaram segmentos textuais os quais não compreendiam, responderam a um questionário de leitura e elaboraram, em grupo, uma questão para debate ao final da atividade. Procedemos à análise qualitativa dos dados, de maneira a examinar as respostas a cinco itens, realizadas pelos discentes, tendo em vista a compreensão que tiveram acerca das questões propostas.

Os passos da atividade foram selecionados com a finalidade de se constituir um corpus que nos trouxesse subsídios de análise do ensino de argumentação em uma dimensão sociocognitiva. Nessa acepção, o artigo de opinião cumpre a função social de encaminhar olhares sobre um tópico. Para Marcuschi (2008, p. 228), “[...] nossa compreensão está ligada a esquemas cognitivos internalizados, mas não individuais e únicos. Assim, a percepção é, em boa medida, guiada e ativada pelo nosso sistema sociocultural internalizado ao longo da vida” e que é passível de ser acrescido por meio de rodas de conversa e de debates, no que tange à sala de aula.

Afasta-se, desse modo, a possibilidade de leitura única entre professor e alunos, além do fato de que é preciso utilizar estratégias argumentativas para defender um ponto de vista frente a outros. Além disso, a posição do articulista pode ser apreendida a partir de pistas linguísticas que levam a estratégias argumentativas selecionadas e empregadas por ele.

Por todos esses motivos a leitura desse gênero, artigo de opinião, insere-se em uma atividade extremamente ligada à argumentação, o que justifica nossa escolha quanto ao corpus. É preciso observar, ainda, que estamos frente a um processo

FLP21(1)

colaborativo e dinâmico de compreensão que comporta dupla mão ou dupla direção teórica, da sociocognição e da argumentação.

A importância do papel da argumentação, ainda que subliminarmente, vem sendo indicada desde os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) até agora na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), porém entendemos ser necessário levar em conta que o lócus da cognição se torna emergente no campo do ensino, como buscamos constatar pelas análises.

2 ABORDAGEM SOCIOINTERATIVA DA COGNIÇÃO: UM PERCURSO TEÓRICO COM MARCUSCHI

Para Marcuschi (2007a, p. 33), a cognição “diz respeito ao conhecimento, suas formas de produção e processamento”. Nessa posição, localizam-se discussões que foram conduzidas a partir de bases filosóficas, cujos conceitos o autor foi relacionando à linguagem e à interação humana, de modo a conduzir questionamentos no interior das ciências da linguagem, em um diálogo no qual a filosofia recebeu especial atenção. Pode-se dizer que desde pensamentos filosóficos clássicos até os de outros filósofos que os sucederam subsidiaram suas reflexões teóricas.

No que concerne ao conhecimento, tomou parte de seu percurso teórico a posição cética sobre: a construção do pensamento do sofista Górgias, o posicionamento de Platão no que diz respeito ao conhecimento ser inato, o misticismo de Santo Agostinho, para quem existia uma voz interior como fonte do conhecimento, o mentalismo de Kant e sua teoria dos esquemas, constituídos pela racionalidade humana.

Para estabelecer um contraponto no que diz respeito a essas posições filosóficas, Marcuschi (2002) questiona se a condição de verdade acerca do pensamento ou os pressupostos do inatismo dão conta de explicar certos mecanismos linguístico-cognitivos, por meio dos quais os participantes negociam os sentidos dos objetos de discurso, fazem inferências, produzem leituras. Com a proposta de explicar esses fenômenos, o autor parte de uma noção de conhecimento pelo viés da construção, como produto das interações humanas socialmente realizadas.

Nessa direção, ocorre distanciamento de uma concepção de língua, tomada como um instrumento de comunicação, a-histórica, transparente, homogênea, partindo do pressuposto de que os sentidos, produzidos via línguas naturais, não se esgotam no código semiolinguístico, em razão de o autor considerar outros elementos existentes no percurso de produção de sentido, tais como as condições históricas e culturais, as experiências coletivas e individuais, o fator cognitivo.

Em vários textos escritos pelo autor (2005, 2007a [1999], 2007b [1984], 2008), é possível localizar discussões a respeito dessa noção de cognição, ligada às interações humanas e ao discurso como evento social. Ao comparar duas vertentes que consideram a cognição nos estudos linguísticos, o gerativismo e a linguística cognitiva, Marcuschi assume posições vinculadas à perspectiva funcionalista da linguagem, por considerar que esse cognitivismo recusa a teoria da verdade como correspondência e pode dar conta de usos linguísticos metafóricos, metonímicos, polissêmicos, bem como das opacidades, das ambiguidades etc. Nessa direção, o autor afirma que:

[...] considerando a linguagem como faculdade mental, parece natural que tenhamos a ver com fenômenos cognitivos na análise da produção de sentido no uso de uma língua. Se por um lado a linguística formal, tal como o gerativismo, postula a autonomia do modelo linguístico na mente humana e analisa seus componentes separadamente da memória, do raciocínio etc., a linguística funcionalista, particularmente a cognitiva, supõe que os princípios de uso da língua incorporam princípios cognitivos mais gerais. (Marcuschi, 2007a [1999], p. 18).

No que concerne ao postulado que nega a ideia de autonomia da língua na perspectiva cognitiva, podemos observar que Marcuschi (2002, 2007a) vai ao encontro de algumas posições de Lakoff (1977) – no que se refere à existência de uma variedade de fatores experienciais, ligados à cognição – e de Fauconnier (1985, 1997), em relação ao conceito de mesclagem de elementos de ordens distintas por meio da qual se criam representações. Nessa direção, retomando o conceito da Teoria da Mesclagem, Marcuschi (2007a, p. 38; grifo do autor) afirma que: “[...] parece plausível defender a posição de que *conhecer é relacionar fenômenos e não simplesmente representar mentalmente um mundo externo*”.

Marcuschi (2007a, p. 35), ao afirmar que as línguas não consistem de um simples sistema de representação mental, sugere que se possa distinguir entre representações cognitivas e representações linguísticas. De maneira breve, o autor explica que a primeira corresponde aos esquemas mentais, enquanto a segunda consiste de “conceitos semânticos pragmaticamente aproveitáveis”. Entendemos que a representação cognitiva corresponde à unidade básica do pensamento, a partir da qual o homem cria um modelo do mundo real, que lhe permite ativar conceitos ou elementos do mundo que não estejam presentes. Ela organiza nosso pensamento, ao mesmo tempo em que decorre da cultura e do meio de cada indivíduo, podendo ser específica de cada um. Já a representação linguística está associada diretamente ao nosso processo de compreensão em torno do que conhecemos e/ou vivenciamos do uso da língua, sendo, pois, do âmbito da pragmática. Destacamos que, nessa abordagem, nem língua, nem cognição são entendidas como superiores uma a outra, ao contrário disso, tendo-as lado a lado, discute-se sua plasticidade no interior dos grupos culturais.

É assim que Marcuschi (2003 [1997]) cria vínculos entre cognição e língua em uso. Como se pode notar, sua hipótese sociocognitiva da construção do pensamento não se situa no interior de uma corrente teórica em específico, mas, sim, advém de reflexões baseadas em diversas áreas do conhecimento – Filosofia, Sociologia, Linguística.

Desse modo, foram bases epistemológicas distintas que delinearão o caminho do estudioso, que apresenta, em seus textos, o termo cognição contingenciada, referindo-se à “que se dá diretamente na elaboração mental vinculada a situações concretas colaborativamente trabalhadas na interação contextualizada” (Marcuschi, 2007a[1999], p. 19).

O termo “cognição contingenciada”, portanto, vincula os fenômenos cognitivos à situação interacional. Nessa articulação entre cognição, língua e sociedade, o autor considera a noção de contexto, conforme os preceitos de Kerbrat-Orecchioni (1996), que o entende como um conjunto de representações cognitivas que os interlocutores possuem e que mobilizam em momentos oportunos. Isso equivale a

FLP21(1)

dizer que o contexto comporta um quadro espacial (características físicas do lugar) e temporal, o objetivo da interação, os participantes e suas relações mútuas, os papéis que desempenham, além da representação que cada participante tem do próprio contexto e que pode ser diferenciada. Corresponde a situar o contexto em uma perspectiva sociocognitiva, e não objetiva.

Tais postulados de Marcuschi foram direcionados para suas discussões acerca da compreensão, entendida, pelo autor, como processo contínuo, ao mesmo tempo, individual e social, em que linguagem e sociocognição entrelaçam-se para que ocorram inferências por parte do leitor, assim como passamos a discorrer.

3 A COMPREENSÃO COMO PROCESSO SOCIOCOGNITIVO E INTERACIONAL

Marcuschi (2008) afirma que ler e compreender são equivalentes. Além do mais, ressalva que a compreensão de um texto corresponde a um processo cognitivo, no qual as faculdades mentais de indivíduos sociais agem com finalidades específicas, de maneira a desenvolver atividades inferenciais as quais dependem de conhecimentos de várias ordens: linguísticos, factuais (enciclopédicos), pessoais, de normas institucionais, e lógicos (processos). Nessa posição, ler não equivale a uma atividade objetiva de decodificação de mensagens e, por essa razão, é possível que um mesmo texto possua diferentes compreensões.

Se ler ou compreender o mundo a nossa volta fosse uma atividade inata do ser humano e ocorresse da mesma maneira com todos os indivíduos, provavelmente não nos depararíamos com situações de mal entendidos, ou mesmo, não localizaríamos baixos índices de compreensão, assim como os indicados em pesquisas nacionais e locais no campo do ensino no Brasil. Em 2016, o Instituto Paulo Montenegro (IPM) apresentou um relatório do Indicador do Analfabetismo Funcional (INAF), no qual se mostram proficientes apenas 8% dos participantes da pesquisa. Correspondem a essa classificação as pessoas que demonstraram aptidão para ler e compreender diversos gêneros textuais, tendo em vista as seguintes habilidades:

- Elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto.
- Interpreta tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo elementos que caracterizam certos modos de representação de informação quantitativa (escolha do intervalo, escala, sistema de medidas ou padrões de comparação) reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções).
- Resolve situações-problema relativos a tarefas de contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração, que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências. (IPM, 2016, p. 5).

Nessa mesma direção, os números indicativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015), em seu relatório de Alfabetização Nacional (ANA), indicam que, entre os estudantes do último ano do ensino médio de escolas públicas, 10% (em 2013) e 11% (em 2014) estão alocados no nível quatro de leitura e compreensão, que se refere ao mais avançado nessa pesquisa.

A maior parte, 67%, ocupa os níveis dois e três, em que é avaliada, sobremaneira, a identificação de informações explícitas em textos de curta e média extensão.

Em contrapartida a esses índices, ao se examinarem as diretrizes voltadas para o ensino de Língua Portuguesa, em especial de leitura, apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), tem-se que os alunos devam aprender a fazer inferências, relacionar texto e contexto – este de modo não especificado – reconhecer intencionalidades implícitas e identificar argumentos de acordo com o ciclo de aprendizado. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orienta-se que o aluno possa “ler textos que circulam no contexto escolar e no meio social com compreensão, autonomia, fluência e criticidade”, com um aprendizado progressivo via estratégias de leitura de textos de complexidade variada (MEC, 2018, p. 66-67).

Desse modo, relacionando essas considerações aos resultados indicados pelo IPM (quanto ao INAF) e pelo INEP, entendemos que os objetivos da educação da língua materna, hoje, não estão sendo alcançados com eficiência e tal conjuntura leva a outra problemática, relacionada ao ingresso e ao egresso desses alunos no ensino superior, em que as competências específicas de leitura não desenvolvidas no ensino fundamental deixam, constantemente, lacunas na formação específica para o mercado de trabalho. Deve-se, nesse sentido, refletir a respeito de procedimentos para a melhoria desses resultados não só durante a educação básica, mas também no decorrer da formação superior.

Nesse viés, retomamos Marcuschi (2003 [1997]), para quem a leitura deve ser treinada, pois não ocorre de modo inato e nem se desenvolve de maneira individual. O autor examina o ensino de leitura e ressalta a existência, nos manuais de ensino de língua da educação básica, de seções dedicadas à interpretação e à compreensão; entretanto, muitas vezes, esses exercícios voltam-se, sobremaneira, para a cópiação, não conduzindo à reflexão, ao aprofundamento de questões voltadas para a compreensão.

Essa maneira de conduzir o ensino de leitura ou compreensão reflete na formação leitora do aluno, que sentirá mais dificuldade de realizar leituras que requerem a utilização de estratégias específicas e a mobilização de conhecimentos sobre os quais os textos se referem.

A respeito do corpus sob análise, para examinar a compreensão do grupo de alunos em relação ao artigo de opinião proposto, selecionamos passos de aplicação da atividade: primeiramente, foi explicitada a necessidade de se levarem em conta o gênero do discurso e suas especificidades, as características do autor, a situação específica de produção, bem como se apresentaram algumas estratégias de argumentação a partir dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002); na sequência, a professora leu o artigo em voz alta e orientou os alunos a lerem individualmente, a marcarem as partes em que tinham dificuldade de compreender o conteúdo e a responderem um questionário; posteriormente, foram organizados grupos para debaterem acerca do tópico do artigo de opinião e elaborarem uma pergunta para um outro grupo, de modo a se estabelecer um debate entre todos com mediação da professora.

Importa-nos ressaltar que, na atividade apresentada aos alunos do ensino superior, selecionamos itens com graus de complexidade diversos, como: 1) O nome

FLP21(1)

do autor é; 2) O autor é (profissão, formação); 3) O texto é sobre; 4) A ideia defendida no texto é; 5) Os argumentos utilizados para validar essa ideia foram. Inserimos, ainda, um item 6 com a solicitação: Elaborem uma pergunta para debate a partir da leitura do artigo de opinião.

A questão 1 indaga a respeito de um aspecto formal do texto, sem haver necessidade de análise. Para Marcuschi (2003 [1997]), tal tipo de atividade é, frequentemente, localizada em exercícios de compreensão, presentes em manuais do ensino fundamental. Essa prática leva à habilidade de buscar pistas linguísticas em lugares específicos do texto – após o título, ao final do texto etc. – sem requerer que haja tarefa complexa de ordem cognitiva, para se alcançar o objetivo de leitura. Assim ocorreu com as respostas de todos os alunos que indicaram o nome Leandro Karnal para a questão 1 (vinte e uma respostas).

Em relação ao item 2, todos apresentaram a resposta *professor* (vinte e uma respostas) e alguns indicaram outras informações, tais como: historiador (cinco respostas), graduado em história (três respostas), doutor (duas respostas), escritor (três respostas). Sobre esse procedimento, observemos a tabela 1 subsequente:

Tabela 1 - Respostas da questão 2.

<i>Questões</i>	<i>Respostas</i>	<i>Quantidade de respostas</i>
2) O autor é (Profissão, formação)	<i>Professor</i> de história	1
	Escritor, <i>professor</i> de história, historiador	1
	Ele é <i>professor</i> , historiador, graduado em história	2
	<i>Professor</i> , escritor	2
	<i>Professor</i> , escritor, historiador e graduado em história	1
	<i>Professor</i> , filósofo e escritor	1
	<i>Professor</i> , historiador e doutor	3
	<i>Professor</i> , historiador, graduado em história e doutor [pela Universidade de São Paulo]	1, [1]
	<i>Professor</i>	4
	<i>Professor</i> e historiador	2

Para responder ao item 2, era necessário tomar parte de informações que estavam além do texto que tinham em mãos, de modo a mobilizar pré-conhecimentos armazenados na memória de longo ou curto prazo. Tendo em vista que os alunos estavam lendo um livro do mesmo autor a respeito de educação, assim já o conhecendo, puderam ativar informações de ordem pragmática, para que o campo cognitivo referencial *autor do artigo de opinião* fosse ampliado para além do nome explicitado no texto, podendo servir de pistas para análises posteriores, caso fossem elaboradas determinadas relações de ordem cognitiva.

Mesmo com tais pré-conhecimentos, não é possível afirmar que essa informação teve especial papel no processo de compreensão do texto no que se refere à identificação da tese e dos caminhos da argumentação apresentados pelo autor, tal como pudemos examinar em nossas análises (tabelas 2 e 3). Sobre o item 3 – *O texto é sobre* – foram apresentadas as seguintes respostas (tabela 2):

Tabela 2 - Respostas da questão 3.

<i>Questão</i>	<i>Respostas</i>	<i>Quantidade de respostas</i>
3) O texto é sobre	<i>Mulher</i> , cultura do estupro, homofobia e raciocínio (JLZ)	1
	<i>Mulher</i> (PLSS), (AMO), (MJR), (AGL), (SEM), (PML), (RBA)	7
	<i>Mulher</i> , homofobia e igualdade (ECMS)	1
	A fragilidade do <i>sexo feminino</i> (TSL)	1
	<i>Mulher</i> , homofobia, diferenças (EB)	1
	O tratamento dado à <i>mulher</i> (JLM)	1
	Tornar-se <i>mulher</i> (NDL)	1(*)
	Uma sociedade machista e preconceituosa (NA)	1
	O preconceito contra as <i>mulheres</i> , a desvalorização da figura feminina (NAN)	1
	O preconceito contra as <i>mulheres</i> (ANOMM), (JPO)	2
	O machismo (preconceito com tudo o que envolve a <i>mulher</i>) (GBN)	1
	O Dia Internacional da <i>Mulher</i> (VNL)	1
	Preconceito contra a <i>mulher</i> , abuso, a forma como ela é vista pela sociedade e exemplos de como está enraizada essa visão equivocada (BC)	1
	O direito da <i>mulher</i> (RBS)	1

(*) observação: é o título do artigo

Ao examinar o artigo de opinião (anexo 1), localizam-se pistas linguísticas que podem ter sido utilizadas para as respostas anteriores. A temática em torno da mulher e indicada por todos os alunos aparece no título *Tornar-se mulher – Quanto mais frágil a sociedade julga ser uma pessoa, mais a atacará*. Entre as vinte e uma respostas, observamos que sete indicaram apenas o termo mulher e uma copiou o título *Tornar-se mulher*, enquanto as demais apontaram mais informações (preconceito, homofobia, direito da mulher, igualdade etc.), entre as quais, algumas não se relacionaram ao tópico do artigo, mas sim a um subtópico ativado em alguns momentos, tal como é o caso da homofobia.

A seleção *preconceito* aparece em cinco respostas. A respeito desse procedimento, acrescentamos que marcas linguísticas ativam conhecimentos prévios (pragmáticos) e encaminham a leitura. Tendo em vista que a turma é composta por mulheres e que os debates acerca do feminismo vêm crescendo nos discursos do cotidiano via redes sociais, podemos entender que tais procedimentos são resultados das representações mentais das alunas e das representações linguísticas que foram sendo localizadas no artigo de opinião, tais como: “O preconceito contra a mulher, a misoginia, é sólido e universal”, “É provável que a homofobia esteja contaminada por algo anterior e mais vasto, a misoginia”, “A lei Maria da Penha trouxe à tona a extensão assustadora da violência doméstica”, “Mulheres apagam quase todos os dias e, quase sempre, a agressão parte do companheiro”.

Além do mais, localizam-se três respostas com o termo *homofobia* como tópico central do artigo de opinião ao lado de outros (*mulher, igualdade* etc.). Nesse caso, embora a compreensão possa ser construída por meio de várias pistas linguísticas deixadas pelo autor, a falta de conhecimento de certos vocábulos ou das referências textuais ativadas pode deixar lacunas que influenciarão no processo, de modo a encaminhar o leitor a fazer uma leitura não compatível, como foi o caso das três respostas que deram relevo à homofobia que, de fato, aparece como argumento no artigo, para indicar a forte presença da misoginia na sociedade.

Destacamos que duas alunas, dentre as três que selecionaram *homofobia*, marcaram o termo *misoginia* como desconhecido. Além disso, essas alunas indicaram que não conheciam alguns objetos de discurso, selecionados pelo autor para argumentar, via exemplos, o tratamento diferente e valorizado dado aos homens, salvo algumas situações que desconstroem as categorizações mais frequentes da figura masculina. Entre essas seleções, as alunas indicaram: a Capela Sistina; a peça teatral *O Topo da Montanha*, de Katori Hall; o filme *Dogma* de Kevin Smith (1990), o romance *Éramos Seis*, assinado por Sra. Leandro Dupré etc.

Esses dados reforçam a ideia de que os alunos podem apresentar múltiplos repertórios linguísticos, esquemas mentais, mapeamentos, para a construção do conhecimento em sala de aula. Parece-nos que os variados repertórios permitem que alguns alunos deem relevância a determinados segmentos textuais e ativem esquemas mentais, para realizar suas leituras. O professor, atento, criará subsídios para que se construam referências e inferências necessárias, com a finalidade de alcançar compreensões, as quais, mesmo variadas, tenham compatibilidade com a opinião enunciada e a argumentação do gênero discursivo, foco da leitura.

FLP21(1)

Nesse viés, a discussão acerca da noção de compreensão a partir de uma perspectiva não representacional da língua merece especial atenção, em razão de os fatores extratextuais, sociocognitivos e interacionais tomarem parte do processo de construção de sentido dos textos, em uma relação de coautoria e, portanto, de extensão dialógica, tal como é possível dizer que ocorreu nos dados analisados por ocasião das respostas, por vezes, diferentes acerca do tópico central do artigo. Para Marcuschi (2008, p. 234), “em condições socioculturais diversas, temos compreensões diversas do mesmo texto”.

Entre os estudiosos que partem do ponto de vista da compreensão como processo interacional e sociocognitivo, retomamos Dascal (2005), referenciado nos trabalhos de Marcuschi em diversos momentos, em que questiona sobre os tipos de pistas que são empregadas pelo leitor, para que ele compreenda um texto e acerca do modo como essas pistas o guiam no labirinto da informação contextual e cotextual.

Dascal (2005, p. 90) considera a compreensão como “um processo mais oculto que explícito”, tendo em vista que ela não se relaciona, exclusivamente, às formulações linguísticas selecionadas em uma produção textual-discursiva. O dito e o não-dito intercalam-se na tessitura dos sentidos, ordenando-se em meio a processamentos cognitivos e pragmáticos.

Desse modo, mesmo que a seleção lexical sirva de pista, de orientação para que o leitor desenvolva um percurso de interpretação e de compreensão, fazendo-o criar mesclas cognitivas, não se pode negar que existam mobilizações dos conhecimentos

de várias ordens já citados, para que ocorram analogias e inferências. Na tabela subsequente, estão apresentadas quatro respostas às questões 4 e 5:

Tabela 3 - Respostas das questões 4 e 5.

<i>Questão</i>	<i>Resposta da Questão 4</i>	<i>Resposta da Questão 5</i>
4) A ideia defendida no texto é 5) Os argumentos utilizados para validar essa ideia foram	(RBA) O jeito que a mulher é tratada entre a sociedade e a representação da mulher. O jeito que o homem é tratado perante suas ações, sendo a mesma ação de uma mulher. O preconceito com a cor de cada mulher.	(RBA) O argumento utilizado é o preconceito contra a mulher em uma sociedade, a mulher tendo algumas atitudes de homem e chamada de galinha e piranha, já o homem chamado de garanhão.
	(PLSS) Defender a mulher, não importa cor, raça ou religião. E falar de igualdade de direitos para o homem e a mulher	(PLSS) Foram através de filmes, peças de teatro, novela e até mesmo temas de notícias. Achei que os argumentos foram muito bem colocados para uma boa interpretação.
	(JLZ) A existência do preconceito contra a mulher e suas formas.	(JLZ) Temas ligados ao corpo feminino, como o aborto, foram legislados por homem. Cita também que a língua determina o predomínio masculino na enumeração de itens; Deus tem identidade masculina na língua criada por homens. “O preconceito contra a mulher, a misoginia, é sólido e universal”. Cita estatísticas e a frase “A culpa estaria na insinuação feminina”, para justificar o estupro. O governo retrógrado de Putin.
	(EB) O preconceito, tanto de raça, quanto de gênero, sexo, classe social, e que a mulher é sempre “culpada” por atos que não dependem dela, que não tem liberdade de expor sua opinião, como homens, por exemplo.	(EB) Na citação de leis, de filmes, da diferença dos direitos, onde, em todas essas citações, os homens têm participação ativa, nas criações das leis, sobre o aborto, só se passa o que é conivente para ele; a mulher que pensa diferente não pode ser [confrontada] melhor. O sonho dele tem que ser se casar e ter filhos, caso contrário, não serve. A mulher sempre vem depois do homem, como se sua existência dependesse dele. Caso haja um estupro, a pergunta é: “Mas ela facilitou?”, “Como estava vestida?” Como se toda a atitude do homem pudesse ser justificada, e a mulher sempre a parte mais fraca e sem poder.

FLP21(1)

Para Dascal (2008), a linguagem corresponde a uma tecnologia cognitiva, ou seja, um meio sistemático – material ou mental – criado pelos seres humanos que é, de maneira significativa e rotineira, usado para a execução de objetivos cognitivos. Estes, por sua vez, consistem de estados mentais (opinião, crença, intencionalidade etc.).

Ainda de acordo com esse estudioso, esses estados mentais de natureza cognitiva configuram-se via processos mentais específicos (percepção, memorização, conceptualização, classificação, aprendizagem, formulação de hipóteses, antecipação, demonstração, deliberação, descobrimento, avaliação, crítica, persuasão etc.). Sendo assim, os usos da linguagem são constitutivos e constituintes da cognição humana, promovendo uma interface com a qual os seres interagem uns com os outros, leem o mundo e dão sentidos a ele.

Na tabela anterior, examinamos que a resposta de RBA à questão 4 é indicativa de ter havido atenção, em especial, a seleções linguísticas do autor que convalidaram a ideia de desigualdade entre homens e mulheres. Quanto à resposta referente à questão 5, parece-nos que a seleção “a mulher tendo algumas atitudes de homem e chamada de galinha e piranha, já o homem chamado de garanhão” corresponde à ativação de quadros mentais de ordem pessoal, de maneira a fazer associações com as ideias do autor. Dessa maneira, estados mentais (opiniões e crenças) e processos mentais (percepção, conceptualização, demonstração, crítica, persuasão) agem de modo colaborativo na atividade de compreensão do artigo.

As respostas de EB seguem nessa mesma direção: estados (opinião, crença) e processos mentais (percepção, demonstração, crítica, persuasão, deliberação) estão marcados em suas respostas; entretanto, examinamos marcas linguísticas indicativas de que a aluna pôde localizar argumentos no artigo de opinião, os quais, ao mesmo tempo em que foram indicados, cumpriram o papel de argumentação inicial em sua resposta, desenvolvida, sobremaneira, via conhecimentos de ordem pessoal, modelos mentais de situações cotidianas (“O sonho dele tem que ser se casar e ter filhos, caso contrário, não serve. A mulher sempre vem depois do homem, como se sua existência dependesse dele. Caso haja um estupro, a pergunta é: ‘Mas ela facilitou?’, ‘Como estava vestida?’, como se toda a atitude do homem pudesse ser justificada, e a mulher sempre a parte mais fraca e sem poder”). Salientamos que EB foi uma das alunas que indicou a homofobia como um dos tópicos centrais do artigo de opinião; sua resposta subsequente (questão 5), no entanto, revela que também houve compreensões compatíveis.

Em relação às respostas de PLSS e de JLZ, observamos que foram apresentados alguns argumentos presentes no artigo de opinião, bem como foi indicada a ideia central defendida pelo autor. Esse procedimento consiste de pista indicativa de que as alunas puderam localizar e compreender a função argumentativa de determinadas seleções linguísticas a partir de processos mentais específicos (percepção, demonstração, classificação, descobrimento, aprendizagem) junto a estados mentais, entre os quais podemos considerar, por inferência, a intencionalidade, que é intrínseca ao papel social de aluno no momento da atividade em sala de aula.

FLP21(1)

4 CONCLUSÃO

As análises permitiram observar que o ensino-aprendizagem da argumentação deve levar em conta as etapas dos processos e dos estados mentais dos alunos, uma vez que é pela sua ativação que se podem compreender gêneros discursivos argumentativos, bem como se podem alcançar estados mentais determinados, mas não acabados, tal como o é a opinião, conforme pressupúnhamos.

Embora a compreensão possa ser construída a partir de várias pistas linguísticas deixadas pelo articulista, o conhecimento prévio do leitor/aluno acerca de certos vocábulos e referências textuais é imprescindível ao encaminhamento da leitura, pois que podem se tornar compatíveis ou não ao artigo utilizado em sala de aula. Tendo em vista que esse processo é individual e diversificado, é possível, e mesmo esperado, que várias leituras ocorram. Nesse sentido, o papel do professor é o de dar subsídios aos alunos para criarem referências e inferências por meio das quais compreensões compatíveis à proposta enunciativa do articulista sejam desenvolvidas.

Além disso, foi possível constatar que os estudos de Marcuschi (2003 [1997], 2005, 2007a [1999, 2005], 2007b [1984], 2008), que se pautam na interface língua, sociedade e cognição, colaboram para as pesquisas acerca da argumentação no que diz respeito à consideração de eixos cognitivos nos mecanismos argumentativos, presentes por ocasião da busca por convencimento e persuasão entre os alunos participantes dos grupos, conforme as análises permitiram observar.

Desse modo, a retomada dos trabalhos de Marcuschi como base teórica primeira em nossas análises permitiu destacar o pioneirismo (no Brasil) e a atualidade de suas pesquisas no que diz respeito às questões voltadas à cognição nos estudos linguístico-discursivos. Além do mais, a associação entre as discussões do autor e as questões argumentativas mostrou-se viável e ajustada, em razão de as bases epistemológicas por ele utilizadas se voltarem à apreensão de certas categorias linguísticas e discursivas que se coadunam, como seleção lexical e analogias, entre outras. De fato, essas categorias, ao serem observadas na construção de estratégias discursivas, possibilitam que o aluno reflita e processe cognitivamente o conteúdo do gênero discursivo com caráter argumentativo que esteja sob análise (em nosso caso, o artigo de opinião).

O processo colaborativo dá-se, assim, em várias instâncias de produção, de compreensão e de persuasão, tanto na relação autor, leitor, quanto entre os participantes da atividade discursiva, como ocorreu com a proposta em sala de aula, em que se negociam sentidos e são construídas e/ou reconstruídas referências. Trata-se, pois, de um movimento complexo que se distancia do simples hábito de ler e alcança a leitura compreensiva que se configura a partir da ativação de processos mentais e de uma atividade colaborativa e situada entre os participantes da atividade discursiva e que pode muito bem ser encaminhada em aulas de língua materna. Podemos afirmar, então, que a associação entre sociocognição, argumentação e ensino pode ser extremamente produtiva.

FLP21(1)

REFERÊNCIAS

- Dascal M. Interpretação e compreensão. Rocha MHL, tradutora. São Leopoldo: Unisinos; 2005.
- Dascal M. Linguagem como tecnologia cognitiva [aula inaugural]. Porto Alegre: Curso de pós-graduação em Filosofia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos; 2008 [publicado em 04 de setembro de 2017]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=coknMODBcdQ&t=860s>.
- Fauconnier G. Mental spaces. Aspects of meaning construction in natural languages. Cambridge: MIT Press; 1985.
- Fauconnier G. Mappings in thought and language. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Avaliação Nacional da Alfabetização: relatório 2013-2014. Brasília; 2015. Volume 2: análise dos resultados.
- Instituto Paulo Montenegro (IPM). Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF). Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. São Paulo: SP; 2016.
- Karnal L. Tornar-se mulher. Quanto mais frágil a sociedade julga ser uma pessoa, mais a atacará [internet]. Estado de São Paulo. 2017 março 8; seção de cultura [citado 9 mar. 2017]. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,tornar-se-mulher,70001690623>
- Kerbrat-Orecchioni C. Texte et contexte. SCOLA – Sciences Cognitives, Linguistique & Intelligence Artificielle. 1996;6:40-59.
- Lakoff G. Linguistics gestalts. Papers from the thirteenth regional meeting of the Chicago Linguistic Society. 1977;14-16:236-287.
- Marcuschi LA. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.
- Marcuschi LA. Cognição, linguagem e práticas interacionais. Rio de Janeiro: Lucerna; 2007a.
- Marcuschi LA. A propósito da metáfora. In: Marcuschi LA. Fenômenos da linguagem. Reflexões semânticas e discursivas. Rio de Janeiro: Lucerna; 2007b.
- Marcuschi LA. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: Miranda, NS, Name, MC, organizadores. Linguística e Cognição. Juiz de Fora: Ed. UFJF; 2005. p.49-77.
- Marcuschi LA. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: Dionísio, AP, Bezerra, MA, organizadores. O livro didático de Português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna; 2003. p. 46-59.
- Marcuschi LA. Do código à cognição: o processo referencial como atividade criativa. Veredas, Juiz de Fora. 2002;6(1):43-62.
- Marcuschi LA. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. Linguagem & Ensino, Pelotas. 2001;4(1):79-111.
- Marcuschi LA. Exercícios de compreensão ou cópia nos manuais de ensino de língua? Em Aberto. 1996;69:66-82.
- Ministério da Educação (MEC), Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Secretaria de Educação Básica; 2018.

FLP21(1)

Perelman C, Olbrechts-Tyteca L. Tratado da argumentação - a nova retórica. Galvão ME, tradutora. São Paulo: Martins Fontes; 2002.

ANEXO 1

Tornar-se mulher. Quanto mais frágil a sociedade julga ser uma pessoa, mais a atacará

Leandro Karnal

A fêmea, na espécie humana, é tratada como um tema especial. A base da singularidade do feminino está assentada na consciência masculina que elaborou grande parte da representação das mulheres.

Temas ligados ao corpo feminino, como o aborto, foram legislados por homens, e pior, homens com voto formal de celibato. Apesar da imaginação do meu saudoso amigo Moacyr Scliar, a Bíblia foi escrita por homens. Em Êxodo 20, 17, lemos: “Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a sua mulher, nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo”. Enumeram-se bens interditados à cobiça alheia: casa, mulher, escravos, bois e jumentos. Seria ordem crescente ou decrescente de importância na visão do autor?

Deus tem identidade masculina na língua criada por homens. Suas imagens são sempre do macho da espécie. Todo teólogo dirá que Deus não tem gênero ou forma e, sendo assim, nada impede que seja representado com seios, tão equivocados na iconografia quanto a barba. Deus é mulher no filme Dogma (Kevin Smith, 1999). Alanis Morissette encarna a figura da Toda-Poderosa na obra. Na peça teatral O Topo da Montanha, Katori Hall revela, pela boca da camareira-anja, que Deus é “Ela” e, momento lindo na interpretação de Taís Araújo, a divindade é negra e tem um “cabelão”... Trata-se de um gesto político, como foi político Michelangelo pintar o Onipotente como homem na Capela Sistina. As imagens de Deus falam muito sobre o humano. A opção gramatical de gênero é questão menor, mas significativa. A língua determina, por exemplo, o predomínio do masculino na enumeração de itens. Se eu falar de 35 meninas numa sala e, no meio, incluir um João, são eles, os meus alunos, que surgem gramaticalmente. Há questões mais graves. Um homem sexualmente ativo recebe denominações positivas: tigrão, garanhão ou galo. Uma mulher em idêntica situação é galinha ou piranha, animais com menor associação positiva. A língua, reflexo vivo daqueles que a usam, apaga o feminino de forma tão antiga e repetitiva, que achamos que isso é natural e atemporal. Lembro-me de algo bizarro: quando criança, li o romance Éramos Seis, assinado pela senhora Leandro Dupré ... Aqui, a talentosa Maria José desaparecia até no nome.

O preconceito contra a mulher, a misoginia, é sólido e universal. Contaminou outros preconceitos. Vejamos: um homem homoafetivo é mais discriminado quando é mais feminino. Perdoa-se com mais indulgência um gay como Rock Hudson do que um que se vista como ou que aparente ser mulher. É provável que a homofobia esteja contaminada por algo anterior e mais vasto, a misoginia. O defeito é ser mulher. O filme O Segredo de Brokeback Mountain (Ang Lee, 2005) foi algo novo ao trazer cowboys masculinos, casados, com filhos e ... completamente apaixonados um pelo outro. Parte do sucesso da obra é este: tolera-se melhor que sejam gays, desde que não aparentem o feminino.

Quando o Enem de 2015 trouxe uma frase conhecida e antiga de Simone de Beauvoir, causou alvoroço. “Não se nasce mulher, torna-se mulher” foi a afirmação que amotinou algumas pessoas que descobriram, enfim, a ideia escrita 62 anos antes. Beauvoir adota uma posição que existe há mais tempo ainda: o biológico feminino não é óbvio, mas parte de um processo que envolve elaboração cultural de uma identidade feminina. O tema continua dilacerando o fígado de muita gente. Para quem acredita que ser mulher ou ser homem são dados da natureza e evidentes, recomendo ganhar algum tempo assistindo ao delicado filme de Lucía Puenzo, XXY (2007).

Hoje é Dia Internacional da Mulher. Há avanços notáveis na consciência da questão. A Lei Maria da Penha trouxe à tona a extensão assustadora da violência doméstica. Enquanto o governo autoritário de Putin na Rússia retrocede e permite o espancamento de mulheres, o Brasil continua dando passos, insuficientes, mas reais, para mudar a situação. O Instituto Maria da Penha sofre com a falta de verbas

FLP21(1)

e necessita do nosso auxílio. Caso deseje conhecer o trabalho dessas/desses ativistas, hoje é um dia especial para fazê-lo.

Quanto mais frágil a sociedade julga ser uma pessoa, mais a atacará. As mulheres negras, estatisticamente, sofrem ainda mais do que as brancas. Misoginia e racismo são um cruzamento desastroso. Mulheres apanham todos os dias e, quase sempre, a agressão parte do companheiro. Existe uma cultura do estupro que consegue elaborar a frase mais canalha já criada pela nossa espécie: a culpa estaria na insinuação feminina. O racismo já é crime inafiançável (embora se condene menos do que se deveria por esse tipo de comportamento inaceitável). Já a incitação à violência contra a mulher infelizmente ainda não é crime da mesma força, é apenas falta de cérebro e de caráter que gera morte, dor e traumas.

Há uma longa estrada pela frente. Inicie, talvez, vendo o site do Instituto Maria da Penha e o filme que recomendei. Depois, poderemos discutir nossa linguagem. Por fim, resta eliminar o monstinho misógino que habita em homens e mulheres. Todos ganharemos com isso. Descobriremos, enfim, que lugar de mulher é onde essa mulher desejar estar. Boa semana para os quase 7,5 bilhões de gêneros que existem andando por este mundo!

FLP21(1)

Uma revisão do conceito de texto e suas implicações para os estudos filológicos

A review of the concept of text and its implications for philological studies

Luiz Eleildo Pereira Alves*

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Expedito Eloísio Ximenes**

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Resumo: As transformações conceituais da Linguística, nos últimos anos, têm proposto uma revisão de conceitos caros aos estudos da linguagem; dentre eles, o conceito de texto. Ultimamente, defende-se, sobretudo na Linguística Textual, que esse objeto deve ser contemplado para além de seus componentes materiais. Tendo em vista a relevância dessa discussão, julgamos ser conveniente apresentar neste artigo como as metamorfoses conceituais pelas quais a Filologia passou têm, ao nosso ver, uma intrínseca relação com o status que o texto veio incorporando, sobretudo, dentro dos estudos da Linguística Textual. Dessa forma, neste trabalho, aprofundamos a discussão que já sinalizamos em Alves (2016), onde discutimos o conceito de Filologia Textual, já apresentado em trabalhos como os de Santos e Souza (2012), Gama e Telles (2006) e Teixeira (2008). Argumentamos no sentido de mostrar como perspectivas teóricas da Linguística de Texto tendem a contribuir com o desenvolvimento das pesquisas no campo da Filologia, estabelecendo uma interface entre essas duas áreas do estudo da linguagem.

Palavras-chave: Filologia. Texto. Linguística textual.

Abstract: The conceptual transformations within Linguistics in recent years have proposed a revision of concepts that are dear to language studies, among which is the concept of text. Ultimately, it is argued, especially within Text Linguistics, that this object must be contemplated beyond its material components. In view of the relevance of this discussion, we think it is convenient to present in this article how the conceptual metamorphoses which Philology has faced, in our view, have an intrinsic relation with the status that the text has incorporated, above all, within the studies of Textual Linguistics. Thus, in this work, we deepen the discussion that we have already pointed out in Alves (2016), where we discuss the concept of Textual Philology, already presented in works such as Santos e Souza (2012), Gama e Telles (2006) and Teixeira (2008). We show how theoretical perspectives of Text Linguistics tend to contribute to the development of research in the field of Philology, establishing an interface between these two areas of language study.

Keywords: Philology. Text. Text Linguistics.

* Professor substituto do Curso de Letras e doutorando em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; eleildo@ gmail.com

** Professor doutor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e no Mestrado interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; eloisio22@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A atual concepção de língua(gem) adotada no campo dos estudos linguísticos – sobretudo no campo da Linguística Textual – reclama, para as demais ciências que trabalham com o texto, a abordagem desse objeto enquanto um construto para além da materialidade. Entender os conceitos de língua(gem) e texto sob essa nova perspectiva implica uma compreensão de sujeito enquanto ator social co-participante do ato enunciativo.

Tendo em vista a relevância dessa discussão, que desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado (Alves, 2016), apresentamos neste artigo um recorte desse trabalho anterior por julgarmos ser conveniente apresentar como as metamorfoses conceituais pelas quais a Filologia passou têm uma intrínseca relação com o status que o texto veio incorporando, sobretudo, dentro dos estudos da Linguística Textual.

Dessa forma, discutimos, inicialmente, o que se pensa(va) a respeito do conceito de Filologia, fazendo um breve apanhado desde o trabalho desenvolvido pelos povos helenísticos, passando por um período de ostracismo, até o seu ressurgimento ao lado das ‘ciências modernas’, a partir dos anos finais do século XX, chegando aos dias de hoje. Depois, buscamos mostrar como os conceitos adotados pelos pesquisadores da Linguística de Texto tendem a contribuir com o desenvolvimento das pesquisas no campo da Filologia, realizando uma interface entre essas duas áreas do estudo da linguagem. Recordamos as palavras de Queiroz (2015, p. 10), que considera que “sendo o texto um construto multidisciplinar, não há como fugir à interface da Linguística de Texto com as diversas ciências que dão conta do estudo da linguagem”.

É essa interface teórica entre as ciências citadas acima, que têm como objeto de estudo os processos de construção, divulgação e interpretação dos textos, que buscamos discutir na próxima seção, começando pela própria revisão do conceito de Filologia até chegarmos às contribuições da Linguística Textual.

2 PERCURSO E DEFINIÇÃO DOS ESTUDOS FILOLÓGICOS

A história de um povo, sua cultura, suas transformações e crenças, dentre outras questões, são informações importantíssimas para sabermos de onde viemos, onde estamos e imaginarmos para onde vamos. Ao longo do tempo, os povos de todo o mundo buscaram transmitir informações através de registros de diversos tipos que foram sendo sistematizados até chegarmos à condição de evidenciar tais informações por meio da escrita.

De acordo com Coulmas (2014, p. 11) “os sistemas de escrita e a língua escrita são objetos surpreendentes, de grande complexidade, testemunhos do engenho humano e da nossa determinação em criar nosso próprio universo”. Ora, com o intuito de investigar esse universo humano manifestado em formas escritas, os filólogos, através de um minucioso trabalho de leitura e edição desses registros, contribuem para o desenvolvimento das pesquisas linguísticas e de outras ciências humanas através do caráter interdisciplinar que é inerente à Filologia.

Antes de avançarmos pelo caminho que, para o Mundo Ocidental, tem início entre os povos alexandrinos, faz-se necessário conceituarmos o que se pensa sobre

FLP21(1)

Filologia. De antemão, é válido ressaltarmos que não existe um consenso entre os estudiosos da área a respeito do que seria, precisamente, esta ciência. A seguir, elencamos algumas definições.

O *Dicionário de Linguística* (Dubois et al., 2011, p. 258) elucida o caráter histórico do labor filológico ao definir Filologia como sendo

uma ciência histórica que tem por objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram; estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas.

Gaetano Righi (1967), adotando uma visão mais clássica e, a nosso ver, mais material do trabalho filológico, afirma que

a filologia é esse interesse por conservar os textos, esse afã por fixar com exatidão os documentos, por estabelecê-los e documentá-los para poder descrevê-los fidedignamente e reproduzi-los de um modo sensível como depósitos de sabedoria certa do passado. (Righi, 1967, p. 13, tradução nossa)¹.

Já para Ximenes (2013, p. 178), o papel da Filologia é resgatar a produção textual de uma época, possibilitando, assim, conhecermos a história da língua e suas mudanças sociais, compreendendo “todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas dos textos”. Este autor afirma que uma função básica da Filologia é a recuperação de textos escritos em tempos pretéritos. Para ele, é essa característica primeira que nos ocorre quando pensamos no termo.

Santiago-Almeida (2011, p. 2), por sua vez, compreende a Filologia a partir de dois sentidos: no sentido amplo e no sentido estrito. Para ele:

No sentido mais amplo (*lato sensu*), a filologia dedica-se ao estudo da língua em sua amplitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto de estudo o texto escrito, literário e não-literário. [...]

No sentido mais estreito (*stricto sensu*), a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para estabelecê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à sua genuinidade, e prepará-lo para publicação.

A definição de Santiago-Almeida, como podemos perceber, abrange tanto o viés linguístico decorrente do trabalho filológico, quanto o viés literário. Dessa definição, depreendemos que, *stricto sensu*, a Filologia pode ser tida como sinônimo de Crítica Textual. Autores como Castro (1992) também apresentam essa característica dos estudos filológicos. Para ele, a Filologia é a:

Ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor (Castro, 1992, p. 124, apud Megale e Cambraia, 1999, p. 1).

¹ No original: “[...] filología es ese interés por conservar los textos, ese afán por fijar con exactitud los documentos, por establecerlos y documentarlos para poderlos describir fidedignamente y reproducirlos de un modo sensible como depósitos de la sabiduría cierta del pasado”.

Como pudemos perceber, não há, precisamente, uma definição consensual quanto ao termo Filologia. No entanto, é inegável que os estudos filológicos ocidentais têm seu berço entre os povos helenizados, na região de Alexandria, por volta do século IV a.C., no período helenístico.

De acordo com Spina (1977), a fase helenística (também conhecida como alexandrina), que se estende aproximadamente de 322 a 116 a.C., foi o período em que a Grécia não só se voltou para repensar seu passado², mas também exportou formas de criação para diversos outros lugares do mundo. Nesse momento, “eruditos de toda procedência se sucederam como bibliotecários da famosa biblioteca de Alexandria, que [...] se tornou o maior centro de cultura helênica da Antiguidade” (Spina, 1977, p. 60). O acervo encontrado na biblioteca de Alexandria era bastante numeroso³ e, como aponta Spina (1977), por consequência da ordenação e catalogação desse acervo, começaram a surgir problemas pertinentes à autenticidade das obras, à vida dos autores e, posteriormente, à preparação de textos para o público e para as escolas.

Spina (1977) afirma que o trabalho desenvolvido por sábios bibliotecários que se sucederam em Alexandria, como Zenódoto de Éfeso (autor da primeira edição crítica dos poemas de Homero), Eratóstenes (o primeiro a se chamar ‘filólogo’), Aristófanes de Bizâncio (autor de uma edição exemplar dos poemas de Homero e de edições críticas de Alceu, Anacreonte, Píndaro etc.) e Aristarco (que fez duas edições de Homero com Aristófanes de Bizâncio, constituindo a culminação da investigação filológica em Alexandria) foi fundamental no serviço de restauração de textos literários antigos, “tornando-os inteligíveis às gerações da época, sobretudo os poemas épicos de Homero”. (Spina, 1977, p. 61).

Câmara Jr. (1975) ressalta que essa atividade de edição dos textos dos antigos poetas da Grécia, principalmente de Homero, se fazia muito necessária, pois a literatura grega usava dialetos locais. Assim, a atividade dos filólogos era, também, a de estudar as fases da língua grega, comparar esses dialetos e produzir um manuscrito mais ou menos consensual através de um grande processo de Crítica Textual e de estudos de caráter comparativo.

Dessa forma, se dissemos, anteriormente, que não há um consenso entre os estudiosos da área acerca do que seria precisamente Filologia, o mesmo não acontece quando falamos das origens dessa ciência, pois todos concordam que a Biblioteca de Alexandria foi o grande centro ocidental das pesquisas filológicas. Santos e Souza (2012), por exemplo, afirmam que Alexandria, dentre as tradições culturais que desenvolveram “práticas filológicas”, foi a que mais se destacou, chegando a se tornar parâmetro para os intelectuais do Humanismo Renascentista, por volta do século XVI, na Europa. Segundo Bassetto (2001, p. 28), nessa época, “surtem renomados humanistas e a filologia é retomada com a pesquisa ‘real’ dos antigos, buscando uma

² Segundo Spina (1977), nesse período a Grécia retomava seu apogeu criador revisitando a obra de inúmeros autores antigos. Na filosofia, Platão, Sócrates e Aristóteles; no teatro, Sófocles, Eurípides e Aristófanes; na historiografia com Heródoto, Tucídides e Xenofonte; e na eloquência, Isócrates e Demóstenes.

³ Spina (1977, p. 60) afirma que o acervo da biblioteca de Alexandria era composto por “490 mil volumes e outros 43 mil colocados, por falta de espaço, no museu Serapeum, contíguo à Biblioteca”.

explicação compreensiva dos textos”. Bassetto (2001) elenca alguns dos principais trabalhos desenvolvidos nessa época:

[...] é preciso citar especialmente a trilogia formada por José Justo Escalígero (1540-1653), Cláudio de Saumaise (1588-1653) e Isaac Casaubon (1559-1614). Ligado a esses três e, de certa forma, seu guia, Júlio César Escalígero (1484-1558), exerceu grande influência tanto pela disputa mantida com Erasmo de Rotterdam (1467-1536) como por suas edições das obras de Teofrasto e de Aristóteles, a publicação dos seus *Poetices Libri VII* (1561), de teoria literária, e o *De Causis Linguae Latinae*, considerada a primeira proposta de uma gramática latina específica. Como humanista, médico e poeta, Júlio César Escalígero é o modelo do “sábio” ou “filósofo” na acepção grega e latina. O termo “filólogo” volta a qualificar os expoentes intelectuais, e a filologia ressurgiu com vigor, como se vê na obra de Guillaume Budé ou Guliermus Budaeus (1467-1540), dito o Erasmo da França, *De Philologia Libri II* (1532), tendo sido um dos primeiros a escrever também em francês, além de obras redigidas em grego e latim (Bassetto, 2001, 28).

De acordo com Auerbach (1972, p. 12),

os esforços dos humanistas se orientavam no sentido de estudar e imitar os autores da antiguidade grega e latina, e a escrever num estilo semelhante ao deles, quer em latim, que ainda era a língua dos eruditos, quer em sua língua materna.

A tarefa dos humanistas era, então, “encontrar os manuscritos que ainda existissem, compará-los em seguida e tentar extrair o texto original, aquele redigido pelo autor”.

Tal trabalho se fazia pertinente porque, na atividade de copiar à mão inúmeros textos, os erros de cópia eram muito comuns, muitas vezes por uma atitude involuntária do copista, que ao tirar os olhos da folha acabava perdendo uma palavra (o salto-bordão), ou mesmo por uma atitude maliciosa do copista que queria realmente alterar o manuscrito. Assim, a tendência dos estudos filológicos, ainda no século XVI, era muito parecida com aquela atividade exercida pelos helenísticos em Alexandria. Essa forma de pensar a atividade filológica perdurou até o século XIX, passando pelo surgimento do método de edição crítica de Karl Lachmann⁴, durante as décadas finais do século XVIII, até as críticas feitas por Bédier⁵. Esses estudiosos ainda tinham uma

⁴ De acordo com Cambráia (2005), Karl Lachmann (1793-1851) foi o primeiro a constituir um método mais rigoroso para a fixação dos textos. Esse método ficou conhecido como método lachmanniano, que, sinteticamente, dividia-se em duas partes: a **recensão** e a **emenda**. Para Timpanaro (2002 apud Cambráia, 2005, p. 52), de todos os critérios estabelecidos por Lachmann, a sua contribuição mais pessoal diz respeito à “formulação de critérios para determinar mecanicamente, sem se recorrer ao juízo (lat. *indicium*) do editor, qual, dentre várias lições, remonta ao arquétipo”, ou seja, ao modelo ou exemplar mais próximo do original.

⁵ O modelo de Crítica Textual de Lachmann foi especialmente criticado por Joseph Bédier (1864-1938), que embora tenha usado o método em um primeiro momento de seus trabalhos de edição, rejeitou-o, posteriormente, “convencido de que o método anteriormente seguido conduzia, quase sempre, à distribuição do conjunto de manuscritos a uma tradição de ramos bífidos, o que praticamente inviabilizava a escolha mecânica de variantes” (Cambráia, 2005, p. 52). Com base nisso, “defendeu o método de editar textos com base em um ‘bom manuscrito’, publicado quase sempre sem retoques e acompanhado de notas que marcam, como nos diz o próprio Bédier (1928, p. 177), um retorno na direção da técnica dos antigos humanistas” (Cambráia, 2005, p. 52).

latente preocupação com a preservação do ‘sentido’ do texto ideal. Aquele que não estaria corrompido. “Portanto, caberia ao filólogo resgatar esse sentido verdadeiro” (Santos; Souza, 2012, p. 16).

No século XIX, surge outra corrente dos estudos filológicos fortemente marcada pelo comparativismo das línguas com base em suas gramáticas, na tentativa de estabelecer relações entre essas línguas e classificá-las em famílias. De acordo com Gabas Jr. (2012, p. 86), nesse período William Jones, juiz inglês que estava na Índia, propôs que o latim, o grego e o sânscrito eram línguas aparentadas. Jones

não apenas demonstrou, com os métodos de correspondência de som, que tal afirmação era possível de ser comprovada, como também hipotetizou que as três línguas eram derivadas de uma outra língua, possivelmente já extinta (hoje sabemos que é o protoindo-europeu) (Gabas Jr., 2012, p. 86).

Essas descobertas proporcionaram, segundo Gabas Jr. (2012), o começo da Linguística Histórica, que se concentrou nas línguas indo-europeias por conta da sua numerosa quantidade de registros históricos.

Diante desse contexto de descobertas, diversos pesquisadores começaram a estudar tais fenômenos em línguas ainda não exploradas. Bassetto (2001) considera que o método histórico-comparatista deixou muitas lacunas em suas análises; no entanto, pondera o autor que são inegáveis as influências desse método nos estudos das línguas como o latim e o grego antigo, a partir dos quais podemos descobrir inúmeras interseções entre essas e as línguas modernas.

Ximenes (2013) afirma que a concepção de Filologia vigente até o final do século XIX era de caráter globalizante, por envolver aspectos sócio-históricos e fazer interface com áreas como a Paleografia, a Diplomática e a Codicologia⁶, com vistas à compreensão dos textos. No início do século XX, no entanto, tais estudos foram postos em segundo plano diante do afã causado pela emergência da Linguística enquanto ciência do século.

Neste ponto, parece-nos coerente abordarmos a querela entre Filologia e Linguística, criada a partir do surgimento desta última ciência. Para Ximenes (2013), daí surge a “crise de identidade” da Filologia. Tal ocorrência, na visão desse autor, é consequente da tendência natural do ser humano de compartimentalizar as coisas, embora isso nunca seja feito de modo claro.

De acordo com Marquilhas (2008), o marco da segmentação entre Linguística e Filologia foi a importante afirmação dos neogramáticos em seu manifesto, no qual declararam que “as gramáticas das línguas de todas as épocas e de todos os lugares têm natureza semelhante e não se degradam com o tempo. São qualitativamente iguais em todos os contextos espaciais e temporais” (Marquilhas, 2008, p. 19). Dessa forma, seria desnecessário o exercício de investigar e comparar línguas a fim de se chegar à origem

⁶ Cambraia (2005), tomando Filologia como sinônimo de Crítica Textual, considera que essas áreas do conhecimento têm um forte impacto no trabalho de edição de textos. Baseando-se na definição do próprio autor, podemos considerar **Paleografia** como um estudo das escritas antigas, como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita, relacionando determinada forma de escrita a um período específico; a **Diplomática** consiste no estudo dos documentos, em especial os jurídicos, entendendo-se documentos como qualquer informação escrita de algum conhecimento; a **Codicologia** trata do códice, ou seja, o livro manuscrito, e compreende os diversos aspectos de confecção do material escrito, ou seja, a confecção do livro, sua ilustração etc.

de todas elas. Tal afirmação teve como consequência o desânimo pelos estudos comparativistas. A partir de então, conforme entendem vários autores da área, a Filologia passou a ser concebida puramente como uma atividade de Crítica Textual, separando-se dos estudos linguísticos e literários.

Outra questão a respeito da qual não há consenso entre os pesquisadores da Filologia diz respeito ao lugar desta dentro das ciências da linguagem. Alguns autores consideram Linguística e Filologia como ciências paralelas, mas outros veem a Filologia como uma área de pesquisa dentro dos estudos linguísticos; alguns, ainda, afirmam que a Filologia é uma ciência macro, e seria a Linguística um desdobramento desta. A nosso ver, Filologia e Linguística são ciências que, apesar de possuírem pontos de interseção, distinguem-se, uma vez que nem todas as investigações do campo linguístico podem ser abarcadas dentro dos estudos filológicos e vice-versa. No entanto, não podemos deixar de considerar que a Filologia, como todas as ciências modernas, possui um caráter interdisciplinar, o que permite diálogos dessa não só com a Linguística, mas também com a História, a Sociologia, a Antropologia etc.

É por conta da dimensão interdisciplinar que a Filologia possui que Spina (1977 p. 75-77) classifica em três funções básicas a atividade filológica:

- 1ª) **Função substantiva**, em que ela se concentra no texto para explicá-lo, restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação;
- 2ª) **Função adjetiva**, em que ela deduz, do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização);
- 3ª) **Função transcendente**, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. A individualidade ou a presença do texto praticamente desaparece, pois o leitor, abstraído do texto, apenas se compraz no estudo que dele resultou.

FLP21(1)

Além dessas definições, Spina (1977) afirma que a Filologia se concentra no texto escrito para explicá-lo e prepará-lo para ser publicado. Assim, seria papel do filólogo tornar essa materialidade textual inteligível e evidente, mesmo que, para isso, seja necessário recorrer a outras áreas como a Literatura, a Métrica etc. Acreditamos que a classificação feita por Spina é bastante abrangente e permite-nos compreender os diversos exercícios que tocam à atividade do filólogo, a respeito do que argumentamos a seguir:

- A **função substantiva** liga-se ao papel mais material do labor de edição de textos, de sua preservação. Embora não seja esse o cerne da prática do pesquisador da área, ela é, como o próprio nome sugere, substancial para o desdobramento de outras atividades.
- A **função adjetiva** está voltada para o viés literário da prática filológica. É, a nosso ver, o centro do trabalho da Crítica Textual, a edição de textos e a preservação de testemunhos. Ponderamos a relevância dessa prática por ser ela a primeira das quais a Filologia deu conta, ainda no seu berço, em Alexandria. A atividade de Crítica Textual, hoje, transformou-se a partir do estabelecimento de métodos de edição (por exemplo, com o método lachmanniano, conforme já expusemos anteriormente), mas ainda carrega, se assim podemos dizer, a ‘identidade do fazer filológico’.

- A **função transcendente** extrapola os limites dos fólhos e compreende, na verdade, a abordagem mais aproximada da que adotamos neste trabalho. É a abordagem do texto enquanto um complexo de elementos de ordem linguística, cognitiva e social. Acreditamos que a concepção de Filologia moderna está, de certo modo, ancorada na função transcendente, pois é no lançar o olhar para além dos fólhos, para o texto em sua efetiva atualização, que acreditamos estar o cerne das pesquisas contemporâneas nessa área.

Em trabalho anterior, discutimos, a partir de novas tendências percebidas dentro de pesquisas na área da Filologia e da Linguística, que se faz cada vez mais necessário trabalharmos com a interseção entre essas duas ciências, sobretudo na atualidade, quando se fala tanto de interdisciplinaridade. Desse modo, reiteramos que “resta-nos, sim, aceitarmos que Linguística e Filologia podem caminhar *pari passu*, pois, por consequência, esta é, desde sua origem, uma ciência da linguagem”. (Alves; Ximenes; Santos, 2016, p. 130).

Neste ponto, faz-se necessário levantarmos algumas reflexões a respeito de como a concepção de texto influencia as definições de Filologia aqui apresentadas, e como hoje o status do texto reclama para a Filologia abordagens mais condizentes com a dinamicidade desse objeto. Em Alves, Ximenes e Santos (2016, p. 128), já levantamos essa discussão quando ressaltamos que

As análises linguísticas que vêm sendo desenvolvidas dentro do campo dos estudos filológicos reclamam para o texto uma definição bem mais complexa e abrangente que meramente referida à materialidade objetiva, ou seja, aos escritos nos fólhos. Logo, se pensamos o texto para além dessa realidade estanque, e incorporamos a esse objeto de estudo da Filologia o status de um “evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (Beaugrande, 1997). Daremos um salto na nossa forma de vermos o trabalho filológico bem como ampliaremos enormemente seu campo de atuação.

FLP21(1)

A respeito dessa questão, os estudos de Lamas (2009), a nosso ver, são os primeiros que buscam propor para a Filologia uma noção de texto pautada em três sentidos: Como **sinônimo do dito** (oralmente ou escrito); como **atividade** e como **produto**; e como **totalidade do que é falado**, mas para além da finalidade literária, embora compreenda o autor que ela está incluída aí. Na visão de Lamas (2009), esse conceito de texto pode redefinir a “Nova Filologia”, que se adaptará aos “novos tempos” e aos “novos objetivos”. A partir de suas proposições, esse autor visa uma “Filologia integral”, que possa dar conta dos problemas da linguagem.

Ximenes (2013) considera que a proposta de Lamas dissolve as barreiras entre Filologia e Linguística, uma vez que visa incorporar todas as correntes da linguística moderna. Consoante ao que apresenta Lamas (2009), Ximenes (2013, p. 196) afirma que

para a análise e interpretação dos textos é necessário penetrar profundamente em todas as vertentes da Linguística, por meio dos elementos do discurso, da pragmática e da língua, enquanto sistemas propriamente ditos vistos tanto sincrônica como diacronicamente.

Tendo em vista essas questões, Gama e Telles (2006) entendem a Filologia Textual como uma retomada de posição para o que sempre foi o seu primeiro e último fim: o estudo da cultura de um povo.

Aproximando-se do que propõe Lamas (2009), atualmente, pelo menos no Brasil, as pesquisas filológicas têm encontrado no viés interdisciplinar uma âncora para a retomada dos estudos na área da edição de manuscritos.

Como prova do que afirmamos, lembramos aqui das palavras de Teixeira, Queiroz e Santos (2006) na apresentação da obra *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*:

O presente volume é prova testemunhal e cabal de que [a Filologia] se encontra revigorada. Não poderia ser diferente. O tempo e o homem modificam-se, evoluem, adaptam-se às novas descobertas. Em um contexto pluri, multi, trans, interdisciplinar, os estudos filológicos também lançam outros olhares sobre o texto, ampliando o seu espectro de atuação, dialogando, pacífica e harmoniosamente com a literatura, a história, a linguística, a análise do discurso, as ciências do léxico e tantas outras ciências humanas (Teixeira, Queiroz e Santos, 2006, p.13).

A esse leque de ciências com as quais a Filologia “dialoga pacificamente” acrescentamos à fala das autoras a Linguística Textual.

Ora, como afirma Spina (1977), a Filologia não existe se não existe o texto, então, partamos dele para reconfigurarmos, em nossos tempos, o que propomos para uma atual concepção de Filologia, o que nos leva, mais uma vez, a pensarmos na função transcendente apresentada por Spina (1977). Talvez seja essa, por assim dizer, uma ‘macrofunção’ dessa ciência, uma vez que seu objeto de estudo, ao alcançar cada vez mais uma perspectiva dinâmica, nos convida a extrapolarmos os limites do dito e passarmos para planos mais profundos como o do inferível, por exemplo.

A seguir, aprofundando a discussão a respeito da relação texto e Filologia, ancoramos nossa discussão nos pilares da Linguística Textual, cientes de que as discussões desenvolvidas na área tendem a contribuir para a reconfiguração das pesquisas filológicas.

3 A LINGUÍSTICA DE TEXTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR A FILOLOGIA

Na seção anterior, tentamos apresentar as discussões sobre as diversas formas de se pensar a Filologia desde que se tem conhecimento dessa ciência no mundo ocidental até o que vêm propondo os novos estudiosos na área.

Atualmente, a Filologia carece, nas palavras de Lamas (2009, tradução nossa), de bases sólidas que a destaquem “em qualquer das múltiplas esferas em que o linguístico se apresenta como uma dimensão importante”⁷. Para o referido autor, estudos que consideram a Filologia atrelada aos estudos do texto/discurso são o cimento para se construir a futura especialização dessa ciência. Problematisa Lamas (2009, tradução nossa) que:

⁷ No original: “Dicho de otro modo, si se integra esta Filología basada em los estudios acerca del texto (para el caso, ‘discurso’) como unidad superior y básica de los estudios (= de grado, de base) podemos poner sólidos cimientos para una futura especialidad (= de posgrado) en cualquiera de las múltiples esferas en las que lo lingüístico se presenta como una dimensión importante”.

Trata-se, na realidade, de propor um modelo articulado em que se integrem o cultural, o linguístico, e o literário, mas em que também tenham lugar as demais dimensões da linguagem: a cognitiva, a gramatical e a semântica, a sociocomunicativa e a textual, a variação, a aplicação do linguístico a qualquer uma das esferas da realidade prática, etc.⁸.

É tendo como alicerce essas considerações de Lamas que buscamos estabelecer um laço teórico entre a Filologia e a Linguística Textual, fundamentando nossa discussão sobre dois pilares: o **conceito de texto** e o conceito de **contexto**, questões intimamente ligadas. Tentaremos, portanto, apresentar como esses conceitos relacionam-se de modo direto e como a reflexão que suscitamos tende a contribuir para se construir essa especialização das pesquisas filológicas proposta por Lamas (2009).

Desde a segunda metade do século XX, não só a ciência linguística se desenvolveu, mas também suas ramificações adquiriram outras formas fazendo com que, nesse período, surgissem, por exemplo, os estudos do texto e do discurso. Segundo Bentes (2012), o termo 'Linguística de Texto' foi empregado, pela primeira vez, por Harald Weinrich, autor alemão que afirmava ser toda a Linguística necessariamente uma Linguística de Texto. Ressalta a autora que a emergência desses estudos é o resultado de um esforço teórico que buscava

Constituir um outro campo (em oposição ao campo construído pela Linguística Estrutural), que procura ir além dos limites da frase, que procura reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação da comunicação, excluídos das pesquisas sobre a linguagem pelos postulados dessa mesma Linguística Estrutural — que compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informativa (Bentes, 2012, p. 259).

FLP21(1)

A fim de discutirmos a perspectiva do texto dentro do escopo teórico da Linguística Textual, precisamos recordar as diversas concepções que esse objeto foi incorporando ao longo do desenvolvimento dos estudos linguísticos condicionados pelas diferentes concepções de linguagem. Diversos pesquisadores que discutem o tema consideram que existem (ou existiram) três correntes de pensamento que se desenvolveram ao longo dos estudos linguísticos: a primeira considerava (considera) **a linguagem enquanto expressão do pensamento**; a segunda entendia (entende) **a linguagem como instrumento de comunicação**; e a terceira compreende **a linguagem como forma ou um processo de interação**. Sinalizamos que, mais recentemente, fala-se em uma quarta abordagem, a respeito da qual discutiremos mais à frente. Por agora, cabe-nos esclarecer de forma bastante resumida cada uma dessas três abordagens iniciais.

Para os que compreendem a linguagem como expressão do pensamento, o fenômeno linguístico é um ato racional, “um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece”. (Travaglia, 1997, p. 21). Dessa forma, compreendia-se a linguagem como instrumento de manifestação do que se desenvolve internamente no

⁸ No original: “Se trata, en el fondo, de proponer un modelo articulado en el que se integren lo cultural, lo lingüístico y lo literario, pero en el que también quepan las demás dimensiones del lenguaje: la cognitiva, la gramatical y la semántica, la sociocomunicativa y la textual, la variación, la aplicación de lo lingüístico a cualquiera de las esferas de la realidad práctica, etc.”.

indivíduo. Nesse momento, segundo Marcuschi (2008), a língua foi tomada como um código ou como um sistema de signos. Essa concepção compreende os estudos de Saussure e Chomsky, por exemplo, que não buscam explicações para o fenômeno linguístico além dos elementos internos estruturais da própria língua.

Bakhtin/Volóchinov⁹ (2012, p. 74) denomina essa forma de conceber a língua(gem) como fruto da criação individual de *Subjetivismo Idealista*. De acordo com esse autor, essa tendência “interessa-se pelo ato da fala, de criação individual como fundamento da língua”, e pode ser assim sintetizada:

1. A língua é uma atividade, um processo ininterrupto de construção (“energia”) que se materializa sob a forma de atos individuais de fala;
2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual;
3. A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística;
4. A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética) apresenta-se como um depósito inerte tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas a sua aquisição prática, como instrumento pronto para ser usado. (Bakhtin/Volóchinov, 2012, p. 75-76).

Essa primeira corrente do pensamento linguístico, segundo Koch (2002, p. 16), entende o texto como “um produto – lógico – do pensamento [...] do autor, nada mais cabendo ao leitor/ouvinte senão ‘captar’ essa representação mental, juntamente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel essencialmente passivo”. A respeito desse tipo de leitor, evocamos a metáfora machadiana dos vermes presente no romance *Dom Casmurro*. Passemos a ela:

[...] Cheguei a pegar em livros velhos, livros mortos, livros enterrados, a abri-los, a compará-los, catando o texto e o sentido [...]. Catei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles. — Meu senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada dos textos que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos; nós roemos. Não lhe arranquei mais nada. Os outros todos, como se houvessem passado palavra, repetiam a mesma cantilena. **Talvez esse discreto silêncio sobre os textos roídos fosse ainda um modo de roer o roído.** (Assis, 2016, p. 116, grifo nosso).

Compreendemos que, assim como o personagem Bentinho no trecho apresentado, o filólogo constantemente está em contato com os registros antigos, buscando respostas, questionando, apurando o conhecimento a respeito das informações guardadas pelo tempo. A metáfora dos vermes é, a nosso ver, símbolo de um leitor passivo, aquele que absorve as informações pura e simplesmente, sem agir sobre o que lê ou ouve. Ele está ligado a uma visão clássica de sujeito, alheio às influências externas do mundo que o rodeia. Esse sujeito não sabe absolutamente nada

⁹ Neste artigo, nos referimos ao autor de *Marxismo e filosofia da linguagem* no singular, porque entendemos a querela a respeito da real autoria do referido livro. Atualmente, sabemos que a publicação é de autoria de Volóschinov (conforme podemos ver na edição do livro de 2017, pela editora 34, que preserva apenas o nome deste autor). No entanto, como utilizamos ainda uma versão anterior a essa, optamos por citar o nome dos dois autores, mas considerá-los no singular, uma vez que sempre se soube que a publicação era de autoria de apenas um deles.

a respeito dos ‘textos’ que ‘rói’ (para insistir na metáfora) e somente detém-se a “roer o roído”.

Essa imagem nem de longe pode ser entendida como todo o trabalho filológico, uma vez que a prática de leitura de textos antigos requer zelo, atenção e uma complexa relação de informações que emergem da materialidade dos fólhos e precisa ser estudada, remontada, na atividade filológica. Vemos, pois, que a atividade de lidar com textos implica mais que a superficialidade de colher informações nos fólhos. Cada palavra surge como um link que nos leva a diversas redes conceituais durante o processo de reconstituição dos fatos, sejam de ordem histórica ou linguística. Tal afirmação nos leva a refutar a primeira visão de texto e, por sua vez, a noção de que a atividade filológica detém-se apenas à extração de informações condensadas na materialidade textual.

A segunda tendência do pensamento linguístico entende a linguagem como instrumento. De acordo com Marcuschi (2008) a principal característica dessa perspectiva é o desvinculamento da língua do seu contexto social, passando a ser vista como um código, um conjunto de signos, combinados através de regras, que possibilitam ao emissor transmitir uma certa mensagem ao receptor. “Além disso, tem como consequência a ideia de que a língua é um instrumento transparente e de manuseio não problemático” (Marcuschi, 2008, p. 60).

Para Travaglia (1997, p. 22), “essa é uma visão monológica e imanente da língua, que a estuda segundo uma perspectiva formalista - que limita esse estudo ao funcionamento interno da língua - e que separa o homem no seu contexto social”.

Bakhtin/Volochínov (2012, p. 84), por sua vez, denomina essa concepção de *objetivismo abstrato*. Segundo ele, essa abordagem tomava o sistema linguístico enquanto estrutura externa e compreendia a língua como um “sistema estável e imutável de formas linguísticas”. O autor assim resume essa segunda orientação:

1. A língua é um sistema estável e imutável de formas linguísticas submetidas a uma norma que é transmitida, tal qual, à consciência individual e é peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Essas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). [...] Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas (Bakhtin/Volochínov, 2012, p. 85).

Segundo expressa Bakhtin/Volochínov (2012, p. 101), essas duas correntes linguísticas preocuparam-se em elaborar “métodos e categorias trabalhando com monólogos mortos” sendo o texto visto “como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito” (Koch, 2002, p. 16).

A essa concepção podemos associar o trabalho filológico restrito ao estudo da estrutura das línguas, que dedica-se a refletir sobre as normas gramaticas e dissecas as

informações presentes nos textos apenas com o fito de tentar sistematizar ou reconstituir normas da estrutura de uma língua.

A terceira concepção, que compreende a linguagem como forma ou um processo de interação, ao contrário das concepções anteriores, situa a linguagem como o lugar de interação humana e de constituição de relações sociais.

Bakhtin/Volóchinov (2012, p. 131), ao criticar as duas concepções anteriores, por ele denominadas, como já dissemos, de *Subjetivismo idealista* e *Objetivismo abstrato*, acrescenta que “toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal”. O princípio básico que rege essa terceira concepção do pensamento linguístico é, portanto, o princípio do dialogismo, proposto por Bakhtin e que pode ser assim resumido:

1. A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma **abstração científica** que só pode servir a certos **fins teóricos e práticos particulares** [...]
2. A língua constitui um processo de evolução ininterrupto que se realiza através da interação verbal social dos locutores.
3. As leis da evolução linguística não são [...] leis da psicologia linguística, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. [...] são essencialmente **leis sociológicas**.
4. *A criatividade* da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra forma de atividade ideológica específica. Mas, ao mesmo tempo, [...] não pode ser compreendida **independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam**.
5. **A estrutura da enunciação é puramente social**. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes [...]. (Bakhtin/Volóchinov, 2012, p. 131-132, grifos do autor).

FLP21(1)

Atualmente, compreende-se a abordagem dos fenômenos linguísticos à luz de uma quarta abordagem que seria, talvez, um desdobramento da virada pragmática. Uma das grandes representantes dessa abordagem é Salomão (1999). A autora compreende a linguagem dentro dessa perspectiva como “operadora da conceptualização socialmente localizada através de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo” (Salomão, 1999, p. 64).

Para Koch (2008, p. 31), na perspectiva sociocognitivista, “o tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreito, interno, de mútua construtividade”. Seria, portanto, a linguagem o mediador entre o mundo biológico e o mundo social. É importante considerar que tal definição evoca uma noção de contexto enquanto um lugar onde se constroem e reconstroem as significações. O contexto, na visão de Koch (2008, p. 31), é “o árbitro das tensões entre sistematicidades e indeterminações do dizer e do mostrar, do dito e do implicado”. O texto, na visão sociocognitivista, seria o próprio lugar dessa interação onde os “sujeitos ativos se constroem e por ele são construídos”. A produção da linguagem, portanto,

constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes, mas,

sobretudo, a sua reconstrução no momento da interação verbal. (Koch, 2008, p. 31, grifo da autora).

Os filólogos em tempos modernos devem estar atentos ao conceito de texto vigente entre os estudos da Linguística Textual. A definição de Beaugrande (1997), que considera o texto como um “evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” reflete, justamente, a forma de se compreender o fenômeno textual nessa quarta abordagem.

Ao falarmos de uma leitura contextualizada dos textos (antigos e modernos), precisamos retomar a proposta de Hanks (2008). Afinal de contas, como considera o próprio autor, hoje em dia, é ponto de consenso em diversas áreas de estudo da linguagem que muito, talvez até tudo que se refere à produção de sentido, depende fundamentalmente do contexto. O autor afirma que “as práticas discursivas são configuradas por e ajudam a configurar os contextos em vários níveis” (Hanks, 2008, p. 174). Assim, a produção de sentido está intimamente ligada ao contexto, que é tomado dentro da antropologia linguística como integrado por esses níveis sociais, linguísticos antropológicos, cognitivos etc. Assim, define o autor:

Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado nas relações. Não há contexto que não seja “contexto de”, ou “contexto para”. Como este conceito é tratado depende de como são construídos os outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros (Hanks, 2008, p. 174).

Contrapondo-se a abordagens que tomaram o contexto “uma estrutura radial cujo ponto central é o enunciado falado” (Hanks, 2008, p. 171), como a teoria dos atos de fala (Austin, 1962) e a interação conversacional (Grice, 1989), Hanks (2008) apresenta duas dimensões do contexto: a emergência e a incorporação/encaixamento.

A primeira definição está mais ligada aos elementos imediatos da interação verbal. “Ela diz respeito à atividade mediada verbalmente, à interação, à co-presença, à temporalidade, em um contexto restrito como um fato sensível, social e histórico” (Hanks, 2008, p. 175). A emergência põe em xeque fatores como a situação momentânea, a relevância do cenário e o campo semiótico; já a incorporação, diz respeito aos aspectos ligados ao enquadramento discursivo, como a inscrição do discurso em quadros socioculturais mais amplos.

Nas palavras do autor:

Incorporação é um processo no tempo, e um estudo adequado do contexto no nível dos campos sociais deve observar a ordem temporal das ocupações, incluindo as ocupações das pessoas, dos objetos, dos lugares, e das ações no curso do tempo das organizações. O campo social tem uma história que transcende qualquer ocupação particular. (Hanks, 2008, p. 190).

Assim, de forma resumida, entendemos que “a emergência está associada ao chamado tempo real da produção do enunciado, e a incorporação, ao contexto em larga escala, por outro lado” (Hanks, 2008, p. 175).

Um ponto importante a ser apresentado na proposta de Hanks (2008) é a tomada dos participantes do discurso como peças fundamentais para o contexto, seja ele local ou não-local. Essa proposta também adquire originalidade porque trata essas

FLP21(1)

duas dimensões – emergência e incorporação – como atuando simultaneamente. Dessa forma, a situação enunciativa emerge a cada momento e o cenário não é tido como uma mera descrição da cena enunciativa, mas um sistema relevante, no qual projetam-se campos semióticos/simbólicos/demonstrativos que são transformados pelas relações entre os signos. A esse respeito, afirmam Bentes e Rezende (2008, p. 41):

as três formações (ou níveis) contextuais distintas(os) (situação, cenário e campo semiótico/simbólico) encontram-se combinadas(os) entre si de tal forma que, no curso da vida social, não há situação que não esteja ligada a um cenário e não há cenário que possa ser separado das semioses. É essa relação ordenada de envolvimento e de ligação entre os níveis que o autor denomina **incorporação** (*embedding*). Para ele, estudar as relações entre a produção de linguagem e o contexto, é estudar essas relações de incorporação social.

Hanks (2008, p. 189) ressalta que esses elementos projetam-se em novas incorporações, que são realizadas pelo campo social caracterizado pelo autor como “atual, localizado, por sua articulação via relevância, simbolização e evocação indicial”.

A proposta de contexto apresentada por Hanks é cara aos estudos filológicos, pois leva-nos a compreender que um estudo de documentos históricos, assim como o estudo de qualquer outra interação social, é dependente do contexto enunciativo em que é produzido. O que nos direciona a investigar o período histórico social em que os textos (documentos) estão inseridos, a fim de fazermos emergir os sentidos ali condensados.

Nesse aspecto, parece um ponto muito importante para nós discutirmos, embora que de forma sucinta, como os postulados teóricos que apresentamos até aqui se relacionam ao exercício de leitura do texto antigo com o qual, de modo mais efetivo, o filólogo depara-se constantemente.

Como entende Marcuschi (2008), compreender enunciados não é uma atividade tão natural, nem fruto de um “treinamento”. O autor nos chama a atenção para o fato de que o exercício de compreender textos é bem mais complexo do que se pensa, pois além de habilidade exige interação e trabalho. Nesse direcionamento, compreender seria uma forma de nos inserirmos no mundo e, ao mesmo tempo, agirmos sobre ele a partir das relações dialógicas que permeiam nossas práticas sociais.

Marcuschi (2008) considera que todas as nossas práticas diárias mais efetivas são revestidas de linguagem e que não damos conta de sua complexidade por ela ter um funcionamento tão espontâneo. No entanto, interagir por meio de textos não é uma tarefa fácil, pois como “seres produtores de sentido não somos tão lineares e transparentes quanto seria de desejar, e a compreensão humana depende da cooperação mútua” (Marcuschi, 2008, p. 233). Tais observações nos levam a refletir sobre a efetiva complexidade que norteia nossas ações por meio da linguagem. É interessante observarmos, porém, que a característica que nos ajuda a não ficarmos perdidos em meio a esse processo é justamente a mesma que o complexifica: “o fato de serem as atividades sociais e cognitivas marcadas pela linguagem sempre colaborativas e não atos individuais” (Marcuschi, 2008, p. 23).

O filólogo, antes de tudo (e arriscamos dizer que principalmente), é um leitor de textos. Um leitor atento, crítico e que precisa mobilizar recursos de diversas ordens, histórica, social e linguística, por exemplo, no ato de leitura dos documentos antigos.

A perspectiva de abordagem da Filologia Textual, a nosso ver, está diretamente relacionada com essa forma de pensar o processo de leitura e interação, por ser entendida por Gama e Telles (2006) como ramificação que dá conta da língua como um sistema complexo de estruturas profundas.

Entendemos que, quando se trata da leitura do texto antigo, o filólogo precisa articular todos os elementos constituintes do sistema complexo de leitura com ainda o agravante do distanciamento contextual em que ele, leitor, encontra-se com relação ao contexto de produção do texto. Por essa razão, entendemos, também, que a abordagem do contexto proposta por Hanks (2008) dialoga muito bem com o exercício de investigação do pesquisador que se coloca a interpretar vestígios de um período antigo.

Acreditamos que o percurso teórico que traçamos auxiliará nossa análise e contribuirá com a nossa proposta. Assumir uma ideia de texto sob a ótica sociocognitivista dentro das pesquisas filológicas implica, a nosso ver, pensar em tudo o que aqui foi dito e explicitado, de modo a não mais assumirmos o fenômeno textual enquanto algo estático, pronto, limitado. Carece, dentro da proposta que assumimos, traçarmos novos rumos e, assim, dinamizarmos as pesquisas que porventura virem neste trabalho um ponto de partida coerente para se pensar a leitura do texto filológico.

4 CONCLUSÕES

Neste trabalho, que, como dissermos, é um recorte de uma pesquisa mais ampla que desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado (Alves, 2016), buscamos fazer um apanhado da história dos estudos filológicos e propomos como podemos pensar o texto, nosso objeto de estudo, dentro dessa área entendendo-o, à luz da Linguística Textual, como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” (Beaugrande, 1997, p. 10).

Este estudo também leva-nos a entender que, na sua atividade de realizar uma “leitura ativa”, como denomina Auerbach (1972), além da investigação linguística, o filólogo exerce um profundo trabalho de investigação contextual, histórica e política. Isso porque a língua é o reflexo das experiências de um povo, de suas relações sociais e de suas crenças, costumes etc. Desse modo, ao mergulhar nesse complexo universo da leitura, devemos considerar todos os elementos que asseguram a complexidade desse processo. Uma vez que, situando o texto e tomando-o com base em abordagens mais condizentes com a dinamicidade desse objeto, o filólogo é capaz de fazer inferências, levantar informações e interpretar marcas deixadas por nossos antepassados, preservando essas fontes de informações materiais e culturais de um determinado povo em dada época e lugar.

Outra conclusão importante a que chegamos diz respeito à relevância de considerarmos o processamento dentro das análises dos estudos da Filologia Textual sob uma ótica mais dinâmica, o que nos leva a entender, parafraseando as ideias de Bakhtin/Volóshinov (2012), que mesmo estando diante do texto antigo, não estamos trabalhando com monólogos mortos, isolados, como elucidamos ao trazer a metáfora machadiana dos vermes, mas com a língua “em sua totalidade concreta e viva”, situada em um determinado momento histórico-social que precisa ser recuperado, a fim de que o sentido condensado nesses textos possa emergir, atualizando-se aos novos contextos enunciativos – isso porque cada leitura é, na verdade, uma textualização.

A perspectiva de abordagem da Filologia Textual, a nosso ver, está diretamente relacionada com essa forma de pensar o processo de leitura e interação, por ser entendida por Gama e Telles (2006) como ramificação que dá conta da língua como um sistema complexo de estruturas profundas. Desse modo, defendemos aqui, talvez pretensiosamente, que a abordagem teórica do fenômeno textual, como é tomado no campo da Linguística de Texto, tem muito a contribuir com as pesquisas que tratam do texto como seu objeto. De modo especial, no que toca à Filologia Textual, entendemos que essa interface representa um sopro de ânimo para as pesquisas na área, apontando para a Filologia uma perspectiva mais condizente com o status sociocognitivo do seu objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

Alves LEP. Filologia textual e linguística textual: estudo de textos setecentistas à luz da teoria da acessibilidade [dissertação]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2016.

Alves LEP, Ximenes EE, Santos HLG. Para além das traças: desdobramentos contemporâneos das pesquisas filológicas. *Revista Philologus*. 2016;22(65):121-132. [citado 25 out. 2016]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista>.

Assis JMM. Dom Casmurro. Estabelecimento de texto de Santiago-Almeida MM, introdução de Fischer LA. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2016.

Auerbach E. Introdução aos estudos literários. Paes JP, tradutor. 12ª ed. São Paulo: Cultrix; 1972.

Austin J. How to do things with words. 2ª ed. Cambridge: Harvard University Press; 1962.

Bakhtin M (Volochínov VN). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec; 2012.

Bassetto BF. Elementos de filologia românica: história externa das línguas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2001.

Beaugrande RD. New foundations for a science of text and discourse. Freedom of access to knowledge and society through discourse. Norwood: Ablex; 1997.

Bentes AC. Linguística textual. In: Mussalim F, Bentes AC, organizadoras. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 9ª ed. São Paulo: Cortez; 2012. p. 261-301.

Bentes AC, Rezende CR. Conceitos, questões e fronteiras [con]textuais. In: Signorini I, organizadora. [Re]discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.

Câmara Jr JM. História da linguística. Petrópolis: Vozes; 1975.

Cambráia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.

Coulmas F. Escrita e sociedade. Bagno M, tradutor. São Paulo: Parábola Editorial; 2014.

Dubois J, et al. Dicionário de linguística. 17ª ed. São Paulo: Cultrix; 2011.

Gabas Jr N. Linguística histórica. In: Mussalim F, Bentes AC, organizadoras. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 9ª ed. São Paulo: Cortez; 2012. p. 85-112.

Gama AR, Telles CM. Perspectivas da filologia textual. *Revista do GELNE (UFC)*. 2006;4(1-2):172-175.

- Grice P. Logic and conversation. In: Studies in the way of words. Harvard: University Press; 1989.
- Hanks WF. Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez; 2008.
- Koch IGV. Desvendando os segredos do texto. 7ª ed. São Paulo: Cortez; 2002.
- Koch IGV. As tramas do texto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2008.
- Lamas OL. Bolonia, la filología y venus ante el espejo. Revista electrónica de estudios filológicos. 2009;17:online. [citado 20 jan. 2016]. Disponível em <https://www.um.es/tonosdigital/znum17/portada/monotonos/monotonos.htm>.
- Lamas OL. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.
- Marquilhas MRB. Filologia. In: Ceia C, organizador. E-Dicionário de termos literários. 2008. [citado 18 jul. 2015]. Disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/filologia/>.
- Megale H, Cambraia CN. Filologia portuguesa no Brasil. DELTA - Revista de Documentos de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. 1999;15(especial):1-99.
- Queiroz AA. Referenciação e polidez em cartas de amor: o resgate da história de Jayme e Maria por meio da (re)construção de self e do outro. [dissertação]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2015.
- Righi G. História de la filología clásica. Barcelona: Editorial Labor; 1967.
- Salomão MMM. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. Veredas: revista de estudos linguísticos. 1999;3(1):61-79.
- Santiago-Almeida MM. Para que filologia/crítica textual?. Revista Acta. 2011;1:1-12.
- Santos R, Souza AS. Filologia e edição de texto. In: Borges RS, et al., organizadores. Edição de texto e crítica filológica. Salvador: Quarteto; 2012. p. 15-59.
- Spina S. Introdução à edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix/EDUSP; 1977.
- Teixeira MCR. A filologia textual: o revelar dos aspectos da história. Apresentação ao XII Congresso nacional de linguística e filologia. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de estudos filológicos e linguísticos; 25 a 29 de agosto, 2008.
- Teixeira MCR, Queiroz RCR, Santos RB, organizadores. Diferentes perspectivas dos estudos filológicos. Salvador: Quarteto; 2006.
- Travaglia LC. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez; 1997.
- Ximenes EE. Fraseologias jurídicas: estudos filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris; 2013.

FLP21(1)

Estudo do processo de transmissão de *Grande sertão: veredas*,
de Guimarães Rosa, em livros didáticos
de língua portuguesa

*Studies on the transmission process of Grande sertão: veredas, by
Guimarães Rosa, in Portuguese textbooks*

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto*
Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, BA, Brasil

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida**
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Temos por objetivo realizar, neste trabalho, uma investigação acerca do processo de transmissão que o texto *Grande sertão: veredas* (1967), de Guimarães Rosa, percorreu até chegar, como produto final, às mãos dos alunos e professores da educação básica, através dos Livros Didáticos de Língua Portuguesa - LDLPs. Para isso, coletamos treze LDLPs, dos quais apenas seis apresentaram menção ou fragmentos do referido texto. Partindo desse corpus, realizamos o cotejo entre os fragmentos encontrados de *Grande sertão: veredas* nos LDLPs e o texto-base, este definido como a quinta edição da referida obra, publicada em 1967, ainda em vida do autor. A partir do cotejo, detectamos algumas mutilações textuais no que tange à adição, omissão, alteração ou substituição de pontuação, palavras, frases ou trechos inteiros, o que pode prejudicar o entendimento e o conhecimento do próprio texto, já que muitos estudantes têm acesso a muitos textos literários somente a partir de tais materiais didáticos. Feitas essas considerações, destacamos que, para a realização deste trabalho, amparamo-nos nos preceitos teórico-metodológicos, principalmente, de Blecua (1983), Cambráia (2005), Spaggiari e Perugi (2004) e Spina (1994), que versam sobre o labor do crítico textual, bem como sobre o processo de transmissão de textos literários.

Palavras-chave: Crítica Textual. *Grande sertão: veredas*. Livros didáticos de língua portuguesa.

Abstract: Through this research, we aim to carry out an investigation about the transmission process which the text *Grande sertão: veredas* (1967), by Guimarães Rosa, experienced until it arrived, as a final product, at the hands of the students and teachers from the basic education, mainly through the portuguese textbooks or LDLP (*Livro Didático de Língua Portuguesa*). In order to do so, we collected thirteen of these portuguese textbooks (LDLPs), from which only six of them presented mention or fragments coming from the text. From there on, we compared the fragments of *Grande Sertão: veredas* found in the textbooks and the original text, which is defined as the fifth edition of the work, published in 1967, while the author was still alive. From such comparison, we detected some textual mutilations regarding the addition, omission, alteration or replacement of

* Professora Assistente da Área de Língua Portuguesa do Centro das Humanidades, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, BA, Brasil; josenilce.barreto@ufob.edu.br

** Professor Titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; msantiago@usp.br

punctuation, words, phrases or whole passages, which may interfere dramatically on the understanding and knowledge of the text itself, since many students have access to literature only through such textbook materials. In order to carry out the research, we focused on the theoretical-methodological precepts of Blecua (1983), Cambraia (2005), Spaggiari and Perugi (2004) and Spina (1994) – they all discuss the labor of the text critics, as well as the transmission process of literary texts.

Keywords: Textual Criticism. *Grande sertão: veredas*. Portuguese textbooks.

1 INICIANDO UM DIÁLOGO ...

O primeiro dever do crítico textual é guardar a integridade dos documentos mais importantes da nossa literatura e da nossa cultura. Trata-se de uma questão de princípio em torno da qual não pode existir compromisso nenhum. Permitir que qualquer corrupção, mesmo pequena, infiltre a transmissão da nossa herança literária, seria o mesmo que admitir a possibilidade que um pecadilho possa ser cometido no Eden (Bowers, 1975 apud Spaggiari; Perugi, 2004, p. 173).

Ao iniciarmos este diálogo a partir da fala de Bowers (1975 apud Spaggiari; Perugi, 2004, p. 173), trazemos à tona a questão que norteará este trabalho: a genuinidade dos textos literários, disponibilizados nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Metaforicamente, Bowers (1975 apud Spaggiari; Perugi, 2004, p. 173) compara a corrupção de um texto com a possibilidade de um pecadilho acontecer no Jardim do Éden, o que, biblicamente, seria inaceitável, justamente porque corromper um texto literário seria o mesmo que “pecar contra Deus”. Assim, o crítico textual deve “evitar quaisquer pecadilhos” e manter a integridade dos textos, não permitindo que nenhuma corrupção afete a sua transmissão.

Partindo disso, adentramos no âmbito da Crítica Textual, que já possui mais de dois mil anos de existência, mas ainda é pouco conhecida fora do âmbito acadêmico. Academicamente, a referida disciplina surgiu pela necessidade que se tinha de fazer edição de textos produzidos na Antiguidade como, por exemplo, a *Iliada* e a *Odisséia*. Com vistas à elaboração de edições de textos variados, no século III a.C., na antiga Biblioteca de Alexandria, no Egito, reuniram-se os primeiros filólogos para estudar e realizar atividades voltadas para o texto e para a língua.

Inevitavelmente, o labor filológico foi se consolidando à medida que as cópias de textos assaz importantes, tais como aqueles cuja autoria foi atribuída a Homero, foram ficando cada vez mais recorrentes, bem como os seus leitores de uma elite prestigiada. Assim, não é de se admirar que, ainda nesse período, Filologia fosse sinônimo de erudição, haja vista os conhecimentos necessários à realização da prática de edição de texto, como assinala Bueno (1967, p. 6):

FLP21(1)

[...] o conceito de filologia era idêntico, na antigüidade clássica, ao de erudição, não existindo diferença entre *eruditus*, *gramaticus* e *philologus*. A estas denominações podemos acrescentar ainda outra: a de *criticus*. Mas, para a cabal execução de tal ofício se requeria erudição, pleno conhecimento da língua e da literatura, da história e da mitologia, vindo, portanto, mais uma vez, confirmar que todas essas denominações, por mais variadas que fossem, se reduziam todas ao conceito único de *erudição*.

Diante disso, concluímos que o filólogo é um erudito. Assim, pelo fato de cada texto possuir peculiaridades, que exigem do editor conhecimentos de várias áreas do saber, chegamos à constatação de que as ciências interdisciplinares são cruciais para o filólogo, principalmente porque a sua função principal é disponibilizar edições passíveis de confiabilidade e, para isso, ele precisa conhecer o texto em toda sua amplitude.

Logo, inferimos que, ao estabelecer um texto, o filólogo parte dos aspectos inerentes àquele para chegar a uma edição crítica fidedigna. Entretanto, não podemos deixar de lado o fato de que, em seu processo de transmissão¹, o texto acaba passando por algumas modificações, as quais podem ter ocorrido por causa de fatores exógenos ou endógenos.

Sobre os primeiros, esses estão diretamente relacionados com o tipo de suporte material, tais como o papiro, o pergaminho, o papel, a tinta, o grafite etc. No caso, as corrupções do texto podem ter sido ocasionadas por conta do manuseio indevido do suporte material, das ações de insetos (os quais podem causar furos, manchas ou apagamento da mancha escrita), das ações do tempo (tais como a oxidação da tinta, a umidade, o calor, etc.), das calamidades naturais (tais como enchentes, terremotos, incêndios sem intervenção humana etc.) e do mal acondicionamento do documento. Os fatores endógenos, por sua vez, ocorrem por causa da ação de reprodução do texto em si. Essas ações podem ser autógrafas (feitas e autorizadas pelo próprio autor), apógrafas (feitas por editores ou copistas, mas com a autorização do autor) ou apócrifas (feitas por terceiros e cuja autoria é passível de dúvida) (Cimbraia, 2005; Spaggiari; Perugi, 2004).

Resolver tais problemáticas é tarefa do editor crítico, já que a Crítica Textual trata exatamente da “[...] *restituição da forma genuína dos textos*, i. é, de sua *fixação* ou *estabelecimento* [...]” (Cimbraia, 2005, p. 13, grifos do autor).

Contudo, é durante a Antiguidade que a Filologia, enquanto prática de edição de textos, surge e, já naquele período, os filólogos alexandrinos criaram um sistema de análise, conhecido através de símbolos, como, por exemplo: óbelo (-): verso apócrifo; asterisco (*): verso incorreto repetido em outro lugar, com vistas à identificação dos tipos de alterações sofridas pelo texto. Com isso, foi permitido que as gerações futuras àqueles filólogos pudessem conhecer tais documentos, já que os alexandrinos apenas marcavam as irregularidades, sem, no entanto, interferir diretamente no texto (cf. Cimbraia, 2005).

¹ Em Crítica Textual, o termo ‘processo de transmissão’ diz respeito às modificações pelas quais um texto passa à medida que é copiado ou editado, e, em seguida, transmitido/divulgado.

Ainda de acordo com Cambraia (2005), é-nos informado que durante o período da Itália renascentista (séculos XIV ao XVI), existiram gerações de filólogos que deram prosseguimento ao método aplicado pelos alexandrinos. Através dos trabalhos dos filólogos renascentistas foi possível a recolha de muitos manuscritos, comparando-os com outros mais antigos e corrigindo as falhas de cópias realizadas pelos escribas. Nesse ínterim, tem-se notícia do primeiro manual de Crítica Textual, cuja autoria é atribuída ao italiano Francesco Robortello (1516- 1567).

Nos séculos seguintes, o trabalho continuou. Na França no século XVI, na Holanda nos séculos XVI e XVII e na Inglaterra e Alemanha no século XVIII, houve vários estudiosos que contribuíram para a consolidação da Crítica Textual (cf. Cambraia, 2005). Contudo, é somente no século XIX que a disciplina adquire o status de ciência, haja vista as contribuições dos estudos de Karl Lachmann (1793-1851), nos quais é apresentado um método para o estabelecimento de um arquétipo, aplicado a textos antigos ou perdidos, a partir do estudo da tradição. Em outras palavras, é com Lachmann que a Crítica Textual adota critérios muito mais rigorosos, tomando como ponto de partida os estudos anteriores àquele.

Embora o método de Lachmann tenha sido criado para ser aplicado a textos muito antigos ou cujo original tenha se perdido no processo de transmissão, não podemos esquecer de que foi graças a Karl Lachmann, com a publicação das edições críticas do *Novo Testamento* em grego (1842-1850) e do poema *De Rerum Natura* de Lucrécio (cf. Spina, 1994), que a Crítica Textual passou a ser vista como ciência, no século XIX, e dessa iniciativa derivam os modelos de edições críticas de textos, realizadas pela Filologia Moderna. Assim, é notável o avanço nos campos de atuação da Crítica Textual, haja vista a sua preocupação com a genuinidade dos textos publicados.

FLP21(1)

Tomando essas considerações como ponto de partida, lançamos mão de verificar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Crítica Textual, como os textos literários escritos em Língua Portuguesa têm sido transmitidos, via Livro Didático de Língua Portuguesa, doravante LDLP, a partir dos anos 2000. Para tal propósito, elegemos o romance *Grande sertão: veredas* (1967), de Guimarães Rosa, como a obra a ser analisada em seu processo de transmissão em alguns LDLP, principalmente por dois motivos: primeiro, por conta da importância artístico-literária-filosófica do referido romance modernista, produzido com uma linguagem singular, que transborda sutileza entre a fala e a narrativa poética, e cujo período histórico representa uma intensa necessidade de engajamento político e escolhas de temáticas da vida cotidiana para ser a narrativa central de algumas obras, como é caso do romance em questão. Segundo, porque os LDLPs são, na maioria das vezes, o principal, senão o único, meio de acesso a textos literários por boa parte dos alunos, enquanto leitores em formação. Sobre este segundo motivo, Cambraia (2005, p. 191) afere o seguinte:

Considerando que, no sistema de ensino de forma geral, o livro didático - um texto escrito, portanto - é o principal instrumento de trabalho, era de esperar que houvesse grande rigor em sua elaboração, pois atinge milhões de leitores. A realidade, no entanto, parece não condizer com esse pressuposto.

Partindo da realidade de produção dos LDLPs por parte das editoras, torna-se necessário verificar se tais instrumentos de ensino continuam repetindo as mesmas falhas, que foram observadas por Mendes (1986, p. 163-164) em outros livros didáticos durante a sua pesquisa, na década de 1980, a saber:

[...] a) não se costuma indicar que se trata de fragmento, quando um texto não foi integralmente transcrito. O mesmo ocorre quando o texto é interrompido e retomado adiante.

b) Por vezes, as supressões de trechos nos dão a impressão de que isto se dá em função do espaço, ou seja, sacrifica-se a unidade do texto, para que se encaixe num pedaço do papel que a ele foi destinado, depois de feitas as ilustrações.

c) No caso de poemas, o desrespeito ao texto está freqüentemente associado a problemas de disposição gráfica dos mesmos. Por isso, suprimem-se versos, dois ou três versos se reduzem a um, ou vice-versa, um verso se desdobra em dois ou três [...].

Assim, a nossa maior preocupação neste trabalho não é realizar uma edição crítica de *Grande sertão: veredas* (1967), mas verificar a transmissão e os contextos em que tais textos foram inseridos em alguns LDLPs, atentando-nos para as seguintes indagações: de que forma os textos literários são transmitidos e/ou adaptados aos LDLPs? Existem critérios, anunciados pelos editores nos próprios LDLPs, aplicados aos textos literários para as adaptações? Em que medida é possível aferir a manutenção ou não da genuinidade dos textos literários nos LDLPs? As fontes ou os textos-base escolhidos para a seleção dos textos literários a serem diagramados nos LDLPs são passíveis de confiabilidade? São essas questões que tentaremos responder, ao longo deste trabalho, em consonância com as observações de Mendes (1986), pontuadas anteriormente.

FLP21(1)

2 O CORPUS E A METODOLOGIA

Quando se trata de textos literários, como é o caso do corpus deste trabalho, temos que pensar na trajetória que tais textos percorrem até chegar, como produto final, às mãos dos alunos e professores, através dos LDLPs. Com base nessa constatação, entendemos que o texto literário passa por vários processos até chegar à sua publicação no LDLP, a saber: os manuscritos (originais), editor literário, primeira publicação, autor do LDLP, textos publicados, editor do LDLP e publicação do LDLP (Baldow, 2013). Em outras palavras,

[...] o autor do livro didático organiza os originais, dentro do projeto editorial-pedagógico, e submete-o ao editor que, dessa forma, assume um lugar estratégico na autoria do LDP, mobilizando pessoal para cada especificidade, ajustando os textos, organizando-os de acordo com as configurações das páginas, participando ativamente da dinâmica, desde a diagramação até o PDF final. (Baldow, 2013, p. 45).

Entretanto, apesar da existência dessas etapas, os problemas advindos da seleção, edição e publicação de textos literários nos LDLPs persistem e, em vista disso, o complexo trabalho de conscientização das editoras acerca da relevância de se selecionar e inserir textos literários fidedignos nos LDLPs está longe de findar, haja

vista a demanda do próprio mercado editorial, que faz com que as editoras, em busca de economia de custos de impressão e de um amplo público de compra, realizem um trabalho mais preocupado com o mercado do que com a forma como os textos serão recebidos pelo seu público alvo.

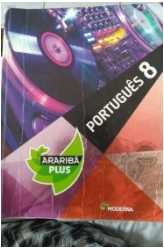
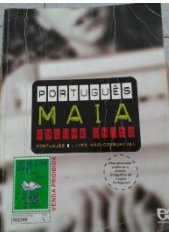
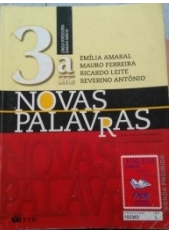
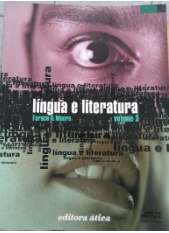
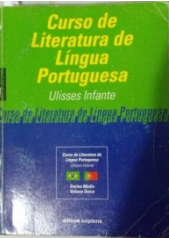
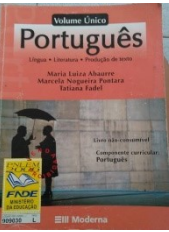
Contudo, é importante frisar que as edições preparadas para serem publicadas nos LDLPs independem do conhecimento e da vontade/autorização do autor do texto literário, uma vez que esse não é consultado. Assim, os LDLPs apresentam, em sua grande maioria, apenas fragmentos do texto original, ora mencionando que é um fragmento, ora sem nenhum tipo de menção. Quando se trata de textos adaptados, há que se reconhecer que a adaptação ocorre também por conta do processo editorial, já que há uma quantidade de caracteres e configurações de paginação previamente delimitados. Entretanto, por conta da limitação espacial dentro do LDLP, o leitor não é informado de que houve modificações no texto literário e que essas são de inteira responsabilidade do autor do livro didático, que é incumbido de interpretar e, até mesmo, de alterar o texto literário, para que ele cumpra e caiba nos objetivos daquele instrumento de ensino.

Pensando na problemática anteriormente apresentada é que decidimos enveredar em uma investigação em alguns LDLPs, a fim de identificar de que forma os textos literários são transmitidos nesses livros e se há menção de que os textos foram modificados ou não para atender aos objetivos do editor do LDLP, e os contextos em que os textos foram inseridos. Como cada livro consultado possui muitos textos literários e pelo fato de este trabalho não comportar, no momento, todas as análises almejadas, decidimos apresentar apenas a transmissão do romance *Grande sertão: veredas* (1967), de Guimarães Rosa, que apareceu em 6 dos 13 livros didáticos consultados, incluindo-se na contagem 4 coleções, 3 com 3 livros cada e outra com 4 livros.

Com base nos materiais selecionados, apresentamos a primeira etapa deste trabalho: a *recensio*² ou a relação dos livros didáticos em que fragmentos do referido romance aparecem ou em que há menção da obra, como pode ser observado no quadro a seguir, organizado a partir da data de publicação de cada LDLP, os quais foram listados de forma decrescente.

² Em Crítica Textual, esta etapa do trabalho se caracteriza como “[...] o estudo da tradição manuscrita ou impressa de uma dada obra. Tal estudo consiste na análise comparativa das *varia lectio* quando a obra foi transmitida por vários manuscritos. [...]” (*Glossário de Crítica Textual*, s.v. *recensio*).

Quadro 1 - Relação dos livros didáticos em que *Grande sertão: veredas* (1956/1968) aparece ou é mencionado.

<i>Capa</i>	<i>Título do livro</i>	<i>Autor(es)</i>	<i>Editora, edição, ano</i>	<i>Título do texto didatizado</i>	<i>Página(s)</i>
	<i>Araribá Plus Português – 8º ano</i>	Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna	Moderna 4ª ed. 2014	Texto 1: <i>Grande sertão: veredas</i>	266 a 267
	<i>Português: Volume único</i>	João Domingues Maia	Ática 2ª ed. 2005	Texto 2: <i>Grande sertão: veredas</i> – João Guimarães Rosa	430 a 433
	<i>Novas palavras: Língua Portuguesa: ensino médio – 3ª série</i>	Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio	FTD 2ª ed. 2005	Texto 3: Primeira Leitura – <i>Grande sertão: veredas</i> – João Guimarães Rosa	116 a 117
	<i>Português: Língua, Literatura e Produção de texto</i>	Maria Luiza Abaurre, Marcela Nogueira Pontara e Tatiana Fadel	Moderna 2ª ed. 2004	Texto 4: <i>Grande sertão: veredas</i> – João Guimarães Rosa	143
	<i>Curso de Literatura de Língua Portuguesa – Vol. Único</i>	Ulisses Infante	Scipione 1ª ed. 2001	Texto 5: <i>Grande sertão: veredas</i>	581
	<i>Língua e Literatura – Vol. 3</i>	Faraco e Moura	Ática 21ª ed. 2000	Texto 6: <i>Grande sertão: veredas</i> , Guimarães Rosa	314 e 348

FLP21(1)

Dentre os 6 livros em que aparece o texto literário em análise, um deles não possui fragmentos da obra. Trata-se do *Curso de Literatura de Língua Portuguesa* (2001), volume único, produzido por Ulisses Infante, em que há, na página 581, um texto explicativo sobre o estilo e a produção literária de Guimarães Rosa, incluindo-se nele uma abordagem crítico-literária sobre *Grande sertão: veredas*, embasada no texto do encarte do CD *João Guimarães Rosa*, escrito por Davi Arrigucci Jr. e mencionada por Infante (2001). Logo, como não há, de fato, um fragmento do romance de Guimarães Rosa para o cotejo entre o texto-base³ e o LDLP, o **texto 5** será descartado da análise aqui empreendida.

Cabe ressaltar, contudo, que ainda nessa etapa começou a aparecer uma significativa quantidade de variantes, as quais são entendidas, no âmbito da Crítica Textual, como lições divergentes, existentes em um determinado lugar do texto, entre dois ou mais testemunhos, que implicam a existência de erro de cópia, de edição ou de impressão (*Glossário de Crítica Textual*, s.v. variante). No caso do nosso trabalho, consideramos as variantes substantivas, compreendidas como palavras, frases ou parágrafos inteiros que foram modificados no processo de transmissão do texto; e as variantes acidentais, que se referem aos erros de ortografia, sinais de pontuação, divisão de palavras e emprego de maiúsculas, que “[...] revestem uma indubitável relevância cultural [...]” (Spaggiari; Perugi, 2004, p. 107).

Assim, optamos por analisar, além das variantes substantivas, as acidentais, dentro das quais encontramos as alterações ortográficas, por entendermos que estas apresentam significativa relevância. Sobre isso, Spaggiari e Perugi (2004, p. 107-108) aferem que as alterações ortográficas revelam:

- a distinção básica entre variantes meramente gráficas, e variantes substantivas, há de prever uma categoria especialmente destinada às variantes linguísticas (morfofonéticas);
- as variantes gráficas podem apresentar grafemas desestruturados ou arcaicos, e por isso mesmo susceptíveis, não apenas de fornecer informações sobre os modelos utilizados pelo copista, mas também de agir como fatores dinâmicos, incidindo na vertente do significado [...];
- ao invés, um grafema descodificado pelo escriba com base no seu sistema fonológico, pode, à medida que este difere do sistema próprio do original, ocasionar variantes substantivas mesmo importantes;
- a relevância das variantes gráficas e linguísticas é proporcional ao nível de standardização da tradição examinada.

Como se pode observar, as variantes acidentais também nos permitem identificar vários aspectos importantes do texto. Por isso, iniciamos o levantamento das variantes endógenas, não autorais, existentes na transmissão dos textos, tomando como aporte teórico o trabalho de Blecua (1983), para o qual existe um sistema de classificação das variantes, a saber: adição, quando ocorre o acréscimo de palavras, pontuação, frases, parágrafos e sílabas; omissão, quando ocorre o processo inverso em um ou mais dos elementos suprimido(s); alteração, quando ocorre a inversão de

³ Em Crítica Textual, o texto-base é o testemunho adotado na edição crítica, ou seja, aquele cujas lições não passam, em caso de variação, para o aparato crítico. Assim, a sugestão dos manuais de Crítica Textual é a de que se adote como texto-base aquele que represente a última vontade do autor ou, em sua ausência, o testemunho não autógrafa que lhe esteja mais próximo (cf. Cambraia, 2005; Spaggiari; Perugi, 2004; Spina, 1994).

palavras, frases ou parágrafos inteiros; e a substituição, quando uma palavra, frase, sílaba ou parágrafo são substituídos ou aglutinados.

Utilizando-se desse sistema, realizamos o cotejo, para o qual foram criados quadros comparativos em que estão dispostos, à esquerda, o texto-base, e sempre à direita, o texto disposto no livro didático consultado, organizado na mesma ordem apresentada no quadro anterior. Assim, apresentamos, sequencialmente, o cotejo entre o texto-base e o que chamamos de texto 1, texto 2, texto 3, 4 e 6, presentes nos LDLPs, sempre em comparação com o texto-base. Além disso, levamos em consideração, nas análises, o contexto em que cada fragmento foi disposto no LDLP, apontando a sua relação com as atividades propostas.

Para cada variante encontrada, foi adotado um símbolo para marcá-la: quando for adição, colocaremos a palavra/trecho na cor verde dentro de colchetes - []; quando for omissão, colocaremos a palavra/trecho na cor azul dentro de colchetes uncinados - < >; quando for alteração, colocaremos a palavra/trecho na cor laranja dentro de parênteses - (); e quando for substituição, colocaremos a palavra/trecho na cor vermelha dentro de barras duplas - //, acompanhado da marcação em negrito. Pontuada a metodologia, passemos às análises.

3 ANÁLISE DO CORPUS

Para a análise do corpus, admitimos como texto-base a quinta edição (1967) de *Grande sertão: veredas*, publicada, em paralelo com *Tutaméia – terceiras histórias* (1967), pouco antes da morte do autor, Guimarães Rosa (1908-1967). Logo, a edição utilizada neste trabalho, foi publicada sob a sua autorização. Além disso, optamos por utilizar a referida edição como texto-base pelo fato de o presente trabalho ser apenas a primeira etapa de uma pesquisa, para a qual, em uma segunda etapa, será realizado o cotejo entre os textos-fonte (aqueles mencionados pelo editor como fonte de consulta) e os próprios LDLPs, com a finalidade de verificarmos se os textos apontados como fontes de consulta realmente o foram, como assinalam os próprios LDLPs. Posto isto, dispomos as análises.

FLP21(1)

Quadro 2 - Cotejo entre o texto-base e o texto 1 didatizado.

Texto-base – <i>Grande sertão: veredas</i> (1967)	Texto didatizado – <u>Texto 1</u> constante em <i>Araribá Plus Português</i> (2014), p. 266-267
- (NONADA). [...] Por meu <acêrto>. [...] Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beijos, <êsse> figurava rindo feito pessoa. [...] ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 9-24.	Grande sertão: veredas - (Nonada). [...] Por meu <acerto>. [...] Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beijos, <esse> figurava rindo feito pessoa. João Guimarães Rosa. <i>Grande sertão: veredas</i>. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 23-24; 41-43. (Fragmento)

Sobre o excerto, podemos identificar a presença de algumas palavras do texto-base que sofreram modificações, no que concerne à acentuação, o que se caracteriza como variante accidental, já que não houve uma alteração substantiva na

transmissão do texto-base. Logo, quando se tratar desse tipo de variante, apresentaremos apenas alguns de seus exemplos, como é o caso do fragmento, a fim de deixar clara a sua existência. Além disso, houve também alteração na primeira palavra do fragmento, *Nonada*, que é apresentada somente com a letra inicial maiúscula, enquanto que no texto-base toda a palavra está grafada em letras maiúsculas, fato cuja explicação é obscura, já que não se sabe o porquê de a edição de 2001 ter modificado a sua formatação/apresentação⁴.

Assim, podemos afirmar que o referido fragmento é muito próximo do texto-base. Todavia, como o LDLP é um importante instrumento de ensino, não podemos descartar o contexto em que o fragmento literário foi inserido no livro didático, haja vista o aspecto significativo de se pensar acerca da contextualização de quaisquer textos literários didatizados. Com base nessas observações, verificamos, além da transmissão do texto em si, os contextos em que o referido fragmento aparece no LDLP. Assim, identificamos que o trecho está disposto em uma seção denominada *Leitura da hora*, em que há alguns esclarecimentos do editor do livro didático sobre o fragmento a ser apresentado, a saber: há notas de esclarecimento dizendo que a grafia original do texto foi mantida e que Guimarães Rosa é “[...] um dos autores brasileiros mais famosos por conta de sua prosa poética [...]”. Sobre os esclarecimentos referidos, é importante mencionar que, de fato, ao utilizar como texto-fonte a edição de 2001, a grafia foi mantida, mas, como já pontuado, a edição não corresponde ao texto-base, no que concerne à acentuação, autorizada pelo autor ainda em vida.

O editor ainda acrescenta, quase no final do fragmento, uma nota dizendo que o objetivo do trecho é permitir que os estudantes tenham um primeiro contato com a obra de Guimarães Rosa, ainda que o texto lhes cause estranhamento, o qual pode servir como uma provocação ou desafio para o novo leitor, para o qual não é importante entender o significado de todas as palavras, mas perceber como a língua pode ser usada de forma poética e criativa. Ademais, nota-se que o editor do LDLP também faz menção de que o excerto é apenas uma parte do romance, o que é, de certa forma, positivo, pois o aluno, de antemão, sabe que aquele texto é apenas uma amostra da obra.

Também não podemos deixar de mencionar que, após a leitura do fragmento e das notas explicativas, não há nenhuma atividade ou sequer menção ao romance na atividade proposta sobre orações subordinadas adjetivas, que aparece na página seguinte do livro. Muito pelo contrário, as atividades propostas remetem a um texto apresentado na unidade anterior e que não tem relação com o trecho retirado de *Grande sertão: veredas* (2001), o que é incoerente, já que o texto disponibilizado acaba sendo descartado, pois o aluno não terá necessidade de voltar ao fragmento do romance de Guimarães Rosa ou de relê-lo se não o quiser, sem contar que, para responder às atividades gramaticais propostas, o aluno terá que voltar à página 242, já que ele está na 268, para consultar o texto-base das atividades propostas.

Postas essas considerações sobre o texto 1 didatizado, passemos à análise do segundo.

⁴ O sistema de referências bibliográficas adotado nos quadros é o mesmo constante nos textos didatizados. Os números das páginas consultadas são os mencionados pelo editor do LDLP. Optamos por manter a normatização existente nos LDLPs e, de maneira similar, dispomos a referência do texto-base, para que não haja discrepância na forma de apresentação de ambas as referências.

Quadro 3 - Cotejo entre o texto-base e o texto 2 didatizado.

Texto-base – <i>Grande sertão: veredas</i> (1967)	Texto didatizado – <u>Texto 2</u> constante em <i>Português: Volume único</i> (2005), p. 430-433
[...] Diadorim vinha constante comigo. Que viesse sentido, soturno? Não era, não, isso eu é que estava crendo, e quase dois dias enganoso cri. Depois, <sòmente>, entendi que o emburro era mesmo meu. Saudade de amizade. Diadorim caminhava correto, com <aquêle> passo curto, que o <dêle> era, e que a brio pelejava por espertar.	Diadorim vinha constante comigo. Que viesse sentido, soturno? (alteração de paragrafação) Não era, não, isso eu é que estava crendo, e quase dois dias enganoso cri. Depois, <somente>, entendi que o emburro era mesmo meu. Saudade de amizade. Diadorim caminhava correto, com <aquele> passo curto, que o <dele> era, e que a brio pelejava por espertar.
ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i> . Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 282-283.	Guimarães Rosa, João. <i>Grande sertão: veredas</i> . 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 282-3.

No cotejo, podemos verificar, similarmente ao primeiro texto, que há alteração de paragrafação logo no início do fragmento apresentado e também a omissão da acentuação. Logo, o texto didatizado não apresenta variantes substantivas, o que nos leva a afirmar que o fragmento e o texto-base não possuem disparidades significativas.

Todavia, assim como no texto 1 didatizado, é imprescindível mencionar o contexto do LDLP em que o fragmento está disposto. Trata-se da unidade 44, que versa sobre a terceira fase do Modernismo no Brasil e que é iniciada com um pequeno texto elucidativo sobre o romance *Grande sertão: veredas* (1967). No texto há uma contextualização sobre o personagem Riobaldo, seu tipo de narrativa e sua amizade com Diadorim, relação de grande conflito presente na obra. Após a introdução, o fragmento do romance é apresentado, seguido de um pequeno vocabulário e de algumas questões interpretativas sobre o conteúdo do trecho literário lido.

Em seguida, é proposta uma questão para que o leitor discuta com os colegas sobre quem tem mais facilidade em expressar emoções, o homem ou a mulher, e em quais situações isso ocorre. Por fim, há uma proposta de estudo da intertextualidade do texto apresentado com um poema de Carlos Drummond de Andrade, abordando quais mulheres podem ser consideradas guerreiras e como podemos caracterizá-las.

Entretanto, precisamos pontuar um aspecto negativo nessas atividades interpretativas: as questões referentes às personagens femininas são inseridas em um contexto em que, no fragmento, não está explícita a presença de uma mulher no diálogo com Riobaldo, já que ainda não estava claro que Diadorim era mulher.

Portanto, o fragmento apresentado apenas narra o momento em que Diadorim rejeita o presente de Riobaldo, sem, no entanto, haver a constatação de que é um homem tentando presentear uma mulher, ao contrário, é um amigo tentando presentear outro, o que não explica como as atividades propostas se relacionam com o fragmento lido, já que no trecho do romance não há a presença de uma mulher, que explique o porquê de as questões estarem centradas no universo

FLP21(1)

feminino. Ao contrário, se o editor do LDLP tivesse escolhido o fragmento do romance em que Riobaldo descobre que Diadorim é mulher, com certeza as questões estariam perfeitamente relacionadas com o trecho do romance.

Feita a análise do texto 2 didatizado, passemos ao texto 3:

Quadro 4 - Cotejo entre o texto-base e o texto 3 didatizado.

Texto-base – <i>Grande sertão: veredas</i> (1967)	Texto didatizado – <u>Texto 3</u> constante em <i>Novas palavras: Língua Portuguesa: ensino médio</i> (2005), p. 116-117
Fragmento 2	Fragmento 2
[...]. Afirmo ao senhor, minha Otacília ainda se orçava mais linda (.) me saudou com o salvável carinho(.) adiante de amor. [...] E eu, para <nôjo> e emenda, carecia de uns tempos. [...]. Ela tinha certeza de que eu ia retornar à Santa Catarina, renovar; e trajar terno de sarjão, <flôr> no peito, sendo o da festa de casamento. [...]. Conforme me casei, não podia ter feito coisa melhor././ como até hoje ela é minha muito companheira [...]	[...]. Afirmo ao senhor, minha Otacília ainda se orçava mais linda(,) me saudou com o salvável carinho(,) adiante de amor. [...] E eu, para <nojo> e emenda, carecia de uns tempos. [...]. Ela tinha certeza de que eu ia retornar à Santa Catarina, renovar; e trajar terno de sarjão, <flor> no peito, sendo o da festa de casamento. [...]. Conforme me casei, não podia ter feito coisa melhor././ como até hoje ela é minha muito companheira [...]
Fragmento 3	Fragmento 3
[...] Eu não tinha competência de querer viver, tão acabadiço, até o cumprimento /de/ respirar me sacava. E, Diadorim, às <vêzes> conheci que a saudade <dêle> não me desse repouso; nem o <nêle> imaginar. [...] ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 453-454; 456-457; 458.	[...] Eu não tinha competência de querer viver, tão acabadiço, até o cumprimento /do/ respirar me sacava. E, Diadorim, às <vezes> conheci que a saudade <dele> não me desse repouso; nem o <nele> imaginar. Guimarães Rosa, João. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FLP21(1)

Como observado, há a presença de variantes acidentais, mas também a substituição da pontuação no texto didatizado, o que ocasiona a mudança no ritmo da leitura, e da palavra /de/ (texto-base) pela palavra /do/ (texto didatizado), o que se caracteriza como uma variante substantiva, já que há uma nítida diferença entre dizer “até o cumprimento /de/ respirar me sacava” (texto-base) e “até o cumprimento /do/ respirar me sacava” (texto didatizado).

Além disso, no que concerne ao texto-fonte utilizado pelo editor, verificamos algumas incongruências, a saber: o editor do LDLP menciona que a edição consultada é a de 1978, mas não cita o número da edição e nem as páginas de onde retirou os fragmentos, o que dificulta a consulta, por parte do leitor, dos trechos na edição supracitada.

Destarte, assim como nos demais LDLPs, é interessante destacar o contexto em que tais fragmentos são apresentados, a fim de melhor compreendermos a relação entre o ensino de literatura e a transmissão de textos, via LDLP. Assim, os trechos do romance estão dispostos no capítulo 8 do LDLP dedicado à “terceira

geração modernista brasileira”, em que há um tópico intitulado “Primeira leitura”, no qual há a apresentação de 3 fragmentos independentes, sendo que o primeiro apresenta apenas variantes acidentais, acompanhados de pequenos vocabulários do romance *Grande sertão: veredas*, que versam sobre os sentimentos de Riobaldo em relação a Diadorim (Maria Deodorina) e a Otacília, duas mulheres que lhe despertaram o amor em épocas e em circunstâncias diferentes.

Pode-se notar pela leitura que, no primeiro fragmento, há a narrativa em que Riobaldo descobre que Diadorim é mulher - para seu espanto e surpresa; no segundo fragmento, narra-se o momento em que Riobaldo conhece Otacília, sua futura esposa, e o momento em que o personagem nos conta o consentimento da sogra e dos familiares da sua pretendente para o casamento; e no terceiro e último fragmento, há a narrativa em que Riobaldo vai visitar o túmulo de Diadorim (Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins) e relembra o sofrimento de ambos, o quanto a amou e o quanto agora é amado por Otacília.

Nas duas páginas seguintes à leitura dos fragmentos, há uma série de exercícios interpretativos acerca dos trechos lidos, incluindo-se notas de esclarecimento sobre o escritor e o romance, sobre a linguagem utilizada por Guimarães Rosa e sobre o momento histórico em que a obra fora produzida, além de um fragmento sobre a opinião crítica de Beth Brait sobre *Grande sertão: veredas*, publicada na obra *Guimarães Rosa: literatura comentada* (1982). Feitas essas considerações, passemos à análise do texto 4:

Quadro 5 - Cotejo entre o texto-base e o texto 4 didatizado.

Texto-base – <i>Grande sertão: veredas</i> (1967)	Texto didatizado – <u>Texto 4</u> constante em <i>Português: Língua, Literatura e Produção de texto</i> (2004), p. 143
[]- (NONADA). Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja. [...]. Por meu <acêrto>. [...] Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beíços, /êsse/ figurava rindo feito pessoa. Cara de gente, /cara/ de cão: determinaram < -- > era o demo. Povo prascóvio. Mataram. Dono <dêle> nem sei quem /fôr/. [...]	[“]- (Nonada). Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja. [...]. Por meu <acerto>. [...] Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beíços, /essa/ figurava rindo feito pessoa. Cara de gente, /carão/ de cão: determinaram < > era o demo. Povo prascóvio. Mataram. Dono <dele> nem sei quem /foi/. [...]
ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 9.	ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

A partir do cotejo do texto 4 com o texto-base, podemos identificar, além da omissão da acentuação, o acréscimo de aspas no começo do fragmento, o que pode ser entendido como uma forma de sinalizar o início do trecho citado, bem como a alteração da formatação/apresentação da primeira palavra – Nonada – que aparece apenas com a inicial maiúscula, em oposição ao texto-base, e a substituição de palavras como /êsse/ para /essa/, /cara/ para /carão/ e /fôr/ para /foi/, no texto didatizado.

Entretanto, o editor do LDLP aponta, ao final do fragmento, que utilizou como texto-base a primeira edição de *Grande sertão: veredas*, de 1956, o que é um equívoco, pois, ao confrontarmos a edição de 1956 com o texto didatizado,

verificamos que elas não se correspondem, o que evidencia que a edição utilizada pelo editor do LDLP não foi uma edição genuína ou que foi corrompida, como pode ser verificado a seguir.

Quadro 6 - Cotejo entre a primeira edição de *Grande sertão: Veredas* (1956) e o texto 4 didatizado.

Primeira edição de <i>Grande sertão: Veredas</i> (1956)	Texto didatizado – <u>Texto 4</u> constante em <i>Português: Língua, Literatura e Produção de texto</i> (2004), p. 143
[]- (NONADA). [...]. Por meu <acêrto>. [...]. Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beijos, /êsse/ figurava rindo feito pessoa. Cara de gente, /cara/ de cão: determinaram < -- > era o demo. Povo prascóvio. Mataram. Dono <dêle> nem sei quem /fôr/. [...]	[“]- (Nonada). [...]. Por meu <acerto>. [...]. Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beijos, /essa/ figurava rindo feito pessoa. Cara de gente, /carão/ de cão: determinaram < > era o demo. Povo prascóvio. Mataram. Dono <dele> nem sei quem /foi/. [...]
ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i> . Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 9.	ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i> . Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

Em vista da existência das modificações do texto didatizado, podemos afirmar que há variantes substantivas no fragmento constante no LDLP, o que implica em uma transmissão corrompida do texto-fonte. Além disso, o texto que o editor disse que consultou não corresponde à primeira edição, publicada em 1956 sob a autorização de Guimarães Rosa, o que nos leva a repensar sobre a credibilidade da fonte citada pelo editor do referido LDLP. Outra questão que não pode passar despercebida é a falta de aviso sobre a atualização ou não da ortografia constante no fragmento disposto no LDLP. Em outras palavras, não há, no livro didático, nenhuma menção de que os textos apresentados estariam transcritos de acordo com a ortografia atual, o que se consolida quando, ao revisitar a primeira edição do romance, identificamos que não somente a ortografia sofreu modificações, mas também e principalmente porque houve a substituição de algumas palavras por outras, como podem ser verificadas no cotejo entre a edição de 1956 e o texto didatizado, o que corrobora a nossa hipótese de que o texto-fonte utilizado pelo editor é uma versão corrompida do texto autorizado por Guimarães Rosa e publicado em 1956.

No mais, assim como fizemos com os demais textos didatizados, verificamos o contexto em que o fragmento do romance roseano aparece. Feito isso, identificamos que o trecho do romance é apresentado na unidade que trata do Modernismo no Brasil, no capítulo 12. Nele são trazidas informações históricas, mescladas com as produções e escritores literários do período, nos quais é apresentada “a narrativa universalizante” da terceira geração modernista, com foco especial em Guimarães Rosa, desde sua biografia até o seu estilo literário inovador.

Em sequência, quando se toca no assunto do sertão, é-nos apresentado o romance *Grande sertão: veredas*, cuja descrição narrativa desemboca no fragmento transcrito anteriormente. Após o trecho da obra citada, o autor do LDLP continua a sua narrativa sobre o romance, seguida de uma introdução sobre a escritora Clarice Lispector e suas obras.

Nas atividades propostas na segunda página, após o fragmento do romance de Guimarães Rosa, há 4 questões sobre o narrador, a linguagem e o momento

histórico da obra *Grande sertão: veredas*. Após isso, começam questões semelhantes sobre um trecho de *Laços de família*, de Clarice Lispector, sem, no entanto, ser apresentada ao leitor o ano e a edição da referida obra.

Passemos à análise do último LDLP:

Quadro 7 -Cotejo entre o texto-base e o texto 6 didatizado.

Texto-base – <i>Grande sertão: veredas</i> (1967)	Texto didatizado – <u>Texto 6</u> constante em <i>Língua e Literatura</i> – Vol. 3 (2000)
Fragmento 1 Amigo? Aí foi isso que eu entendi? Ah, não; amigo, para mim, é diferente. Não é um ajuste de um dar serviço ao outro, e receber, e saírem por <este> mundo, barganhando ajudas, ainda que sendo com o fazer a injustiça aos demais. Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou - amigo - é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por quê é que é. <Amigo meu era Diadorim; era o Fafafa, o Alaripe, Sesfrêdo. Ele não quis me escutar. Voltei da raiva.> ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 179.	Fragmento 1 Amigo? Aí foi isso que eu entendi? Ah, não; amigo, para mim, é diferente. Não é um ajuste de um dar serviço ao outro, e receber, e saírem por <este> mundo, barganhando ajudas, ainda que sendo com o fazer a injustiça aos demais. Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou - amigo - é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por quê é que é. ROSA, Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. São Paulo: Abril, 1983. p. 130.
Fragmento 2 [...] a Mulher disse: carecia de se lavar e vestir o corpo. Piedade, como que ela mesma, embebendo toalha, limpou as faces de Diadorim, casca de tão grosso sangue, repisado. E a beleza <dêle> permanecia, só permanecia, mais impossivelmente. [...] Os olhos <dêle> /ficados/ para a gente ver. A cara economizada, a <bôca> secada. [...] Eu [] dizendo que a Mulher ia lavar o corpo <dêle>. [...]. Mandou todo <o> mundo sair. [...] Diadorim – nú de /tudo/. E ela disse: - “A Deus dada. Pobrezinha...” [...] Mas <aquêles> olhos eu beijei, e as faces, a <bôca>. /Adivinhava/ os cabelos. [...] ROSA, João Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 453-454.	Fragmento 2 – Grande sertão: veredas [...] a Mulher disse: carecia de se lavar e vestir o corpo. Piedade, como que ela mesma, embebendo toalha, limpou as faces de Diadorim, casca de tão grosso sangue, repisado. E a beleza <dele> permanecia, só permanecia, mais impossivelmente. [...] Os olhos <dele> /ficaram/ para a gente ver. A cara economizada, a <boca> secada. [...] Eu [ia] dizendo que a Mulher ia lavar o corpo <dele>. [...]. Mandou todo < > mundo sair. [...] Diadorim – nú de /todo/. E ela disse: - “A Deus dada. Pobrezinha...” [...] Mas <aqueles> olhos eu beijei, e as faces, a <boca>. /Adivinhara/ os cabelos. [...] ROSA, Guimarães. <i>Grande sertão: veredas</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983. p. 423.

No primeiro fragmento há uma variante accidental no que concerne à omissão da acentuação da palavra <este>, constante no texto-base e reproduzida no texto

FLP21(1)

didatizado, sem a acentuação. Além disso, o trecho “Amigo meu era Diadorim; era o Fafafa, o Alaripe, Sesfrêdo. Ele não quis me escutar. Voltei da raiva.” foi completamente omitido do texto didatizado, no qual nem sequer foi inserido, por exemplo, um colchete com reticências ([...]) para sinalizar a existência do fragmento.

O segundo fragmento, por sua vez, apresenta omissões na acentuação, supressão da palavra <o> na frase: “Mandou todo <o> mundo sair” e também adição da palavra [ia] no trecho: “Eu [ia] dizendo que a Mulher ia lavar o corpo”, ambas presentes no texto didatizado.

Outras variantes substantivas que aparecem no segundo fragmento são as substituições das seguintes palavras: /ficaram/ por /ficados/, /todo/ por /tudo/, /adivinhara/ por /adivinhava/, que se caracterizam como variantes substantivas, já que interferem significativamente no processo de transmissão do texto. Ademais, nota-se que os referidos fragmentos foram extraídos de edições publicadas por duas editoras diferentes. Contudo, o LDLP não explica o porquê de ter retirado os fragmentos de duas e não de uma única obra. Assim, todas as variantes nos fazem repensar sobre a mesma questão levantada anteriormente: a confiabilidade dos textos literários utilizados como fontes pelo editor do LDLP.

Sobre o contexto em que os excertos aparecem, é necessário informar que o primeiro fragmento está disposto na unidade 14, que versa sobre o *Modernismo no Brasil – terceira fase*. Nessa parte, há textos explicativos acerca do contexto histórico, das manifestações artísticas, da arquitetura e do teatro do período, verticalizando para a literatura, na qual encontramos o primeiro fragmento, inserido na seção sobre a prosa da terceira fase do Modernismo.

Já o segundo fragmento está inserido em outra parte do LDLP, denominada unidade 16 – *a prosa na terceira fase do Modernismo (II) Guimarães Rosa* – cuja seção sobre literatura possui a biografia de Guimarães Rosa e suas obras, incluindo um texto sobre a narrativa de *Grande sertão: veredas*, seguido do segundo fragmento do romance, o qual é o centro de algumas questões interpretativas, que versam sobre o estilo de Guimarães Rosa e o da época em que o romance foi produzido.

FLP21(1)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo uma atividade milenar, a Crítica Textual mantém o mesmo objetivo: a edição de textos. Entretanto, com o método criado por Karl Lachmann, no século XIX, a filologia adquiriu o status de ciência, o que só foi possível a partir do momento em que foram pensados critérios e uma metodologia para o estabelecimento de textos antigos ou perdidos. Na contemporaneidade, a Crítica Textual tem ganhado espaço significativo quando o assunto é o estabelecimento de uma edição crítica de textos literários, o que ratifica o objetivo principal daquela disciplina.

Embora não tenhamos feito uma edição crítica de *Grande sertão: veredas* (1967), tomamos como ponto de partida o embasamento teórico disponibilizado pela Crítica Textual e enveredamos pelos livros didáticos de Língua Portuguesa, a fim de verificar o seguinte: De que forma os textos literários são transmitidos e/ou adaptados aos LDLPs? Existem critérios, anunciados pelos editores nos próprios LDLPs, aplicados aos textos literários para essas adaptações? Em que medida é possível aferir a

manutenção ou não da genuinidade dos textos literários nos LDLPs? As fontes ou os textos-base escolhidos para a seleção dos textos literários a serem diagramados nos LDLPs são passíveis de confiabilidade?

Tendo em mente as questões e as considerações de Mendes (1986) sobre os textos literários dispostos nos LDLPs, chegamos, a partir das análises apresentadas ao longo deste trabalho, a algumas conclusões. Primeira, como os livros didáticos possuem um espaço pré-definido para a editoração dos textos, as obras literárias tendem a sofrer adaptações ou cortes, o que é compreensível, mas o que mais nos surpreendeu foi, na maioria dos casos, a não sinalização de que se trata de um fragmento e a ausência de referência bibliográfica completa, pois não constam nem a edição e nem a página da obra consultada, em alguns livros didáticos, o que dificulta a vida do leitor, caso deseje ler aquele fragmento direto no texto-fonte.

Segunda, a falta de critérios que deveriam ser pré-anunciados antes dos fragmentos literários ou na apresentação do livro, a fim de que o leitor/estudante em formação esteja ciente dos cortes ou adaptações que foram feitos com os textos literários, disponíveis naquele LDLP.

Terceira, como verificado nas análises, alguns fragmentos destoam significativamente do texto-base (1967) aqui utilizado, o que nos leva a aferir que os textos sofreram corrupção em seu processo de transmissão, fato que pode desencadear, nos leitores, uma visão deturpada do romance, já que não se trata apenas de omissão, acréscimo, alteração e substituição de acentuação, pontuação e de palavras, mas do conhecimento e interpretação do texto em si.

Quarta, em alguns casos, as fontes escolhidas pelo editor como textos-fonte não são passíveis de confiabilidade, principalmente porque, como observado no LDLP 4, o texto de 1956 citado como fonte não corresponde à primeira edição, disponível nas bibliotecas brasileiras, o que compromete a credibilidade do LDLP, haja vista a citação de uma fonte corrompida e que, ao ser verificada, é diferente da que se encontra no referido LDLP.

Diante dos cotejos e das análises apresentadas, podemos afirmar que dos 5 livros estudados, apenas os textos dos livros 3, 4 e 6 apresentam variantes substantivas no que concerne à pontuação e à alteração ou omissão de palavras, que interferem no sentido dos textos, o que nos leva a refletir sobre os efeitos das interpretações daqueles por parte dos seus leitores, em especial os alunos da Educação Básica, que, muitas das vezes, têm acesso pela primeira e, talvez, única vez ao texto literário disponível no LDLP, o que é preocupante, haja vista a amostra da existência dos problemas decorrentes do processo de transmissão dos textos aqui apresentados. Sobre as variantes acidentais, todos os textos didatizados apresentam ortografia atualizada, mesmo quando isso não deveria acontecer, como é o caso do fragmento supostamente retirado da primeira edição de *Grande sertão: veredas* (1956), na qual a acentuação deveria ser mantida, por conta de sua data de publicação.

Por fim, apesar de se tratar de um trabalho em que mapeamos o processo de transmissão de um texto literário tão importante na Literatura Brasileira, como é o caso de *Grande sertão: veredas*, podemos afirmar que a investigação não se encerra por aqui, pelo contrário, serve como incentivo para futuros trabalhos, inclusive os subsequentes a este, que tratem da Crítica Textual como parceira para o ensino de línguas e para auxiliar a produção dos LDLPs junto aos seus editores, sempre que isso seja possível.

REFERÊNCIAS

- Abaurre M, Pontara M, Fadel T. Português: Língua, Literatura e Produção de texto. 2ª ed. São Paulo: Moderna; 2004. (Vol. único).
- Amaral E, et al. Novas palavras: Língua Portuguesa: ensino médio. 2ª ed. São Paulo: FTD; 2005.
- Araribá Plus Português. 4ª ed. São Paulo: Moderna; 2004.
- Baldow VMFS. A genuinidade de textos literários em livros didáticos de língua portuguesa [dissertação]. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; 2013.
- Blecua A. Manual de crítica textual. Madrid: Editorial Castalia; 1983.
- Bueno FS. Estudos de filologia portuguesa. 5ª ed. São Paulo: Saraiva; 1967.
- Dubois J, et al. Dicionário de Lingüística. Direção e coordenação geral da tradução: Prof. Dr. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix; 1993.
- Cambráia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Faraco CE, Moura FM. Língua e Literatura. 21ª ed. São Paulo: Ática; 2000. (Vol. 3)
- Glossário de crítica textual. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade de Lisboa. [citado 24 jul. 2019]. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>.
- Infante U. Curso de literatura de língua portuguesa. São Paulo: Scipione; 2001. (Vol. único)
- Maia JD. Português: Volume único. 2ª ed. São Paulo: Ática; 2005.
- Mendes MG. A fidedignidade dos textos nos livros didáticos de comunicação e expressão no Brasil. Encontro de Crítica Textual: o manuscrito moderno e as edições. Anais ... 1986;1:163-174.
- Rosa G. Grande Sertão: veredas. Rio de Janeiro: J. Olympio; 1956.
- Rosa G. Grande Sertão: veredas. 5ª ed. Rio de Janeiro: J Olympio; 1967.
- Rosa G. Grande sertão: veredas. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2001.
- Spaggiari B, Perugi M. Fundamentos de crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna; 2004.
- Spina S. Introdução à edótica: crítica textual. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética/ Edusp; 1994.

FLP21(1)

Cotejo entre variantes gráficas em manuscritos goianos dos séculos XVIII e XIX

A comparison between graphic variants in manuscripts of Goiás from the eighteenth and the nineteenth centuries

Carolina Faleiros Felício*

Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, Brasil

Vanessa Regina Duarte Xavier**

Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, Brasil

Resumo: A Filologia nos permite, através de critérios adequados, editar manuscritos antigos, conservando, em sua transcrição, o máximo possível, suas formas originais, o que possibilita, dentre vários estudos, o de caráter ortográfico. O corpus desta pesquisa é composto por quarenta cartas goianas redigidas entre os anos de 1751 e 1752, cujas edições fac-similar e semidiplomática estão disponíveis em Xavier (2012). Também faz parte do corpus a edição semidiplomática de um processo de partilha e inventário de bens de Catalão-Go, de 1851, a qual encontra-se em Pires (2015). O objetivo da pesquisa foi analisar variações gráficas presentes nos documentos referidos, comparando-as com as grafias presentes em instrumentos normatizadores da escrita da época, como os dicionários de Bluteau (1712-1728) e de Moraes Silva (1813), a fim de averiguar a consonância ou não entre elas. Primeiramente, foram coletados todos os vocábulos com variações gráficas, a saber, vocálicas e consonantais. Após a coleta, suas grafias foram verificadas nos dicionários mencionados e, em seguida, o mesmo foi feito com suas etimologias nos dicionários de Machado (1977) e Cunha (1986). Por fim, realizou-se a análise quantitativa e qualitativa das variantes, com base em obras de autores como Coutinho (1976), Williams (1975) e Teyssier (1997).

Palavras-chave: História da Língua Portuguesa. Variação gráfica. Filologia.

Abstract: Philology allows us, through appropriate criteria, to edit old manuscripts, preserving, in their transcription, as much as possible, their original forms, which enables, among several studies, the orthographic one. The corpus of this research is composed by forty letters from Goiás, written between the years of 1751 and 1752, whose editions fac-similar and semidiplomatic are available in Xavier (2012). It also makes part of the corpus the semidiplomatic edition of a record of successions from Catalão-Go, dating from 1851 and published by Pires (2015). The purpose of this research was to analyze the graphical variation present in the documents referred to, comparing them with presentations written in normative instruments of writing from that time, like the dictionaries of Bluteau (1712-1728) and Moraes Silva (1813), in order to verify the consonance, or not, between the corpus and the dictionaries. Firstly, we collected all the vocabulary with graphic variations, specifically, vocalic and consonantal. After collection, their

* Graduada do curso de Letras/Português, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, Brasil; cffelicio4@gmail.com

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, Brasil; vrdxavier@gmail.com

spellings were checked in the mentioned dictionaries, and then we checked their etymologies in the dictionaries of Machado (1977) and Cunha (1986). Finally, we performed quantitative and qualitative analysis of the variants, based on the works by authors such as Coutinho (1976), Williams (1975) and Teyssier (1997).

Keywords: History of the Portuguese Language. Graphic variations. Philology.

1 INTRODUÇÃO

A Filologia é uma ciência que tem como objeto de estudo, conforme afirma Santiago-Almeida (2011, p. 2), os textos escritos, sejam eles literários ou não-literários, e possibilita estudos de extrema importância, já que a partir dos seus postulados é possível editar manuscritos antigos de maneira fidedigna, conservando, em sua transcrição, o máximo possível, suas formas originais, e com isso podemos realizar estudos em diversas esferas, e, dentre elas, a ortográfica. Os documentos que constituem o corpus desta investigação, por exemplo, já foram estudados em perspectiva léxico-cultural.

Por meio da escrita, a sociedade é capaz de fazer diversos registros de cultura, história e aspectos socioeconômicos. Esses registros escritos nos permitem analisar a escrita de determinada época e assim levantar hipóteses sobre as maneiras de grafar as palavras. Isso posto, a proposta deste trabalho é compreender uma parcela da história da Língua Portuguesa usada em Goiás, observando a grafia utilizada em manuscritos dos séculos XVIII e XIX, já editados. Mais especificamente, a proposta é analisar quantitativa e qualitativamente as variações grafemáticas – vocálicas e/ou consonantais, e seus subtipos – encontradas no corpus, à luz de instrumentos normatizadores¹ da escrita, tais como dicionários.

O corpus é composto por quarenta (40) cartas escritas durante o século XVIII, precisamente nos anos de 1751 e 1752, na Capitania de Goiás, sendo trinta (30) delas destinadas ao Rei Dom José I, nove (9) ao secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real e uma (1) à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. As edições fac-similar e semidiplomática das cartas encontram-se disponíveis em Xavier (2012).

Também faz parte do corpus a edição semidiplomática de um processo de partilha e inventário de bens, redigido durante o ano de 1851, no povoado da Vila de Catalão, que se encontra disponível em Pires (2015). O manuscrito conta com quarenta e quatro (44) fólios, escritos pelo então escrivão Camillo José de Oliveira Novaes, que apresenta a partilha da herança de Claudio Francisco Ferreira.

Além da proposta de analisar as variações gráficas presentes no corpus, temos como objetivos verificar se há uma tendência maior à conservação da forma etimológica dos vocábulos do que uma simplificação gráfica devido a uma possível influência da modalidade oral da língua². Além disso, cumpre observar se há

¹ Entende-se que os dicionários, em certa medida, registravam um padrão de escrita da época. Com isso, não se supõe que os escribas consultassem tais obras de referência. O que se pretende, nesse estudo, é verificar se a escrita observada no corpus ressoa nos dicionários.

² Convém esclarecer que, embora se compreenda que a modalidade escrita da língua não é um reflexo da sua forma oral, admite-se que, em virtude da ausência de um acordo ortográfico vigente à época, haja vestígios da oralidade nos textos em estudo.

continuidade entre os períodos ortográficos da língua portuguesa nas práticas de escrita em estudo.

Para que se realizasse a pesquisa, foi feita a coleta de todos os vocábulos que apresentassem variações grafemáticas (vocálicas e consonantais) e, em seguida, o cotejo da grafia desses vocábulos nos dicionários de Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813). Também realizou-se a verificação da etimologia dos vocábulos nos dicionários de Cunha (1986) e Machado (1977). Por fim, os vocábulos foram analisados mediante a periodização da ortografia feita por Coutinho (1976) e com base em autores como Williams (1975) e Teyssier (1997), que apresentam possíveis explicações para as ocorrências de variações gráficas na história da Língua Portuguesa.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO CORPUS

Buscando atender ao objetivo de se compreender uma parte da grafia da Língua Portuguesa utilizada em Goiás, selecionaram-se documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX redigidos no estado em questão. Como dito anteriormente, o corpus é composto por cartas do século XVIII e um auto de partilha do século XIX, sendo tal recorte cronológico o principal critério para a seleção do corpus deste trabalho. O ideal para o cotejo das variantes gráficas seria que os documentos fossem da mesma espécie documental, mas os manuscritos de Goiás que já se encontram editados³ não o são.

Os documentos manuscritos⁴ que compõem o corpus apresentam uma diferença de cem (100) anos, possibilitando analisar a escrita de determinada época e verificar o que se perpetua ou não de um século para o outro. Outro critério adotado para seleção do corpus deve-se ao fato de as autoras responsáveis pelas edições, Xavier (2012) e Pires (2015), utilizarem os mesmos critérios para a edição conservadora dos manuscritos, disponíveis em Megale e Toledo Neto (2005).

Os documentos do século XVIII possuem características de carta – “documento não diplomático, mas de desenho, mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, conforme o caso.” (Belloto, 2002, p. 51). São de esfera administrativa e “em geral, ascendentes, pois seus destinatários são hierarquicamente superiores ao remetente.” (Xavier, 2012, p. 30).

As quarenta (40) cartas que compõem o corpus datam dos anos de 1751 e 1752. No início da década de 50 do século XVIII, ainda período colonial, “vigora no Brasil o chamado Governo Geral, que pôs fim ao sistema de Capitânicas hereditárias e visava assegurar a posse de terra e resguardar os interesses econômicos da Coroa.” (Xavier, 2012, p. 21).

³ Os integrantes do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALÉFIL), da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, por meio de projetos de pesquisas, já realizaram a edição semidiplomática de um número considerável de documentos manuscritos do estado de Goiás. Convém ressaltar, porém, que ainda não foi realizada a edição de documentos da mesma espécie documental, redigidos em séculos diferentes.

⁴ Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida pela aluna como bolsista de Iniciação Científica na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, no período 2017-2018, razão pela qual optou-se por um cotejo das variantes em documentos manuscritos goianos já editados e considerados fidedignos, porque editados por membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (GEPHPOR), do qual também fazemos parte.

Com relação ao contexto histórico de produção das cartas, conforme aponta Xavier (2012, p. 28), era um “período de grande pujança econômica da Capitania goiana, situando-se durante o ciclo do ouro”. Em decorrência da descoberta do ouro e o consequente povoamento da região, “surgiram os arraiais, onde se estabeleceram também algumas propriedades comerciais, resultando na criação de um mercado interno e urbano, que promoveu um considerável progresso e urbanização da região.” (Xavier, 2012, p. 26).

As cartas, na época em questão, possibilitavam a comunicação das Capitanias com a Coroa, tratando dos mais diversos assuntos referentes à “sociedade, à religião, à política, à Justiça, à economia, dentre outros.” (Xavier, 2012, p. 28).

O documento do século XIX, redigido em Catalão no ano de 1851, é um auto de partilha, de natureza processual, que tem “como principal propósito dispor em rol o patrimônio deixado em herança por um defunto e a realização da partilha entre os seus herdeiros de direito.” (Pires, 2015, p. 30). De acordo com Pires (2015, p. 31), os principais componentes dos autos de partilha são: o testamento que “descreve e avalia os bens”, os inventários com a descrição de todos os bens e a partilha, “que finaliza o processo, que acontece com o aquinhoamento dos bens entre os sucessores de direito”.

Conforme Pires (2015, p. 24), “Catalão foi popularizada em decorrência do movimento do ouro que ocorria em Goiás com as bandeiras”, mas a região não se revelou uma terra aurífera. Sendo assim, configurou-se “como um estratégico itinerário para as outras regiões onde havia minas e para a capital da Capitania durante as primeiras décadas de setecentos.” (Pires, 2015, p. 24). A autora aponta que alguns fazendeiros da região começam a fazer doações de suas terras para a construção de uma capela para atrair moradores, o que contribuiu para o surgimento de “comunidades, armazéns e vendas que alçam o início da formação de um povoado.” (Pires, 2015, p. 25). Com um desenvolvimento rápido, em 1851, a região já havia passado da condição de arraial para vila, sendo chamada de Vila do Catalão.

O fato de os manuscritos pertencerem a espécies documentais diferentes não causou prejuízos à na análise dos vocábulos com variações gráficas, pois ambos apresentam características de documentos oficiais, pertencentes à esfera administrativa.

3 METODOLOGIA

Para que os objetivos da pesquisa fossem atingidos, fez-se necessário realizar, primeiramente, o levantamento de todos os vocábulos que apresentassem variações grafemáticas, o qual foi feito manualmente, tendo em vista tratar-se de edições semidiplomáticas, que mantêm vocábulos escritos juntos conforme os documentos originais etc. Os vocábulos foram classificados de acordo com a caracterização das variações vocálicas e consonantais feita por Santos:

Em relação à representação gráfica de segmentos e sequências vocálicas, levamos em consideração as variações dos **grafemas a** por **e**, **e** por **i**, **i** por **e**, **o** por **u**, **u** por **o**, **u** por **i**; dos ditongos nasais finais; das letras ditas ramistas (u e v, i e j, com valores vocálicos); das semivogais. Sobre as representações gráficas das consoantes e das sequências consonantais, observaremos as variações gráficas entre **s,z** / **c,s** e **ç, z**, as variações no

uso do **h**, das consoantes geminadas, uso de consoantes duplas em palavras de origem latina, da formação de sílabas por metátese e hipérese. (Santos, 2006, p. 128, grifos da autora).

A categorização de variações gráficas proposta por Santos (2006) apresenta uma delimitação do fenômeno que parece atender satisfatoriamente aos objetivos deste estudo. Porém, não nos restringimos a essa categorização, reformulando-a quando se fez necessário. Sendo assim, além das categorias de variações propostas pela autora, acrescentamos às variações consonantais a do uso de ‘co’ por ‘qu’, a qual ocorreu apenas no vocábulo *cincoenta*, que obteve uma frequência significativa no auto de partilha, a saber, de cinquenta e cinco (55) ocorrências, enquanto nas cartas houve somente cinco (5) casos.

À medida que iam sendo coletados, os vocábulos eram distribuídos nas suas respectivas categorias de variação. Como exemplificação, tomemos o vocábulo *dous*, referente à variação de ‘u’ por ‘i’, que foi encontrado no códice do século XVIII: *dous* (18) (72, 268, 269, 422, 477, 800 ...), sendo dezoito (18) o seu número de ocorrências total e os números subsequentes referentes à sua localização neste códice, que nesse caso foi feita pela numeração das linhas. Já a indicação da localização dos vocábulos encontrados no documento do século XIX foi feita através do *recto* (r.) e do *verso* (v.) do fôlio⁵, como mostra o exemplo a seguir: *villa* (30) (1r., 4r., 5r., 5v., 6r., ...).

Depois da coleta e categorização dos vocábulos, realizou-se a sua atestação gráfica nos dicionários de Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813), a fim de observar a concordância ou não entre eles e as formas gráficas das entradas contidas nestes. As obras lexicográficas citadas acima foram escolhidas porque as datas de suas publicações são coetâneas às datas de registro dos manuscritos que compõem o corpus. Feita a atestação da grafia, verificou-se a etimologia dos vocábulos nos dicionários de Cunha (1986) e Machado (1977) para comprovar se as variações encontradas podem ser explicadas ou não por sua origem etimológica.

Após estas etapas, iniciou-se a análise dos dados a partir de leituras específicas sobre a ortografia da língua portuguesa e considerando correlação dos dados com as formas gráficas encontradas em dicionários da época.

A fim de realizar o que propõe a pesquisa, mostrou-se de grande valia a caracterização, feita por Coutinho (1976), dos períodos da ortografia da língua portuguesa, sendo eles: o período fonético, o período pseudoetimológico e o período simplificado. Essa divisão cronológica é importante para que possamos verificar se há na grafia do corpus a perpetuação de características dos períodos ortográficos referidos. Além disso, as obras de Williams (1975), Teyssier (1997) e Monte (2007) muito contribuíram com relação às informações sobre a história da língua portuguesa e às explicações sobre algumas variações.

4 RESULTADOS

A apresentação dos resultados encontrados será feita em tópicos para sua melhor compreensão. Primeiramente, serão apresentados os vocábulos referentes ao

⁵ No auto de partilha analisado, não houve numeração das linhas em sua edição, diferentemente do que se observou nas cartas do século XVIII.

documento do século XVIII, especificando-se a quantidade de variações vocálicas e consonantais, bem como seus subtipos. Em seguida, mencionaremos a quantidade de vocábulos com variações que tiveram a sua grafia e etimologia atestadas nos dicionários já mencionados. Os mesmos procedimentos serão feitos com o documento do século XIX.

Além disso, será mencionada a quantidade de vocábulos que apresentaram grafias idênticas às das suas respectivas entradas nos dicionários consultados e a quantidade daqueles que tiveram sua grafia justificada pela etimologia. Tanto nos dicionários gerais, de Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813), quanto nos etimológicos, de Cunha (1986) e Machado (1977), os vocábulos que não se encontravam registrados em uma das obras, constavam na outra. Por exemplo, o vocábulo *exploração* está registrado em Moraes (1813), mas não em Bluteau (1712-1728); a etimologia de *capitação* consta em Cunha (1986), conquanto não em Machado (1977).

É importante salientar que quando as variações aconteceram nas formas flexionadas dos vocábulos, não se realizou a atestação gráfica nos dicionários mencionados acima, já que os mesmos registram apenas os nomes no singular e os verbos no infinitivo como entradas. Ressalta-se, ainda, que não foram considerados os textos das acepções no caso dos dicionários de Bluteau (1713-1728) e Moraes Silva (1813), mas apenas em Cunha (1986) e Machado (1977), tendo em vista a preocupação do trabalho com a forma gráfica e não com as acepções dos verbetes.

4.1 As variações consonantais e vocálicas nas cartas que constituem o corpus

Ao todo, foram encontrados mil e vinte e cinco (1.025) vocábulos com variação vocálica e consonantal no documento. Desse total, seiscentos e vinte e cinco (625) correspondem às variações consonantais. Cento e oitenta e quatro (184) vocábulos correspondem ao subtipo de variação entre ‘s’ e ‘z’, noventa e nove (99) entre ‘c’ e ‘s’, onze (11) entre ‘c’ e ‘ç’ e quatro (4) entre ‘ç’ e ‘s’. As variações no uso de consoantes geminadas – consoantes iguais que aparecem duplicadas –, consoantes duplas – sequência de consoantes diferentes – e do ‘h’ tiveram, respectivamente, cento e noventa e cinco (195), sessenta e sete (67) e cinquenta e oito (58) ocorrências. A formação de sílabas por metátese foi observada em seis (6) vocábulos e o uso de ‘co’ por ‘qu’ contou com apenas uma (1) ocorrência.

Nos documentos em análise, constatamos a presença de quatrocentos (400) vocábulos com variações vocálicas. Os subtipos de variação ‘e’ por ‘i’, ‘o’ por ‘u’, ‘u’ por ‘i’, ‘a’ por ‘e’ e ‘i’ por ‘e’ obtiveram, respectivamente, vinte e cinco (25), dezessete (17), quatorze (14), duas (2) e uma (1) ocorrências. Não houve nenhum caso de variação de ‘u’ por ‘o’. A variação nos ditongos nasais finais obteve cento e noventa e três (193) ocorrências. A variação com o uso do ‘y’ em lugar de ‘i’ contou com cento e trinta e quatro (134) casos e as letras ramistas com quatorze (14).

Todos os vocábulos que apresentaram alguma variação vocálica ou consonantal tiveram as suas grafias verificadas nos dicionários de Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813). Do total de seiscentos e vinte e cinco (625) vocábulos com variações consonantais, 76% foram registrados pelos dois dicionários, enquanto que dos quatrocentos (400) vocábulos com variações vocálicas, 57% foram encontrados nos dicionários.

FLP21(1)

A tabela a seguir apresenta o número total de vocábulos com variações em cada categoria e, também, o total de vocábulos encontrados nos dicionários, seguido pela quantidade de entradas neles contidas com grafias iguais às das cartas.

Tabela 1 - Cotejo das variantes gráficas dos documentos do século XVIII em Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813).

<i>Variação</i>	<i>Total de variantes gráficas</i>	<i>Total de vocábulos dicionarizados</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Bluteau (1712-1728)</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Moraes Silva (1813)</i>
‘a’ por ‘e’	2	2	0	0
‘e’ por ‘i’	25	19	5	4
‘i’ por ‘e’	1	1	1	1
‘o’ por ‘u’	17	2	0	0
‘u’ por ‘i’	14	14	8	8
‘i’ por ‘y’	134	109	29	7
Ditongo Nasal final	193	71	70	62
Letras Ramistas	14	11	0	0
‘s/z’	184	150	9	1
‘c/s’	99	15	0	0
‘c/ç’	11	11	0	0
‘s/ç’	4	4	0	0
Uso do ‘h’	58	51	0	0
Cons. Geminadas	195	173	140	132
Cons. Duplas	67	67	38	32
Metátese	6	6	1	1
‘co’ por ‘qu’	1	1	1	1
<i>Total</i>	1.025	707	302	249

Percebe-se que as variações com ocorrências de ditongo nasal final, o uso do grafema⁶ ‘h’, consoantes geminadas e duplas, e uso de ‘co’ em contextos de ‘qu’ são as que apresentaram maior quantidade de vocábulos com grafias iguais às dos dicionários. Considerando a quantidade de vocábulos dicionarizados em Bluteau (1712-1728)⁷, observa-se que 43% possuem grafias iguais às das entradas deste dicionário, revelando que há certa uniformização na escrita das cartas do século XVIII, pois como não havia uma ortografia oficial vigente, é compreensível que parte das grafias não correspondam às registradas nos dicionários. As variações de ‘a’ por ‘e’, ‘o’ por ‘u’, letras ramistas e entre as consoantes ‘c’, ‘ç’ e ‘ss’, não contaram com nenhum vocábulo de grafia igual nos dicionários.

Os vocábulos com variações encontrados no manuscrito do século XVIII tiveram a sua etimologia verificada, primeiramente, no dicionário de Cunha (1986), cuja atestação contou com quatrocentos e oitenta e dois (482) vocábulos referentes às variações consonantais e duzentos e trinta e um (231) referentes às variações vocálicas.

Já no dicionário de Machado (1977), foram atestadas as etimologias de quatrocentos e quarenta e três (443) vocábulos com variação consonantal e de

⁶ Borba (1976, p. 56) define o grafema como “a representação visual dos sons: é a contraparte escrita do fonema. Ex.: port. p, b, m são grafemas dos fonemas /p/, /b/, /m/”.

⁷ Foi considerado, como base para o estabelecimento das percentagens de ocorrências das variações nos dicionários, aquele em que houve maior quantidade de grafias em suas entradas idênticas às dos vocábulos contidos no corpus.

duzentos e cinquenta e um (251) com variação vocálica. As diferenças na quantidade de vocábulos de um dicionário para outro referem-se ao fato de a etimologia de alguns vocábulos não se encontrar registrada, como o vocábulo *sismeyros*, para o qual o dicionário de Cunha (1986) apresenta a etimologia, enquanto que o dicionário de Machado (1977) não.

A tabela abaixo apresenta a quantidade total de vocábulos com variações vocálicas e consonantais coletados das cartas do corpus, a quantidade desses vocábulos que tiveram suas grafias atestadas nos dois dicionários, seguida pelo número de grafias que se correlacionam com sua etimologia.

Tabela 2 - Cotejo das variantes gráficas dos documentos do século XVIII em Machado (1977) e Cunha (1986) e quantidade de grafias etimológicas.

<i>Variação</i>	<i>Total de variantes gráficas</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Machado (1977)</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Cunha (1986)</i>	<i>Total de grafias etimológicas</i>
‘a’ por ‘e’	2	2	2	0
‘e’ por ‘i’	25	19	19	1
‘i’ por ‘e’	1	1	1	0
‘o’ por ‘u’	17	2	3	2
‘u’ por ‘i’	14	11	9	0
‘y’ por ‘i’	134	93	90	4
Ditongo nasal final	193	111	95	67
Letras ramistas	14	12	12	0
‘s’/‘z’	184	140	144	0
‘c’/‘s’	99	14	15	0
‘c’/‘ç’	11	11	13	0
‘ç’/‘s’	4	4	4	0
Uso do ‘h’	58	48	51	24
Cons. Geminadas	195	155	183	114
Cons. Duplas	67	64	65	50
‘co’ por ‘qu’	1	1	1	0
Metátese	6	6	6	0
<i>Total</i>	1.025	694	713	261

Levando-se em conta o total de vocábulos atestados no dicionário de Cunha (1986)⁸, observa-se que 36% das variações podem ser explicadas com base na sua etimologia. As variações consonantais que apresentam relação com sua origem etimológica são: o uso do ‘h’, de consoantes geminadas e duplas. Das variações vocálicas, a ditongação nasal final é a que apresenta maior número de vocábulos com grafias etimológicas.

4.2 As variações vocálicas e consonantais no auto de partilha de 1851

Com relação ao manuscrito do século XIX, obteve-se o total de trezentos e quarenta (340) vocábulos com variações vocálicas e consonantais. Desse total, 62% correspondem às variações consonantais, sendo que o uso de consoantes geminadas e

⁸ A preferência por esse dicionário para a elaboração das percentagens de dados verificados nos dicionários etimológicos decorreu do fato de ele conter o maior número de vocábulos nele lematizados.

duplas obteve, respectivamente, sessenta e nove (69) e quarenta e cinco (45) ocorrências. As variações entre ‘s’ e ‘z’ contaram com trinta e nove (39) vocábulos, entre ‘c’ e ‘s’, vinte e oito (28) e entre ‘ss’ e ‘c’, dezesseis (16). O uso do ‘h’ e de ‘co’ por ‘qu’ totalizaram, nesta ordem, quatorze (14) e um (1) casos. Não houve nenhuma ocorrência de vocábulos com metátese ou hipótese.

As variações vocálicas aparecem em 38% dos vocábulos, dos quais sessenta e um (61) correspondem aos ditongos nasais finais, trinta e seis (36) ao uso de ‘e’ em contextos de ‘i’ e doze (12) ao uso de ‘o’ em contexto de ‘u’. As variações no uso do ‘y’, das letras ramistas, dos grafemas ‘a’ por ‘e’ e ‘u’ por ‘i’ ocorreram, respectivamente, em oito (8), seis (6), três (3) e dois (2) vocábulos.

Do total de variações encontradas no auto de partilha, 65% das vocálicas e 81% das consonantais tiveram suas grafias registradas nos dicionários de Moraes Silva (1813) e Bluteau (1712-1728). A tabela a seguir indica a quantidade total de vocábulos conforme o tipo de variação, bem como a quantidade deles encontrada nos dicionários, seguida pelo número de grafias iguais às entradas em cada um dos dicionários.

Tabela 3 - Cotejo das variantes gráficas do documento do século XIX em Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813).

<i>Variação</i>	<i>Total de variantes gráficas</i>	<i>Total de vocábulos dicionarizados</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Bluteau (1712-1728)</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Moraes Silva (1813)</i>
‘a’ por ‘e’	3	3	0	0
‘e’ por ‘i’	36	30	3	3
‘o’ por ‘u’	12	2	2	2
‘u’ por ‘i’	2	2	1	1
‘i’ por ‘y’	8	8	2	2
Dint. Nasal Final	61	27	27	25
Letras Ramistas	6	6	0	0
‘s/z’	39	37	0	0
‘c/s’	28	21	0	0
‘ss/c’	16	13	7	7
Uso do ‘h’	14	9	7	7
Cons. Geminadas	69	55	34	35
Cons. Duplas	45	40	14	14
‘co’ por ‘qu’	1	1	1	1
Total	340	254	98	97

Dos duzentos e cinquenta e quatro (254) vocábulos que foram registrados, 38% apresentam grafias iguais às dos dicionários. Com exceção das variações entre as consoantes ‘s’ e ‘z’ e ‘c’, ‘ç’ e ‘ss’, as variantes consonantais demonstraram maior consonância com as grafias presentes nas entradas dos dicionários. Observa-se que há variações que não apresentam vocábulos com grafia igual à dos dicionários. Contudo, é possível dizer que há certa regularidade na escrita. Se não houvesse esta regularidade, seria maior o número de vocábulos com grafias diferentes das encontradas nos dicionários.

Com relação à verificação etimológica dos vocábulos, foi realizada primeiramente no dicionário de Cunha (1986), no qual foi possível averiguar a etimologia de oitenta e três (83) vocábulos com variações vocálicas e cento e setenta e

FLP21(1)

quatro (174) com variações consonantais. Já no dicionário de Machado (1977), oitenta e nove (89) das variantes vocálicas e cento e sessenta e uma (161) das variantes consonantais tiveram a sua etimologia verificada. A tabela abaixo exibe o total de vocábulos conforme o tipo de variação, a quantidade destes que tiveram suas grafias atestadas em cada um dos dicionários e o total deles cujas grafias são justificadas pela etimologia.

Tabela 4 - Cotejo das variantes gráficas do documento do século XIX em Machado (1977) e Cunha (1986) e quantidade de grafias etimológicas.

<i>Variação Gráfica</i>	<i>Total de variantes gráficas</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Machado (1977)</i>	<i>Formas gráficas atestadas em Cunha (1986)</i>	<i>Total de grafias justificadas pela etimologia</i>
'a' por 'e'	3	3	0	0
'e' por 'i'	36	33	29	0
'o' por 'u'	12	8	8	0
'u' por 'i'	2	2	2	1
'i' por 'y'	8	6	3	0
Ditongo nasal final	61	31	33	27
Letras ramistas	6	6	6	0
's'/'z'	39	32	34	0
'c'/'s'	28	20	20	0
'ss'/'c'	16	14	14	0
Uso do 'h'	14	6	7	1
Cons. Geminadas	69	48	56	32
Cons. Duplas	45	39	40	39
'co' por 'qu'	1	1	1	0
<i>Total</i>	340	249	253	100

Assim como no manuscrito do século XVIII, o do século XIX demonstra maior ocorrência de grafias etimológicas com as variações na ditongação nasal final e nos usos de consoantes geminadas e duplas. Observa-se que 40% das variações, a partir da atestação no dicionário de Cunha (1986), são explicadas com base em sua origem etimológica.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Variações correlacionadas à etimologia

De acordo com a caracterização dos períodos ortográficos feita por Coutinho (1976), o período fonético começou com os primeiros documentos escritos em português e foi até o século XVI. Já o período denominado de pseudoetimológico teve início no século XVI e se prolongou até o ano de 1904, quando se iniciou o período simplificado, com a publicação da *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana, sendo que este se estende até os dias de hoje (Coutinho, 1976, p. 72). Conforme aponta Gonçalves (1992, p. 13), vários “estudiosos de questões ortográficas” normalmente estabelecem essa mesma periodização para a ortografia da Língua Portuguesa.

No período fonético, não havia uma padronização na escrita das palavras, já que “o objetivo a que visavam os escritores ou copistas da época era facilitar a leitura,

FLP21(1)

dando ao leitor uma impressão, tanto quanto possível exata, da língua falada.” (Coutinho, 1976, p. 72). Os textos mais antigos escritos em português comprovam essa afirmação, pois, de acordo com Gonçalves (1992, p. 31), “a prática dos escribas e dos copistas era fundamentalmente de caráter fonético, isto é, eles transcreviam, com a maior aproximação possível, a linguagem falada”.

Portanto, em um mesmo documento, era possível encontrar palavras grafadas de diferentes maneiras. A autora comprova essa hipótese ao analisar as características gráficas do testamento de Afonso II, de 1214: “A palatal sonora /ʒ/, por exemplo, é representada, ao longo do Testamento, por <I> (*seia, aia, seiam*, etc); <GI> (*beigio, segiã, agia*, etc); <G> (*gurge*) e <Y> (*beyio*).” (Gonçalves, 1992, p. 32, grifos da autora).

Gonçalves (1992, p. 34) ressalta, ainda, que no período fonético já existia uma influência latina na grafia portuguesa, fato que começou a se intensificar com o surgimento de textos literários. O século XVI, em virtude do movimento humanista, torna-se o “marco fundamental da relatinização da língua portuguesa” (Gonçalves, 1992, p. 35).

Por conseguinte, no período pseudoetimológico, a preocupação era de se resgatar a origem das palavras, isto é, escrever conforme a sua etimologia. Segundo Coutinho (1976, p. 75), “o critério adotado pelos que seguem a grafia etimológica é respeitar, tanto quanto possível, as letras originárias da palavra”. Mas, para escrever de tal maneira, era necessário que o copista tivesse um vasto conhecimento da língua, o que muitas vezes não acontecia. Por isso a denominação de pseudoetimológico, já que muitas formas eram na verdade analogias com palavras parecidas, mas sem vínculo com a sua real etimologia.

O período simplificado, conforme aponta Coutinho (1976, p. 76), é caracterizado pela necessidade de uma reforma na ortografia da língua portuguesa, oriunda da tentativa de unificar e simplificar a escrita. Houve neste período diversas discussões acerca da ortografia e propostas de vários acordos para se chegar à unificação.

A partir da verificação etimológica nos dicionários, percebe-se que algumas variações encontradas nos vocábulos são reproduções de traços antigos da escrita que foram conservados até a época em questão, o que se coaduna com a classificação proposta por Coutinho (1976) acerca da ortografia da Língua Portuguesa, enquadrando-se no período pseudoetimológico.

As variações vocálicas do corpus que podem ser explicadas com base na sua etimologia são as que utilizam o ‘i’ em contextos de ‘e’, como o vocábulo *quaxi* e a variação de ‘u’ por ‘i’ nos vocábulos *cousa* e *dous*, sendo que os dois primeiros vocábulos citados foram encontrados nos dois manuscritos, já o último ocorreu apenas no do século XVIII. O vocábulo *quaxi*, conforme Cunha (1986), derivou do latim *quasi*. Já os vocábulos *cousa* e *dous* derivaram das palavras latinas *causa* e *duos*.

Os ditongos nasais finais encontrados no corpus são representados em sua maioria por -*aõ*/ -*ão*, em duzentos e dezoito (218) casos, e raramente por -*am*, em apenas vinte e nove (29). De acordo com Teyssier (1997, p. 55), as palavras provindas do latim que terminavam em -*onis*, -*anis* e -*anus* convergiram para a terminação -*ão* na Língua Portuguesa, o que poderia explicar a grande quantidade de vocábulos grafados com essa terminação.

FLP21(1)

Os vocábulos *capitação*, *escrivão* e *capitaõ*, coletados do manuscrito do século XVIII, exemplificam essa questão, pois encontramos na obra de Cunha (1986) como suas formas etimológicas as palavras latinas *capitatio*, *ōnis*; *scriba*, *ānis* e *capitānus*. O mesmo é observado com os vocábulos *escrivão*, *orfaõ* e *tabeliaõ* do documento do século XIX, que derivaram, conforme o dicionário de Cunha (1986), das palavras latinas *scriba*, *ānis*; *ōrphānus* e *tabelliō*, *ōnis*.

Os vocábulos *prohibem*, *extrabido*, *Christo*, *comprehendidas*, *contrabido* e *comprehencivel*, do manuscrito do século XVIII, apresentam variação no uso do ‘h’, o que correlaciona-se com sua etimologia, pois, de acordo com o dicionário de Cunha (1986), são todas palavras derivadas do latim, que correspondem, respectivamente, a *prohibere*, *extrahere*, *christianus*, *com-prehendere*, *contrahere* e *comprehensibilis*.

Além da explicação etimológica para o uso da variante citada acima, o grafema ‘h’ também era usado na separação das vogais em hiato, conforme aponta Coutinho (1976, p. 74, grifos do autor): “No meio das palavras, separava as vogais em hiato: *cabir*, *sabir* [...]”. Verifica-se essa hipótese em vocábulos como *sabir*, *cabir* e *possubir*, referentes às cartas do século XVIII, que não demonstram relação com as palavras das quais derivaram. Segundo a obra de Cunha (1986), esses vocábulos derivaram das palavras latinas *sālire*, *cadere* e *possidere*. Sendo assim, possivelmente o ‘h’ foi grafado para separar o hiato.

O uso do ‘h’ nos vocábulos *Paranabiba*, *abi* e *dabi*, presentes no manuscrito do século XIX, também ocorre em contexto de hiato. Nesse documento, o único vocábulo com uso do ‘h’ cuja grafia pode ser explicada pela etimologia é *Christo* que, conforme Cunha (1986), derivou do latim *christianus*.

Vocábulos com o uso de consoantes geminadas também podem ser explicados pela influência da etimologia. É o que acontece com os vocábulos *anno*, *villa*, *elle*, *offício*, *permite*, *difficuldade* e *efeito*, extraídos dos documentos setecentistas que, segundo verificou-se em Cunha (1986), derivaram das palavras latinas *annum*, *villa*, *ille*, *officium*, *permittere*, *difficultas* e *effectum*. Observa-se o mesmo fato com os vocábulos *villa*, *ella*, *Innocencio*, *opposta* e *offerecer*, encontrados no documento do século XIX, que conforme observa-se em Cunha (1986), derivam do latim *villa*, *illa*, *innocentia*, *oppositus* e *offerescere*.

Já vocábulos como *rellação*, *ditto*, *vallor* e *deffender*, do manuscrito do século XVIII, e os vocábulos *vallor*, *Donna*, *tutella*, e *vallidade*, referentes ao do século XIX, não apresentam consoantes geminadas nas palavras das quais se originaram. Supostamente, foram grafadas dessa maneira por analogia com outras palavras que possuíam consoantes dobradas ou para conferir certo rebuscamento à sua grafia.

Outra variação que pode ser explicada pela etimologia é o uso das consoantes duplas, que é bastante frequente no corpus. Dentre os vocábulos coletados do manuscrito do século XVIII, temos *digno*, *contractadores*, *producto* e *prompto*, cujas etimologias encontradas em Machado (1977) foram, respectivamente, do latim *dignu*, *contractare*, *producto* e *promptu*.

O manuscrito do século XIX também apresentou vocábulos com a variação citada acima, que podem ser explicados por sua etimologia, tais como: *actual*, *assigna*, *colector* e *escriptorio*. Conforme o dicionário de Machado (1977), eles derivaram das palavras latinas *actuale*, *assignare*, *collectore* e *scriptorius*, respectivamente. No entanto, dezoito (18) vocábulos encontrados no corpus com uso de consoantes duplas não têm ligação com a sua etimologia, como no caso de *saptisfeitos*, vocábulo encontrado no

FLP21(1)

documento do século XIX, que segundo Machado (1977), derivou da palavra latina *satisfactus*.

As ocorrências de vocábulos grafados com consoantes geminadas e duplas que não apresentaram relação com suas etimologias, provavelmente resultaram de analogia com as palavras que realmente têm explicação etimológica, gerando as formas consideradas pseudoetimológicas.

5.2 A oscilação gráfica nas variantes presentes no corpus

No manuscrito do século XVIII houve a ocorrência de dois vocábulos com variação no uso de ‘a’ e ‘e’: *dezasseis* e *caudelosos*. Já no manuscrito do século XVIII, os seguintes vocábulos foram coletados: *desanove* e *desacete/desasete*. Esta variação pode ter relação com o processo de dissimilação, que segundo Coutinho (1976, p. 144), consiste na “diversificação ou queda de um fonema por já existir igual ou semelhante na palavra”.

Observa-se o mesmo com o uso de ‘e’ em contextos de ‘i’, que também parece ter decorrido do processo de dissimilação, resultando em uma hipercorreção por parte do copista/escriva. A hipótese é de que, ao tentar grafar as palavras da maneira mais adequada possível, o que também demonstra a tentativa de rebuscamento na escrita, atribuiu o uso do ‘i’ à influência da oralidade. Foi o que se observou em *destrito*, *adquerido* e *fedelidade*, do manuscrito do século XVIII, e *edade*, *quaes* e *meretissimo* do referente ao século XIX.

Os vocábulos *soplicantes*, *fogido*, *morreo*, *pareceo* e *sucedee*, extraídos das cartas do século XVIII; *comprir*, *comprio*, *pedio*, *deferio* e *requerio* do manuscrito do século XIX, referentes ao uso de ‘o’ em contextos de ‘u’, também demonstram uma possível ligação com a hipercorreção. Possivelmente, o copista/escriva supôs que o uso de ‘u’, em contextos de ‘o’ átono, que se mostra muito comum na oralidade, não seria adequado à escrita. Apesar de a escrita e a fala “integrarem um mesmo sistema linguístico [...], não são processos idênticos, [...], existe uma forma de pronunciar que não é necessariamente igual à forma de escrever.” (Dias; Ferreira, 2015, p. 185), sendo assim, e partindo do pressuposto de que o falante reconhece que “falar e escrever são processos distintos, mas que interagem”, a hipercorreção pode explicar a ocorrência de tais variações grafemáticas no corpus.

Das variações com uso de ‘u’ por ‘i’, sem levar em consideração as ocorrências que podem ser explicadas pela etimologia, temos como exemplos os seguintes vocábulos coletados do manuscrito do século XVIII: *outava/oitavas*, *desouto/deçoito* e *outocentas/oitocentas*. Como é possível observar, as duas grafias coexistiram e provavelmente ambas eram aceitas na escrita da época, ficando a critério do copista/escriva qual usar, tendo em vista que, nas palavras de Nunes (1945, p. 76), “O ditongo *ou*, quer latino, quer romântico, alterna na língua moderna com *oi*”.

Alguns dos vocábulos coletados do *corpus* com a variação no uso de letras ramistas (i por j, u por v), foram: *Ianeyro*, *Iustiça* e *Iulho*, do século XVIII; e os pares *Jinventario/Inventario* e *Juiço/Juíço*, do século XIX. Os vocábulos dos documentos do século XVIII, representados acima, aparecem grafados apenas com ‘i’, não tendo havido ocorrência com uso do ‘j’. Já no documento do século seguinte, temos vocábulos grafados com as duas letras, ‘i’ e ‘j’, sendo que a maior frequência é dos vocábulos com ‘j’. No alfabeto latino, as vogais ‘i’ e ‘u’, conforme pontua Santos (2006,

FLP21(1)

p. 135), eram usadas tanto com valor vocálico quanto consonantal, o que justifica tal oscilação gráfica. Ainda segundo Williams (1975, p. 34), as confusões entre ‘i’ e ‘j’ datam desde o período fonético da ortografia da língua portuguesa. Também é possível que tal fenômeno tenha se difundido por uma tradição de escrita, em que a grafia perpetua uma convenção gráfica tácita entre os escribas da época.

A variação no uso da semivogal ocorre com a substituição de ‘i’ por ‘y’, que pode ser verificada nos seguintes vocábulos: *reyno*, *primeyro* e *arrayal*, referentes ao manuscrito do século XVIII; e *arrayal*, *pay* e *say*, do século XIX. Conforme Williams (1975, p. 34) e Coutinho (1976, p. 72), esta alternância ocorre desde o período fonético da ortografia da língua portuguesa, no qual o ‘i’, na maioria das vezes, vinha representado pelo ‘y’ e não só em casos de semivogal. No entanto, os vocábulos referidos mostram o uso do ‘y’ exclusivamente em posição de semivogal.

Para se compreender a oscilação entre ‘s’ e ‘z’ e ‘c’, ‘ss’ e ‘ç’, é necessário considerar, de acordo com Monte (2007, p. 351), que o latim depositou na língua portuguesa um par de sibilantes (surda/sonora) que era representado apenas pelo grafema ‘s’. Mas, com o fenômeno da palatalização, um processo que ocorreu durante a formação da Língua Portuguesa, criaram-se seis novos fonemas, dentre eles destacam-se /ts/ e /dz/, que explicam a origem de um novo par de sibilantes (Monte, 2007, p. 351).

Os fonemas /ts/ (surda) e /dz/ (sonora) são africados e, inicialmente, tinham um elemento oclusivo, mas transformam-se em constrictivos (Monte, 2007, p. 351). Para representar o fonema /ts/ eram utilizados os grafemas ‘ç’ e ‘c’ e, para /dz/, utilizava-se o grafema ‘z’. Portanto:

Além da sibilante surda herdada do Latim, /s/, e da sonora, /z/, [...] que eram articuladas como fricativas ápico-alveolares, o português arcaico passa a contar, portanto, com mais um par de sibilantes, /s/ e /z/, pré-dorsodentais, herdadas dos fonemas africados /ts/ e /dz/. (Monte, 2007, p. 351).

Até então, no português arcaico, ocorria o processo de monovalência, no qual “havia um grafema para representar cada fonema [...], os fonemas não se confundem, já que o ponto de articulação é diverso.” (Monte, 2007, p. 352). O fato de os grafemas não se confundirem também é apontado por Teyssier:

A existência dessas quatro unidades distintivas no português do século XVI não sofre dúvida. As grafias são sempre muito coerentes: encontram-se somente ç ou c em *paço*, *moça*, *parecer*; só z em *cozer*, *reção*, *vezes*, *vazio*; somente -ss- em *passo*, *disse*, *nosso*, *passar*; somente -s- em *coser*, *quiseste*, *casar*, *rosa*. (Teyssier, 1997, p. 60).

Monte (2007, p. 353) afirma que não existiam tais confusões na representação das sibilantes na porção setentrional de Portugal, enquanto que outras regiões apresentavam confusões datadas desde o século XIII. No centro-sul de Portugal já se observavam confusões na grafia das sibilantes desde o século mencionado anteriormente, e é importante mencionar, que “o chamado português padrão originase justamente nos falares do centro-sul português, onde parece não ter se fixado durante muito tempo a distinção entre os quatro fonemas sibilantes.” (Monte, 2007, p. 354).

Uma provável justificativa, apontada por Monte (2007, p. 355), para a origem das confusões, decorre do processo de desafricamento, no qual o fonema perde o elemento oclusivo. Consequentemente, os dois pares de fonemas (/ts/ e /dz/; /s/ e /z/) “passam a ser articulados do mesmo modo (sibilantes), com pontos de articulação próximos: alvéolos e palato duro.” (Monte, 2007, p. 355). Desta forma, desde 1550 observam-se confusões na grafia, “encontra-se *ç* em vez de *-ss-*, *-ss-* em vez de *ç*, *ç* em vez de *-s-* e *-s-* em vez de *-ç-*.” (Teyssier, 1997).

No século XVIII, no Brasil e em Portugal, os fonemas pré-dorsodentais, /s/ e /z/, acabam prevalecendo, o que leva ao fenômeno de polivalência, já que um mesmo fonema pode ser representado por dois ou mais grafemas (Monte, 2007, p. 358).

As oscilações gráficas observadas no corpus demonstram essa polivalência. Há diversos vocábulos que aparecem com duas grafias, como *casa/caça*, *fazenda/fazenda*, *balanca/balança* e *prezença/presença*, coletados do manuscrito do século XVIII. No documento do século XIX, também é possível observar tal oscilação gráfica nos vocábulos *casado/caçado*, *desoito/dezoito* e *justiça/justica*.

Percebe-se que a oscilação gráfica, provavelmente, decorreu da quantidade de grafemas disponíveis para representar o mesmo fonema. Como até o início do século XX não existia nenhum acordo ortográfico oficial, são compreensíveis tais oscilações nas grafias, até porque ainda hoje persistem dúvidas com relação ao uso dessas consoantes na escrita das palavras, já que não há regra clara na ortografia da língua com relação ao uso dos grafemas ‘s’, ‘z’, ‘ç’ e ‘ss’.

A formação de sílabas por metátese foi encontrada somente no manuscrito do século XVIII. Os vocábulos que se enquadram nesse tipo de variação são: *percaução*, *percisos/preciso*, *preguntas*, *prometeria* e *pertenderam*. Como houve a ocorrência de apenas seis (6) vocábulos e a frequência dos mesmos foi entre uma (1) e duas (2), a hipótese é de que o escriba tenha se baseado na sua realização oral ao grafar tais palavras, até porque, essa confusão é visível na oralidade e persiste até os dias atuais.

O vocábulo *cincoenta*, pertencente à variação de ‘co’ por ‘qu’, foi encontrado nos dois documentos. Segundo Williams (1975, p. 34), essa forma gráfica acontece desde o período fonético da ortografia portuguesa. Portanto, parece ter resultado do som dos grafemas dentro da palavra.

5.3 Breves considerações sobre as variações gráficas no corpus

Com a verificação dos vocábulos nos dicionários, é possível notar que formas gráficas que parecem incorretas nos dias atuais eram comuns nos séculos XVIII e XIX, inclusive encontrando-se registradas em dicionários da época. No manuscrito do século XVIII, as variações que mais apresentaram consonância com as grafias dos dicionários foram: o uso de ‘e’ em contextos de ‘i’, de ‘u’ por ‘i’, de ditongos nasais finais, de ‘h’, de consoantes geminadas, de consoantes duplas e de ‘co’ por ‘qu’, como nos exemplos a seguir: *taes*, *geraes*, *pareceo*, *dous*, *outo*, *capitação*, *hum/huma*, *anno*, *prompto* e *cincoenta*.

No caso da variação na ditongação final, os vocábulos apresentaram, na maioria das vezes, apenas diferença na acentuação. O dicionário de Bluteau (1712-1728) apresenta, quase sempre o sinal gráfico indicador de fonema nasal na vogal ‘o’, raramente o faz na vogal ‘a’, enquanto o dicionário de Moraes Silva (1813), traz, em sua maioria, o sinal gráfico na vogal ‘a’.

As variações encontradas no documento do século mencionado que divergem das entradas nos dicionários são: uso das letras ramistas e entre as consoantes ‘s’ e ‘z’, e entre ‘c’, ‘ç’ e ‘ss’. No caso da variação com uso de ‘y’, apenas o vocábulo *ley/leys* está grafado conforme os dicionários. O restante dos vocábulos com essa variação aparece grafado com a vogal ‘i’.

Com o documento do século XIX, ocorre o mesmo que foi mencionado anteriormente, uma vez que as variações entre as vogais ‘u’ e ‘i’ e ‘o’ e ‘u’, os ditongos nasais finais, no uso de ‘h’, bem como de consoantes geminadas e duplas apresentam grafias iguais às entradas nos dicionários. Com as variações no uso de ‘y’, das letras ramistas e entre as consoantes ‘s’ e ‘z’ e ‘c’, ‘ç’ e ‘ss’, não houve vocábulos com grafias idênticas às das palavras-entradas nos dicionários.

A partir do cotejo nos dicionários gerais de língua, foi possível verificar que a escrita presente no corpus demonstra relação com instrumentos normatizadores da época, e não se trata de um caos, como muitas vezes se considera. Nota-se que há regularidades na escrita, mesmo existindo situações de oscilação gráfica, por influência da oralidade ou não. Assim como defende Fachin (2011, p. 16), a partir da análise da escrita praticada no século XVIII, é possível constatar que existiam “práticas de escrita em vias de consolidar-se”. Percebe-se isto com as grafias semelhantes aos dicionários de Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813), e também entre os dois manuscritos que compõem o corpus, que, apesar de uma diferença de quase 100 anos, neles encontram-se grafias que se perpetuaram ao longo dos séculos, por exemplo, as variações nos ditongos nasais finais e no uso das consoantes geminadas.

É de conhecimento geral que não havia nos séculos XVIII e XIX uma ortografia oficial. Existiam, sim, as gramáticas e dicionários que tentavam normatizar a escrita, mas, mesmo assim, apresentavam divergências entre si. Conforme aponta Williams (1975, p. 41), houve no século XVIII uma crescente publicação de ortografias que buscavam padronizar a escrita, o que mostra a preocupação em se uniformizar a grafia. Além disso, em consonância com Gonçalves (1992, p. 40):

As obras de tipo lexicográfico são da maior importância não apenas para a história do léxico, mas também no domínio da ortografia, uma vez que servem para difundir determinado uso, contribuindo, portanto para a normalização gráfica.

Portanto, é visível, assim como já demonstrou Fachin (2011), que as práticas de escrita apresentavam regularidades e semelhanças. Os manuscritos analisados são de épocas e de punhos diferentes. Entretanto, foi possível encontrar várias grafias similares entre eles, demonstrando-se que, apesar da ausência de um acordo ortográfico na época, existia uma convenção ortográfica⁹ que regia as práticas de escrita, uma espécie de acordo tácito entre os escribas da época.

⁹ Entende-se que a convenção ortográfica pode ser compreendida como uma espécie de acordo tácito existente devido a uma tradição de escrita, diferentemente do acordo ortográfico, resultante de uma decisão política com vistas a institucionalizar uma norma de escrita.

6 CONCLUSÃO

A partir do levantamento e análise dos dados, é possível constatar que existe a tentativa de conservação das escritas latinas e gregas, que se observa nas grafias etimológicas, principalmente, nas variações com uso do ‘h’ e na presença de consoantes geminadas e duplas. Ao mesmo tempo, percebe-se que há a reprodução das escritas pseudoetimológicas, também observadas nas variações já citadas, buscando-se uma escrita mais rebuscada.

Observa-se que existem grafias que podem ser decorrentes da influência da oralidade, especialmente nas variações vocálicas e na formação de sílaba por metátese. A influência da oralidade nestas realizações também é frequente nos dias de hoje, o que pode ser resultado da hipercorreção, a qual pode ser concebida como “uma variação motivada pelo zelo excessivo com o registro formal e pelo desconhecimento das condições de emprego de formas características desse registro” (Mourão, 2010, p. 174).

Com base nos resultados obtidos, certifica-se que, apesar de os documentos pertencerem ao período pseudoetimológico da ortografia da língua portuguesa, existem resquícios do período fonético. Conforme aponta Williams (1975, p. 39), o uso de determinadas consoantes dobradas, como ‘ll’, no período fonético, voltava-se para a finalidade de diferenciar o som de ‘l’, mas com a ampla divulgação das escritas etimológicas, o uso do grafema ‘l’ passou a ser relacionado com a sua etimologia e, em muitas palavras, usado de maneira inadequada.

Compreende-se, com os resquícios do período fonético e as características do período pseudoetimológico presentes no corpus, que a escrita de determinado período não é marcada apenas por particularidades de sua época, mas pode demonstrar traços de outros períodos, que se perpetuam ao longo dos séculos, pois não há ruptura, mas um *continuum* entre eles.

Não é possível saber qual o grau de escolaridade dos escribas/copistas dos manuscritos analisados. Mesmo assim, a partir dos dados é possível constatar que eles, apesar de suas eventuais oscilações gráficas, demonstraram conhecer a grafia utilizada na época, o que se verificou a partir da presença de grafias iguais às lematizadas nos dicionários dos séculos XVIII e XIX. Portanto, havia uma norma, ainda que não oficial.

As semelhanças entre as variações gráficas nos documentos demonstram que há uma uniformização na escrita, e, como não havia uma ortografia oficial vigente no período de produção do corpus, é normal que existam grafias divergentes. Conforme afirma Fachin (2011, p. 342), “toda pessoa está sujeita a oscilações na escrita quando o assunto é ortografia, pois em muitos aspectos o conhecimento ortográfico cede espaço a dúvidas de ordem fonológica”.

A consonância com instrumentos normatizadores da escrita, sejam dicionários ou gramáticas, é substancial. No século XVIII, como afirmam Williams (1975), Coutinho (1976) e Neves (2012), começam a aparecer várias gramáticas, ortografias e vocabulários com o intuito de normatizar e unificar a escrita. Estes instrumentos visavam a impor, de certa forma, um modelo de norma ortográfica. Sendo assim, vários autores influentes começam a publicar suas ortografias, a exemplo de Madureira Feijó (1861). E, assim como Faraco (2008, p. 74), concordamos que tais instrumentos normatizadores, não só em séculos passados, como atualmente, não servem apenas

FLP21(1)

para demonstrar como se deve escrever, mas funcionam “como instrumentos de fixação de um padrão a ser tomado como regulador (normatizador)”.

Os instrumentos normatizadores eram e são impostos por aqueles que possuem poder, que podem ditar como deve ser a escrita de determinada língua, e tudo o que está em desacordo é considerado erro. Na época do corpus, as gramáticas e dicionários, diante da ausência de uma ortografia oficial, possuíam caráter normatizador para ditar o que era considerado erro ou acerto na grafia vigente à época.

Espera-se que este trabalho possa auxiliar em uma maior compreensão acerca da grafia da língua portuguesa usada em Goiás, além de contribuir com os futuros estudos de caráter filológico e gráfico.

REFERÊNCIAS

Bellotto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado; 2002. (Série como fazer, Vol. 8)

Borba FS. Pequeno vocabulário de linguística moderna. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1976.

Bluteau R. Vocabulário portuguez & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; 1712-1728. [citado 31 jul. 2018]. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/>.

Coutinho IL. Pontos de gramática histórica. 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ao livro técnico; 1976.

Cunha AG. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2ª ed. rev. e acresc. de um supl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1986.

Dias JAFR, Ferreira EP. Desvios na escrita: projeções fonético-fonológicas ou consequências do sistema ortográfico? O ensino reflexivo da ortografia. Caderno de Letras. 2015, Jan-Jun;24:169-190. [citado 13 fev. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/7299>.

Fachin PRM. Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2011.

Faraco CA. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.

Feijó JMM. Othographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza. Lisboa: Typografia Rollandiana; 1861.

Gonçalves MF. Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação; 1992. [citado 14 fev. 2019]. Disponível em: http://www.academia.edu/6411298/Madureira_Feij%C3%B3_ortografista_do_s%C3%A9culo_XVIII_I_Para_uma_hist%C3%B3ria_da_Ortografia_Portuguesa.

Machado JP. Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte; 1977.

Megale H, Toledo Neto SA, organizadores. Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII. Cotia, SP: Ateliê Editorial/FAPESP; 2005.

FLP21(1)

- Monte VM do. Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2007.
- Moraes Silva A. Dicionário da língua portuguesa. 2ª ed. Lisboa: Typographia Lacerdina; 1813. [citado 31 jul. 2018]. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/>.
- Mourão E. A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos. *SCRIPTA*. 2010;14(26):163-178. [citado 08 set. 2019]. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/7534/1/ARTIGO_Hipercorre%C3%A7%C3%A3oEscritaFormal.pdf.
- Neves MHM. A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial; 2012.
- Nunes JJ. Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e fonologia. 3ª ed. Lisboa: Editora Clássica; 1945.
- Pires MGG. De bens de herança a bens culturais: um estudo linguístico de autos de partilhas oitocentistas de Catalão-Go [dissertação]. Catalão: Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão; 2015.
- Santiago-Almeida MM. Para que filologia/crítica textual?. *Acta*. 2011;1:1-12. [citado 31 jul. 2018]. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/Home/SitesInternos/RevistaActa/PARAQUEFILOLOGIACRITICATEXTUAL%28revistoISSN%29.PDF>.
- Santos MBG dos. Variação grafemática em documentos manuscritos em português durante o século XVIII [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2006.
- Teyssier P. História da língua portuguesa. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
- Williams EB. Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Trad. Antônio Houaiss. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1975.
- Xavier VRD. Conexões léxico-culturais sobre as minas goianas setecentistas no livro para servir no registro do caminho novo de Parati [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2012.

FLP21(1)

Traços paleográficos de receitas culinárias novecentistas: uma análise no âmbito da Crítica Textual

Palaeographic traces of twentieth-century culinary recipes: an analysis in the context of Textual Criticism

Marcos Alexandre dos Santos*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Márcia Cristina de Brito Rumeu**

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Neste trabalho, objetivamos descrever aspectos paleográficos de receitas culinárias produzidas no início do século XX e atualmente resguardadas no Acervo dos Escritores Mineiros da UFMG. Com base nas conservadoras edições fac-similar e semidiplomática de tais receitas culinárias confeccionadas por Santos (2018), passamos à descrição da morfologia das letras em relação ao ângulo, módulo e peso do traçado (Spina, 1977; Nuñez Contreras, 1994; Berwanger; Leal, [1995]2008), visto que temos em foco um único traçado no decorrer dos 89 fólios opistógrafos organizados em um pequeno códice. Entendemos que, de um modo geral, a relevância desta discussão esteja não só no potencial histórico das receitas culinárias, mas também na sua evidência como fonte do português brasileiro escrito do início do século XX.

Palavras-chave: Receitas culinárias históricas. Paleografia. Edição fac-similar. Edição semidiplomática.

Abstract: This article aims to describe paleographic aspects of a book containing handwritten culinary recipes from the beginning of the 20th century, which is currently preserved in the Collection of Mineiros' Writers (Acervo de Escritores Mineiros) at the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Based on the facsimile and conservative edition of these recipes made by Santos (2018), we focus on the morphologic features of the handwriting, such as the angle, the module and the weight of the tracing (Spina, 1977; Nuñez Contreras, 1994; Berwanger; Leal, [1995]2008), since there is only one handwriting throughout the 89 opisthographic folios organized in a small codex. We understand that, in general, the relevance of this discussion is not only measured by the historical potential of the culinary recipes, but also lies in its importance as an evidence and material source of the written Brazilian Portuguese from the beginning of the 20th century.

Keywords: Historical culinary recipes. Paleography. Facsimile edition. Semidiplomatic edition.

* Graduando do Curso de Bacharelado em Língua Portuguesa com ênfase em Edição, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, MG, Brasil; m.alexandre.s@outlook.com

** Professora Associada, Área de Língua Portuguesa, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, MG, Brasil; mrumeu@ufmg.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, pretendemos descrever alguns aspectos paleográficos de receitas culinárias novecentistas (1906) já editadas de forma fac-similar e semidiplomática (nos termos de Spina, 1977) por Santos (2018). Acreditamos que a principal contribuição desta conservadora edição de manuscritos novecentistas esteja ancorada na hipótese defendida por Tarallo (1993, p. 99) de que “o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática”, o que permite conjecturar que as receitas culinárias representem um testemunho do português brasileiro (doravante PB) em sua expressão escrita de sincronias passadas. Nesse sentido, assumimos que a relevância desta análise esteja não só no valor histórico das receitas culinárias, mas também na sua expressão como fonte do PB escrito do início do século XX.

Acreditamos que as edições fac-similar e semidiplomática permitam aos consulentes e aos linguistas não só confirmarem ou infirmarem a interpretação do código escrito através da possibilidade de contato com o fac-símile, mas também evidenciarem o respeito a todas as práticas paleográficas e linguístico-textuais específicas (edição semidiplomática) de um conjunto de receitas culinárias compiladas no início do século XX. Nesse sentido, assumimos que o caráter conservador da edição das receitas culinárias (nos moldes de Rumeu 2013; Lobo, 2001) possa refletir, com um maior nível de fidedignidade, o PB de sincronias passadas em sua expressão escrita.

O pequeno códice¹ das receitas culinárias novecentistas em análise é composto por 89 fólios opistógrafos², cuja distribuição os evidencia com 45 e 44 fólios pautados, produzidos nos seus recto e verso, respectivamente, cujas dimensões são 107mm de largura por 156mm de altura para cada fólio. Trata-se de um pequeno conjunto de receitas culinárias devidamente organizadas a partir de um índice das receitas exposto no final do caderno e catalogadas com a referência às “receitas culinárias de 1906”, resguardadas no Acervo de Escritores Mineiros da UFMG (AEM), no âmbito da Biblioteca Central da UFMG. No primeiro e no último fólio do códice (fól. 45r) em análise, há a menção ao local (Ouro Preto) e à data (21 de julho de 1906), sem que haja informações mais precisas acerca da cronologia da cópia de época no pequeno códice. Além dessas menções ao local e à data (no primeiro e no último fólios, conforme as figuras 1 e 2), observamos a referência a dois antropônimos (no primeiro fólio)³, possivelmente relacionados a integrantes de famílias mineiras, já que tal conjunto de receitas culinárias encontra-se envolvido sob o rótulo de “receitas de vovós mineiras”.

¹ Por códice entendemos “[...] Um livro manuscrito organizado em cadernos solidários entre si por cosedura e revestidos por uma encadernação [...]”, conforme Faria e Pericão (2008, p. 267).

² Assumimos opistógrafo como em “[...] seu sentido original designava ‘escrita pelas costas’. Diz-se da obra cujas páginas estão manuscritas ou impressas dos dois lados do suporte; opõe-se a anopistógrafo.” (Faria; Pericão, 2008, p. 893).

³ Neste trabalho, optamos por proteger as identidades das pessoas envolvidas, referenciando os antropônimos mencionados a partir das suas letras iniciais (*Dona* BM e A).

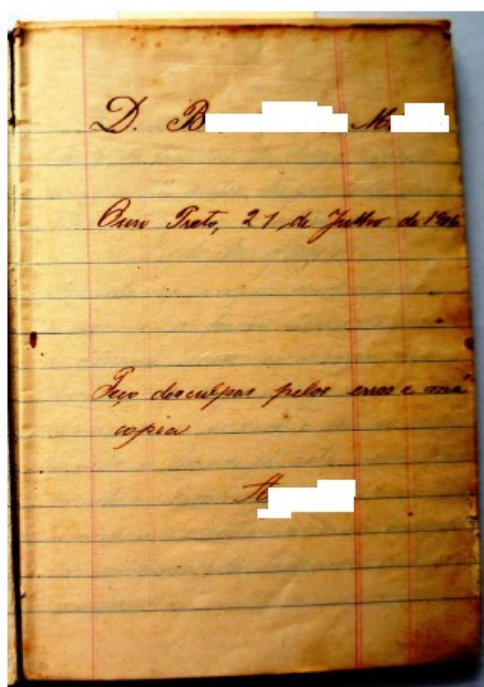


Figura 1 - “Folha de rosto” do caderno de receitas novecentistas.

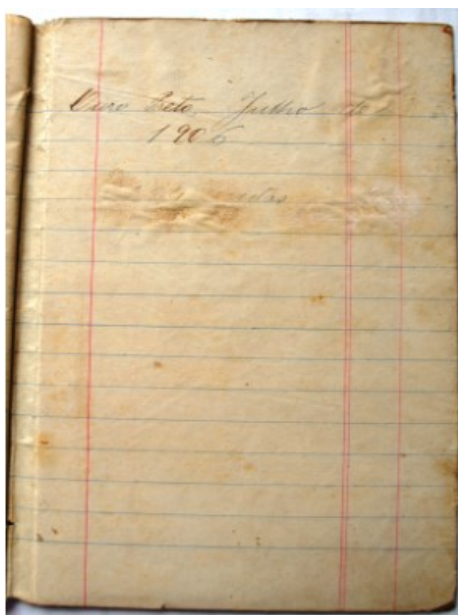


Figura 2 - Último fólio [fól. 45r] em que há a menção ao local (Ouro Preto), ao mês (julho), ao ano (1906) e ao número de receitas (124 receitas).

Estruturalmente, este artigo está organizado em duas seções. Na 1ª seção, não só circunscrevemos o trabalho de edição em análise como fac-similar e semidiplomática, mas também apresentamos os critérios que orientaram o processo de edição. Na 2ª seção, passamos à descrição de alguns aspectos paleográficos das receitas culinárias novecentistas, relacionados à morfologia das letras. Por fim, apresentamos, nas considerações finais, alguns aspectos como possíveis pautas para futuros estudos linguísticos com base nas receitas culinárias em foco.

2 O TRABALHO DE EDIÇÃO DE MANUSCRITOS NOVECENTISTAS: AS EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA E OS CRITÉRIOS DE EDIÇÃO DAS RECEITAS CULINÁRIAS NOVECENTISTAS

A opção pelas edições fac-similar e semidiplomática das receitas culinárias merece ser pormenorizada, à luz dos princípios teórico-metodológicos da Crítica Textual (Spina, 1977; Nuñez Contreras, 1994; Berwanger; Leal, [1995] 2008; Spaggiari; Perugi, 2004; Cambraia, 2005), tendo em vista, na segunda seção deste artigo, a descrição de alguns aspectos paleográficos do texto novecentista em análise. Assim sendo, pretendemos argumentar, nesta seção, sobre a preferência pelas edições fac-similar e semidiplomática de receitas culinárias novecentistas, atentando também para a apresentação dos parâmetros de edição.

2.1 A opção pelas edições fac-similar e semidiplomática

Tendo em vista a polissemia do termo *filologia*, já amplamente discutida por Vasconcellos; Santiago-Almeida (2012, p. 336), Santiago-Almeida (2009, p. 223), Cambraia (2005), Carvalho e Silva (1994), assumimos que cabe ao filólogo o trabalho com o texto escrito de uma forma mais ampla e diversificada (Vasconcellos; Santiago-Almeida, 2012, p. 336), já que “a palavra filólogo, pela sua polissemia, não se aplica exclusivamente a quem se dedica à crítica textual” (Carvalho e Silva, 2002, p. 70). Por outro lado, entendemos, em conformidade com Carvalho e Silva (1994) à luz da filóloga Luciana Stegagno Picchio, que cabe ao crítico textual a reconstituição textual em sentido amplo, não atuando tão somente como um “mero preparador de textos a serem entregues depois, prontos para a interpretação, a um pesquisador de grau superior, identificável com o crítico literário” (Carvalho e Silva, 1994, p. 61). Nesse sentido, acolhemos as seguintes preocupações que também passam pelo crivo atento do crítico textual (Carvalho e Silva, 1994).

- A pesquisa da gênese dos textos [...] que possa contribuir para as conclusões sobre o labor autoral.
- A fixação de princípios que devem orientar o trabalho da reprodução e da elaboração de todos os tipos de edições de textos.
- A preparação de edições fidedignas ou de edições críticas, enriquecidas, sempre que recomendável, de estudos prévios, notas explicativas ou exegéticas destinadas a valorizar o labor autoral. (Carvalho e Silva, 1994, p. 59-60).

Uma vez explicitada a distinção entre os conceitos de *filologia* e *crítica textual* com base nas funções do *filólogo* e do *crítico textual*, passamos a uma breve caracterização, à luz de Spina (1977), das edições fac-similar e semidiplomática propostas para as receitas culinárias novecentistas. Tendo em vista o fato de que este trabalho de edição está orientado pelo objetivo maior de contribuir para a formação de amostras históricas do PB escrito em sincronias passadas, acreditamos que a peculiaridade do gênero textual *receitas culinárias* esteja justamente no fato de tal conjunto de receitas ter sido escrito em 1906. Nesse sentido, considerando tratar-se de uma amostra *sui generis* para o estudo do PB escrito, justifica-se a confecção de uma conservadora edição de tais receitas culinárias provavelmente produzidas por punhos mineiros no início do século XX, o que justifica também o seu vínculo ao Projeto de Pesquisa “Para uma Sociolinguística Histórica do Português Brasileiro:

variação sincrônica e mudança diacrônica”, desenvolvido na Faculdade de Letras da UFMG. Partindo do pressuposto de que a edição das receitas culinárias em análise servirá aos futuros estudos linguísticos, buscamos oferecer ao leitor a possibilidade de conferir até que ponto a interpretação do editor acerca do grafema⁴ manuscrito está ou não de acordo com a imagem do seu fac-símile (edição fac-similar). Comprometemo-nos ainda com uma edição desprovida de intervenções e/ou modernizações no decorrer do processo de transcrição dos originais manuscritos (edição semidiplomática/diplomático-interpretativa, nos termos de Spina (1977, p. 79)).

- EDIÇÃO FAC-SIMILADA - A que reproduz a edição original exatamente, quer no texto, quer nas ilustrações; costuma-se fazer-se de textos com valor documental, particularmente de textos manuscritos que se reproduzem por processos fotomecânicos. (Faria; Pericão, 2008, p. 432).
- EDIÇÃO DIPLOMÁTICO-INTERPRETATIVA - Edição de carácter diplomático apresentando ligeiras adaptações que não atingem a substância do texto (desdobramento de abreviaturas [...] por exemplo). (Faria; Pericão, 2008, p. 430).

Com o intuito de ilustrarmos o trabalho de edição das receitas culinárias novecentistas em si, apresentamos, na figura 3, o *layout* da edição em análise, com o fac-símile ao lado da sua transcrição, o que a legitima como fac-similar e semidiplomática (Faria; Pericão, 2008).

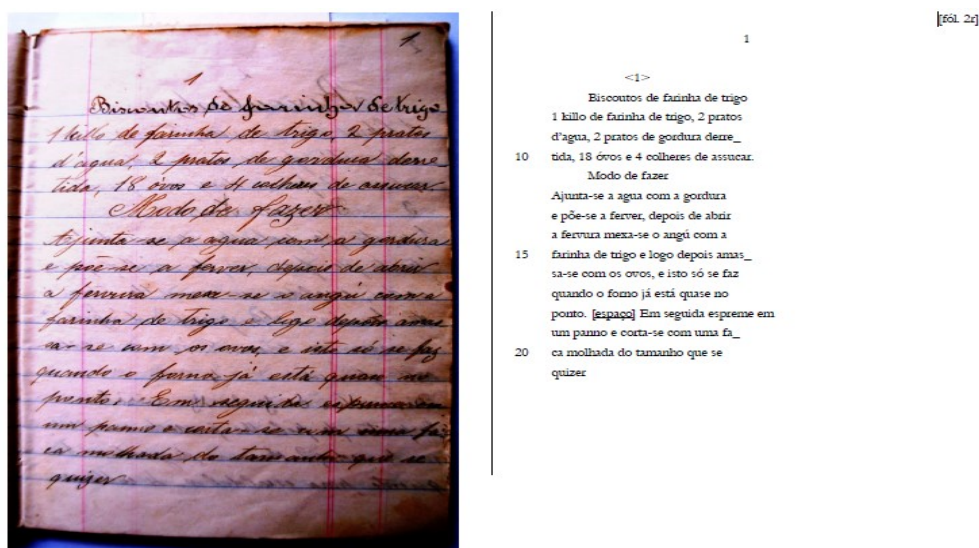


Figura 3 - As edições fac-similar e semidiplomática das receitas culinárias novecentistas.

Assumimos, ao conjugar o fac-símile à edição semidiplomática, que esse tipo de edição serve aos estudos linguísticos acerca do PB escrito bem no início do século XX, visto que permite ao leitor confirmar ou infirmar a decifração do grafema através da possibilidade de leitura do manuscrito.

⁴ Por grafema entendemos “Em filologia, a unidade mínima, discreta, do sistema da escrita.” (Faria; Pericão, 2008, p. 599).

2.2 As edições fac-similar e semidiplomática das receitas culinárias novecentistas: critérios de edição

Em uma perspectiva conservadora para a edição das receitas culinárias novecentistas (Lima; Marcotulio; Rumeu, 2019), prevemos os seguintes procedimentos metodológicos gerais: (I) as fronteiras de palavras foram resguardadas; (II) os sinais gráficos de pontuação e os diacríticos foram fielmente mantidos e (III) as distinções entre letras maiúsculas e minúsculas também foram preservadas tal como no original manuscrito. Esclarecemos, em notas de rodapé, quaisquer práticas linguístico-textuais da época ou específicas do redator, bem como também atentamos aos possíveis lapsos de escritura do escrevente, a fim de otimizar o trabalho de depreensão do código escrito por um leitor contemporâneo. Acrescentemos ainda que a edição das receitas novecentistas deu-se com base em parâmetros específicos de transcrição dos manuscritos inspirados principalmente em Rumeu (2013) e Lobo (2001), orientadas para o Projeto *Para a História do Português Brasileiro*⁵. Na sequência, exemplificamos alguns dos parâmetros de transcrição legitimados pelo fac-símile em questão para a devida análise.

- (a) A divisão de linhas e a mudança de fôlios foram preservadas tais como se deixam evidenciar no manuscrito original. Quando houve mudança de fôlio, optamos por marcar, entre colchetes, no canto superior direito, as referências ao número do fôlio e ao seu recto ou ao verso, como se observa na figura 4.
- (b) As linhas na transcrição foram numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Tal numeração está localizada na margem direita da mancha gráfica (conforme também identificado na figura 4).

FLP21(1)

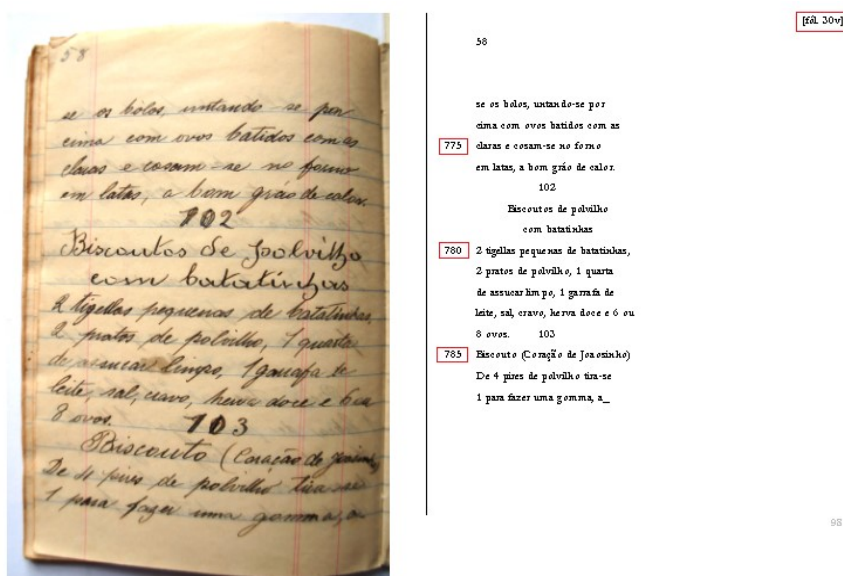
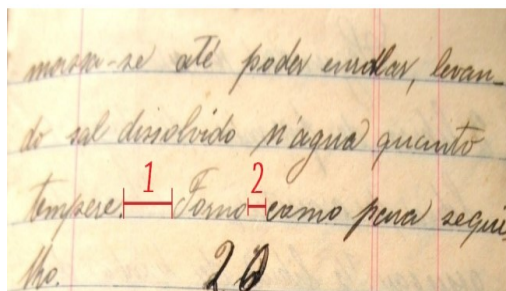


Figura 4 - Transcrição do fôlio 30 verso: a referência ao fôlio.

⁵ Parâmetros de transcrição discutidos no II Seminário do Projeto *Para a História do Português Brasileiro*, realizado em Campos do Jordão, no período de 10 a 16 de maio de 1998, pela comissão de pesquisadores composta por Heitor Megale (USP), César Nardelli Cambráia (USP), Gilvan Müller de Oliveira (UFSC), Marcelo Módolo (mestrando-USP), Permínio Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia Lobo (UFBA) e Valdemir Klamt (UFSC).

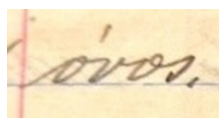
- (c) Os sinais gráficos de pontuação foram mantidos tal como reproduzidos pela copista. Em caso de intervalos entre as palavras maiores do que o padrão, usamos a indicação [espaço]. Na imagem referente ao fôlio 7r (figura 5), identificamos com o número (1) um espaçamento maior entre as palavras que o usual no corpo deste texto. Em (2), identificamos o espaço em branco que normalmente identifica os itens lexicais e gramaticais da língua portuguesa e para o qual não houve indicação alguma na transcrição (figura 5).



massa-se até poder enrolar, levando sal dissolvido n'agua quanto tempere [espaço] Forno para sequirho. 20
[fól. 7r: 158-161]

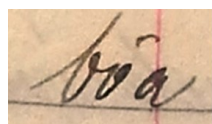
Figura 5 - Fac-símile e transcrição: a referência a um [espaço] intervalar maior entre as palavras.

- (d) Os acentos gráficos foram preservados exatamente como foram produzidos pela copista, conforme as figuras 6 e 7.



óvos [fól. 9r: 222]

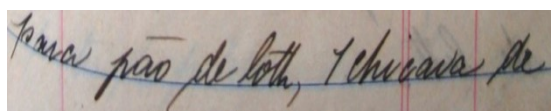
Figura 6 - O acento no item lexical “óvos”.



bôa [fól. 1r: 296]

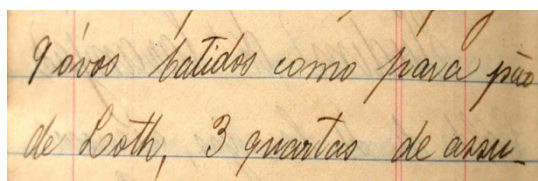
Figura 7 - O acento no item lexical “bôa”.

- (e) As letras maiúsculas e minúsculas foram mantidas exatamente como mostraram-se no manuscrito. Evidenciamos, na figura 8, a redação da palavra “loth” com inicial minúscula (“l” minúsculo). Na figura 9, por outro lado, observamos que a redação do mesmo item lexical “Loth” deu-se com letra inicial maiúscula (“L” maiúsculo).



para pão de loth, 1 chicara de
[fól. 19r: 539]

Figura 8 - A grafia do item lexical “loth” com “l” minúsculo.



9 ovos batidos como para pão de Loth, 3 quantas de assu-
[fól. 37v: 989-990]

Figura 9 - A grafia do item lexical “Loth” com “L” maiúsculo.

- (f) Eventuais “erros” e/ou especificidades da produção escrita foram devidamente comentados em nota de rodapé, conforme ilustrado nas figuras 10, 11 e 12.

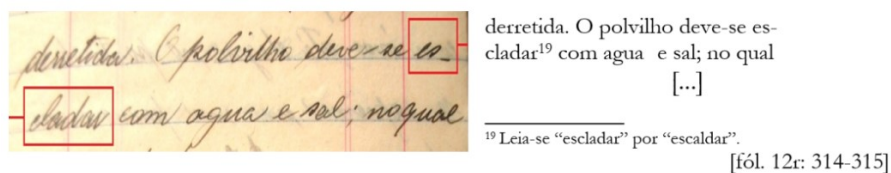


Figura 10 - A grafia do item lexical “escaldar”: um caso de metátese.

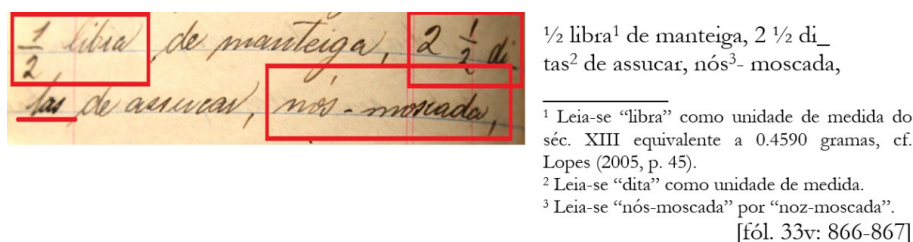


Figura 11 - Especificidades da produção escrita: as unidades de medida (libra, dita) e a grafia do item “noz-moscada”.

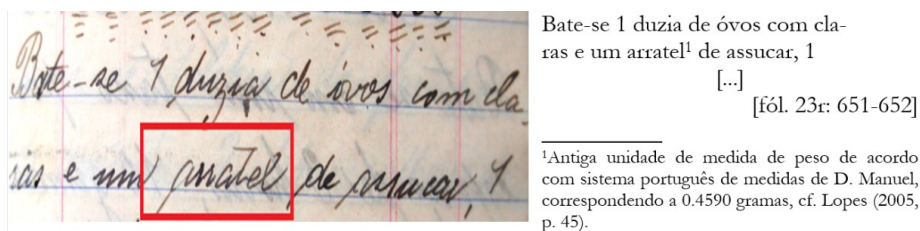


Figura 12 - Especificidades da produção escrita: arratel (unidade de medida).

- (g) Inserções da copista em locais como a entrelinha ou margens (inferior, superior ou laterais) foram marcadas entre os sinais < > (margens) (conforme identificado na figura 13), <↓> (entrelinha inferior à linha do texto) ou então <↑> (entrelinha superior à linha do texto).

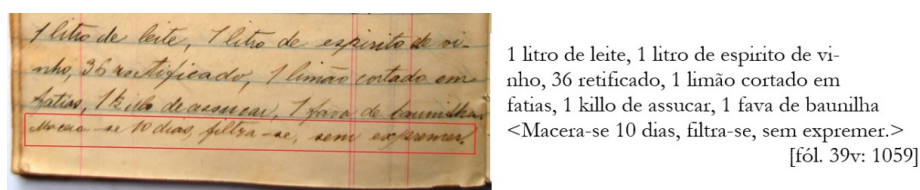


Figura 13 - Inserções do copista na margem inferior.

- (h) Intervenções de terceiros foram marcadas entre os sinais < > e explicadas em nota de rodapé (figura 14).

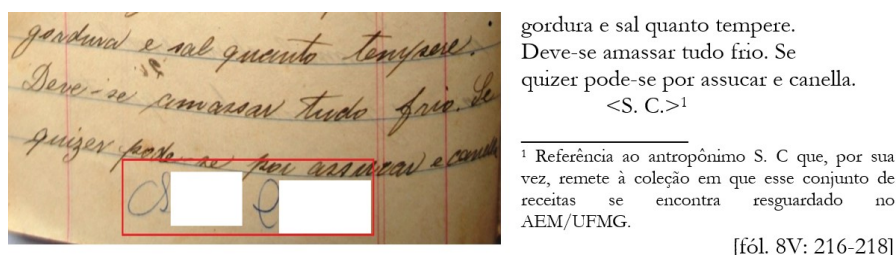
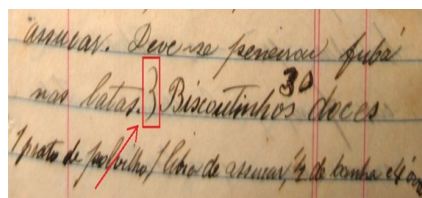


Figura 14 - Intervenções de terceiros no manuscrito.

- (i) O editor somente fez intervenções no texto para esclarecer dúvidas de extrema necessidade, indicando tal interferência entre colchetes e em itálico, ou então para indicar uma possível incompreensão na leitura de algum termo. Nesse sentido, a proposta foi usarmos [*inint.*] como indicação de *ininteligível*.
- (j) Quaisquer informações relacionadas a aspectos gerais do manuscrito, tais como diagramação e layout do texto, foram especificados em notas de rodapé, como está exposto na figura 15.



assucar. Deve-se peneirar fubá nas latas. }¹ Biscoutinhos <↑30> doces
1 prato de polvilho, 1 libra de assucar, 4 de banha e 4 <↓óvos>

¹ Sinal gráfico “}” que parece ter sido usado para a separação do texto da receita n. 29 do título da próxima receita (a 30ª receita).

[fól. 9r: 232-234]

Figura 15 - Informações gerais sobre diagramação e layout vêm em nota de rodapé.

Uma vez expostos os parâmetros de transcrição das receitas culinárias novecentistas, passamos, inicialmente, à definição de paleografia, às suas especificidades e, na sequência, à descrição-analítica de alguns aspectos paleográficos voltados para a caracterização do *ductus* em relação ao ângulo, módulo e peso do traçado.

3 RECEITAS CULINÁRIAS NOVECENTISTAS: ALGUNS APONTAMENTOS PALEOGRÁFICOS

FLP21(1)

A definição de *paleografia* é o “estudo das antigas escritas e evolução dos tipos paleográficos” (Spina, 1977, p. 18). Ainda que Spina (1977) e Nuñez Contreras (1994, p. 19) dialoguem em relação à noção de *paleografia* como “un medio de lectura de escrituras en desuso”, é interessante atentarmos para as considerações de Nuñez Contreras (1994) acerca das especificidades da *paleografia*. São elas: (I) a *paleografia de leitura*, (II) a *paleografia crítico-analítica* e (III) a *paleografia* como contribuição à *história da escrita*.

A *paleografia de leitura* e a *paleografia* para a *história da escrita* se retroalimentam, na dinâmica do exame de padrões de escrita vigentes em sincronias passadas, tendo em vista também a transformação dos modelos de escrita na história das línguas humanas, em conformidade com a definição de paleografia proposta por Spina (1977). Por outro lado, questões norteadoras da *paleografia crítico-analítica* (Nuñez Contreras, 1994), como o *quando*, o *onde* e o *como* (*modus faciendi*) o texto escrito foi produzido, orientam o trabalho do linguista-pesquisador interessado nas questões sociais que também impulsionam a variação e a mudança linguística nos eixos linguístico e social (*embedding problem*, segundo Weinreich, Labov e Herzog, 1968). Assim sendo, conhecimentos paleográficos e sociolinguísticos interpõem-se no sentido da construção de uma sociolinguística histórica. Partimos da ideia de que a força propulsora da *mudança linguística* atuante outrora continua a influenciar a realidade linguística sincrônica como reflexo do princípio norteador da mudança nas línguas humanas – *The uniformitarian principle* (Labov, 1994). Admitimos assim que a realidade linguística *presente* deva representar o ponto de partida para a compreensão

histórica do estatuto variável do PB em sincronias passadas (*Historical paradox*, conforme Labov, 1994, p. 11).

Considerando o fato de que trabalhamos com registros copiados de receitas culinárias cujas noções de *espaço* (Ouro Preto) e de *tempo* (21 de julho de 1906) foram expostas no próprio caderno de receitas culinárias novecentistas, admitimos que o foco da paleografia está justamente voltado para a descrição-analítica de aspectos específicos das escritas antigas, contribuindo, em última instância, para a reconstituição da história da escrita. Assim sendo, assumimos a definição de *paleografia* exposta por Nuñez Contreras (1994, p. 23), como “Ciencia que con un método propio estudia el desarrollo del proceso gráfico, considerada la escritura como una facultad propia y privativa del hombre.”⁶ Uma vez não só definida a *paleografia*, mas também expostas as suas especificidades (*paleografia de leitura*, *paleografia crítico-analítica* e *paleografia* com foco na *história da escrita*), passamos à descrição de alguns aspectos paleográficos das receitas culinárias novecentistas, conduzindo esta análise também por uma breve descrição sobre a morfologia das letras em relação ao *peso*, ao *módulo* e ao *ângulo* do seu *ductus* (Berwanger; Leal, [1995] 2008, p. 107).

3.1 Aspectos paleográficos das receitas novecentistas: a morfologia e o *ductus* (traçado) das letras em cena

Os oitenta e nove fólios opistógrafos das receitas culinárias novecentistas evidenciam letras “traçadas de um só lance e sem descanso de mão” (Acioli, 1994, p. 13), o que permite caracterizar o tipo de letra em questão como *cursiva*, cujo traçado deu-se de uma única vez pelo copista, com o traçado inclinado para a direita. Considerando que o *ductus* evidencia “as características do traçado da letra” (Berwanger; Leal, [1995] 2008, p. 107), constatamos que a letra das receitas novecentistas é arredondada e de traçado homogêneo, de um modo geral. A tinta das letras é de coloração castanha, ainda que em distintos tons, como os traçados das letras minúsculas e maiúsculas expostos nas figuras 16 e 17, respectivamente.

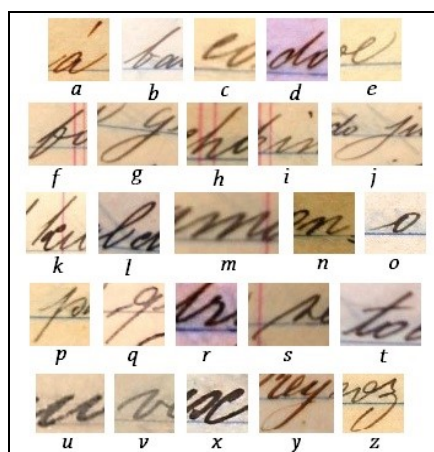


Figura 16 - Traçado das letras minúsculas.

⁶ “Ciência que com um método próprio estuda o desenvolvimento do processo gráfico, considerada a escrita como uma faculdade própria e privativa do homem” (Nuñez Contreras, 1994, p. 23, tradução nossa).

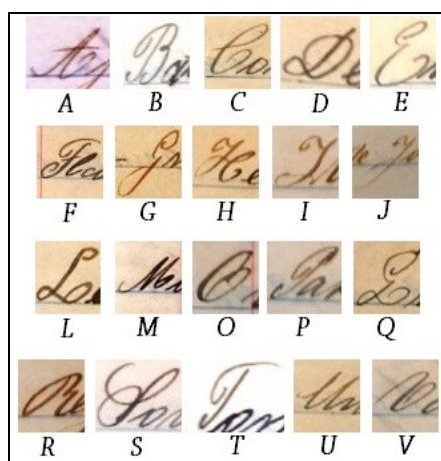


Figura 17 - Traçado das letras maiúsculas.

Os títulos de algumas das receitas culinárias em análise mostram-se ornamentados (figura 18), o que parece não só apontar para um copista que dominava o traçado escrito, mas também que tenham sido receitas copiadas por um mesmo punho, até porque a troca de punhos apenas na redação dos títulos das receitas evidenciaria uma tarefa um tanto quanto laboriosa na confecção da cópia do livro de receitas.



Figura 18 - Compilação de traçados ornamentados em alguns títulos das receitas culinárias novecentistas.

Como evidência de um registro escrito não formulaico como é o caso das receitas culinárias novecentistas, observamos, em alguns trechos, o desrespeito à delimitação das margens superior e inferior, atestado na figura 19.

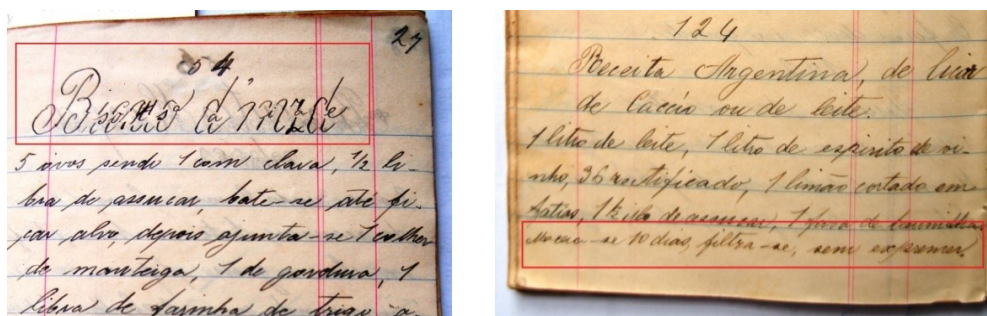


Figura 19 - Trechos do cabeçalho [fól. 16r] e do rodapé [fól. 39v] expandidos para além das margens superior e inferior, respectivamente.

3.2 Aspectos paleográficos das receitas novecentistas: ângulo, módulo e peso do traçado

O *ângulo* do traçado é depreendido na conexão entre os traços verticais e a horizontalidade da pauta (“escrita perpendicular, tombada à esquerda ou à direita”) (Berwanger; Leal ([1995] 2008, p. 107). Em relação à análise da angularidade do traçado da letra das receitas novecentistas, tomamos como exemplo o verso do fólio 19 (figura 20). As barras vermelhas evidenciam a inclinação do traçado para a direita em relação à linha de base.

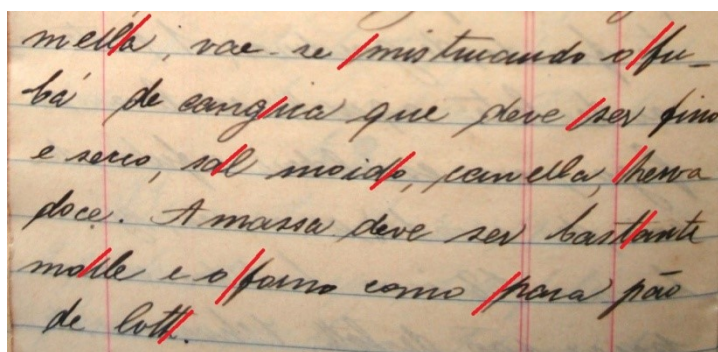


Figura 20 - O ângulo do traçado da letra das receitas culinárias (fól. 19v).

O *módulo* do traçado pode ser considerado de pequenas dimensões em relação à pauta do suporte, visto que as letras sem hastes cabem no intervalo entre as linhas do caderno de receitas, conforme evidenciam as figuras 21 e 22. Isso é verificável não só em relação às letras minúsculas baixas, que não atingem a metade da linha, dentro do grupo em que se inserem as vogais, como também no que se refere às próprias hastes das letras minúsculas como o ‘l’, o ‘h’, o ‘b’ e o ‘t’, mais altas, mas que não chegam até a linha superior. Por outro lado, os grafemas minúsculos ‘p’, ‘f’, ‘g’, ‘j’ e ‘d’, cujas hastes são normalmente mais extensas, ultrapassam a linha de base (fól. 21r). As letras maiúsculas variam, podendo alcançar a linha superior, como observamos em relação ao grafema ‘B’ (figura 21) do título de uma das receitas (“Biscoutinhos de polvilho”).

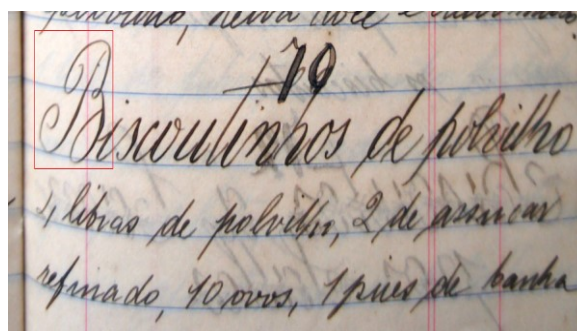


Figura 21 - O módulo do grafema ‘B’ no título de uma receita [fól. 21r].

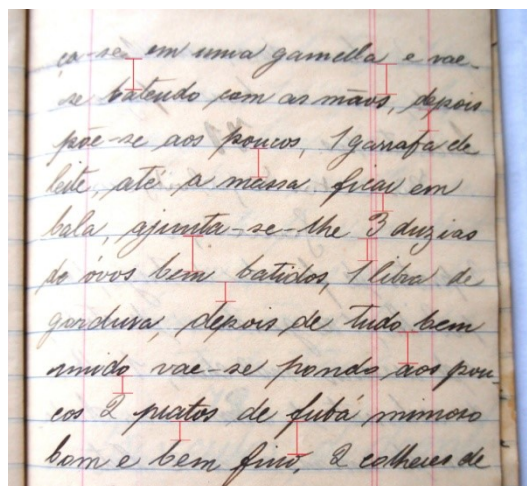


Figura 22 - O módulo do traçado: trecho do fôl. 21r.

O peso do traçado é interpretado como consequência “do peso da mão do escriba no ato de grafar o documento” (Berwanger; Leal, [1995] 2008, p. 107). Em relação às receitas culinárias novecentistas, observamos que o peso do traçado da letra⁷ é fino e claro. Nos títulos das receitas, por outro lado, o peso do traçado parece mais acentuado, evidenciando, em alguns trechos, manchas da redação da palavra no verso do fólio. Em alguns trechos, é possível identificarmos algumas evidências em que o peso do traçado da letra parece fazer-se mais intenso, não só no início das palavras e dos numerais, mas também no final da palavra, como está ilustrado na figura 23.

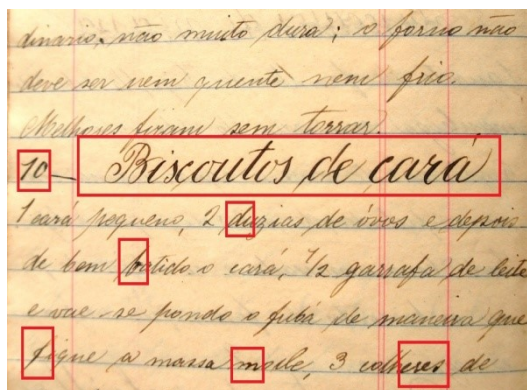


Figura 23 - Comparação entre os pesos dos traçados no corpo do texto, no título, em início de palavras e em numerais (fôl. 4v).

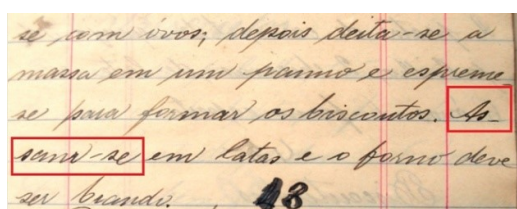
Uma vez descritas algumas evidências do *ângulo*, *módulo* e *peso* do traçado, passamos a elencar temas para futuras análises embasadas nas receitas culinárias novecentistas em análise.

⁷ “Espessura da haste da letra, que vai da cabeça ao pé do olho [da letra], incluindo a rebarba [...]” (Faria; Pericão, 1999, p. 279).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos evidenciar não só a relevância de conservadoras edições nos formatos fac-similar e semidiplomático para futuros estudos linguísticos, mas também a necessária discussão de aspectos paleográficos do PB escrito no início do século XX. Passamos pela apresentação das normas de edição dos manuscritos e fizemos uma breve descrição analítica de alguns aspectos paleográficos do *ductus*, relacionados ao *ângulo*, *módulo* e *peso* do traçado. Diante da breve discussão acerca da *paleografia de leitura*, da *paleografia crítico-analítica* e da *paleografia* com foco na *história da escrita*, assumimos, neste texto, o nosso comprometimento com a *paleografia de leitura* (Nuñez Contreras, 1994) para a descrição de aspectos intrínsecos ao traçado das receitas culinárias novecentistas em análise.

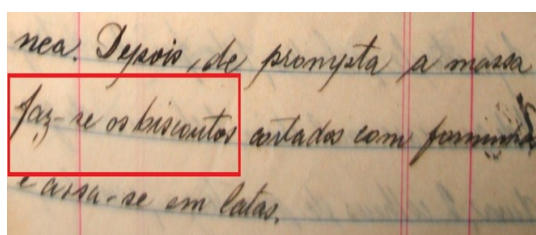
Como proposta de temas para futuras análises linguísticas, vislumbramos a possibilidade de análise das construções com o *se* (Cavalcante, 2016), tendo em vista o seu comportamento variável a seguir exposto nas figuras 24 e 25, inclusive do mesmo fólio 13 recto. De (01) a (07), observamos mais evidências da expressão variável das estruturas sintáticas com o *se*, ora com o *se* indeterminador, ora com o *se* apassivador, vinculadas aos mesmos predicadores verbais (“bater”, “ajuntar”, “por”, “fazer”, “formar”).



[...] depois deita-se a massa em um panno e espreme-se para formar os biscoitos. Assam-se [os biscoitos] em latas e o forno deve ser brando.

FLP21(1)

Figura 24 - Fól. 13r: 347-348.



[...] Depois, de prompta a massa faz-se os biscoitos cortados em forminhas e assa-se em latas.

Figura 25 - Fól. 13r: 357.

- (01) “bate-se [...] 15 gemmas” [fól. 23v] e “batem-se 10 gemmas” [fól. 35v];
- (02) “batem-se 1 duzia de óvos” [fól. 29r] e “bate-se 1 duzia de óvos” [fól. 23r];
- (03) “ajunta-se-lhe 3 duzias” [fól. 21r] e “ajuntem-se 1 libra de assucar” [fól. 29v];
- (04) “põe-se no forno os biscoitos” [fól. 24r] e “poem-se os ovos” [fól. 12r];
- (05) “faz-se os biscoitos” [fólios 13r, 18v, 19r, 20r, 21v] e “fazem-se os biscoitos” [fól. 25r];
- (06) “formem-se os biscoitos” [fól. 24r] e “forma-se os biscoitos” [fól. 26r].

Observamos ainda, de (07) a (09), outras evidências de ausência de concordância verbal com o sujeito sintático pluralizado em estruturas passivas projetadas pelas formas verbais *quebrar*, *ajuntar* e *untar*.

(07) “[...] quebra-se 2 ovos, sal e doce [...]”

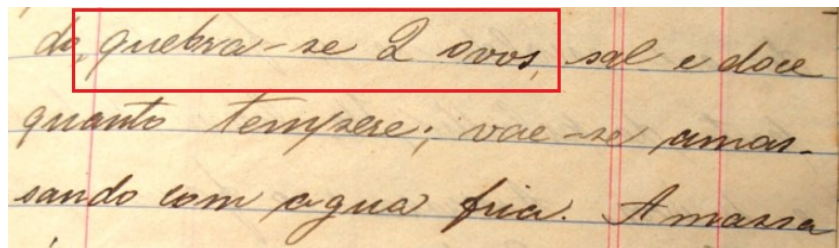


Figura 26 - “quebra-se 2 ovos, sal e doce” [fól. 8r: 193].

(08) “[...] ajunta-se 18 óvos batidos [...]”

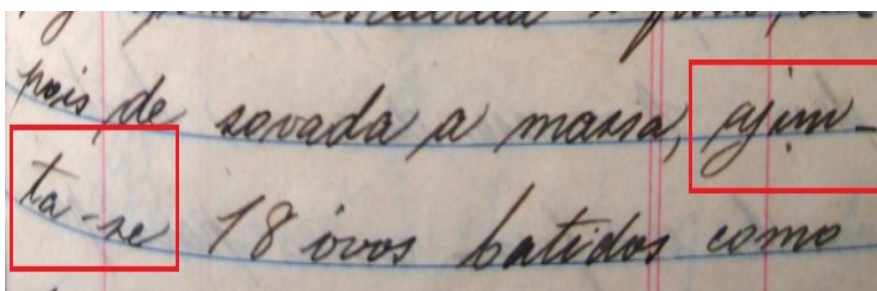


Figura 27 - “ajunta-se 18 óvos batidos” [fól. 19r: 538].

(09) “[...] unta-se as mãos com gordura [...]”

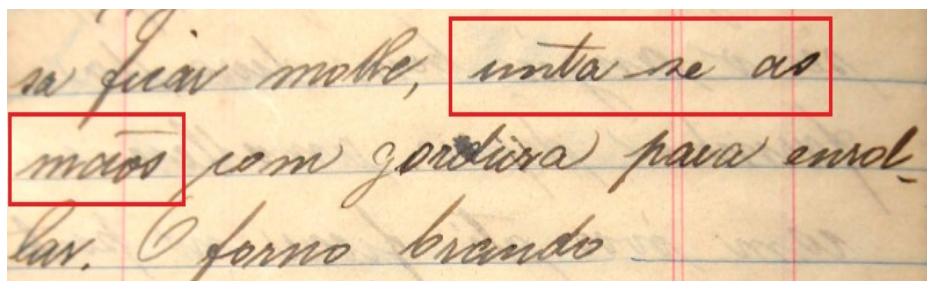


Figura 28: “unta-se as mãos com gordura” [fól. 22v: 634].

Futuras análises linguísticas também podem perpassar pela análise e discussão das etimologizações gráficas, tendo em vista tal aspecto configurar um parâmetro concreto para a mensuração do nível de inserção do escrevente na cultura escrita (Barbosa, 2005, 2008). Como as receitas culinárias em análise são cópias de época (século XX), entendemos que, nesse caso, caberia uma descrição das etimologizações em função das taxas de uso e de acerto por parte da copista, conforme discutido por Barbosa (2005), a fim de fundamentar a discussão acerca do nível de consciência do copista em relação aos traços da cultura escrita. De (11) a (14), ilustramos mais algumas evidências, nas receitas culinárias novecentistas, de grafações etimologizadas verdadeiras por geminadas, em (11), (12) e (13), e falsa, em (14).

(11) *gemmas* [fól. 4r: 75]: lat. *gemma*;

(12) *gomma* [fól. 8r: 189]: lat. tardio *gumma*;

(13) *ammoniaco* [fól. 7r: 173]: lat. *ammōniacum* -i, deriv. do gr. *Ammoniakós*;

(14) *enrollar* [fól. 3v: 63]: lat. *rotulus* (*rolo*).

FLP21(1)

Em suma, convém esclarecermos que este estudo paleográfico não se pretende exaustivo. Acreditamos que o resgate das receitas culinárias novecentistas, com base em suas edições fac-similar e semidiplomática, poderá explorar e aprofundar a análise de outros aspectos filológicos, paleográficos e linguísticos acerca da expressão escrita do PB no início do século XX.

REFERÊNCIAS

- Acioli VLC. A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, UFPE, Editora Universitária; 1994.
- Barbosa AGB. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: Lopes CRS, organizadora. A norma brasileira em construção: fatos linguísticos do século 19. Rio de Janeiro: UFRJ, FAPERJ; 2005. p. 25-43.
- Barbosa AGB. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: Lima IS, Carmo L, organizadores. História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; 2008. p. 181-211.
- Berwanger AR, Leal JEF. Noções de paleografia e diplomática. 3ª ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. UFSM; 2008 [1995].
- Cambráia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Carvalho e Silva M. Crítica textual: conceito - objeto - finalidade. *Confluência*. 1994;7(1):57-63.
- Carvalho e Silva M. A palavra filologia e suas diversas acepções: os problemas da polissemia filologia e crítica textual. *Confluência*. 2002;23(1):53-70.
- Cavalcante SRO. Mudança e estabilidade em construções passivas na história do português. *Revista Linguística (Online)*. 2016;32(1):41-60.
- Faria MI, Pericão MG, organizadoras. Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. Coimbra: Almedina; 2008.
- Labov W. Principles of linguistic change: internal factors. Cambridge: Blackwell Publishers; 1994. Volume I.
- Labov W. Principles of linguistic change: social factors. Cambridge: Blackwell Publishers; 2001. Volume 2.
- Lima A, Marcotulio LL, Rumeu MCB. Experiências metodológicas em constituição de *corpora*: pistas para um pesquisador iniciante. In: Castilho AT, organizador. História do português brasileiro: *corpus* diacrônico do português brasileiro. São Paulo: Contexto; 2019, v. 2. p. 68-91.
- Lobo TCF. Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. Volume II [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2001.
- Núñez Contreras L. Manual de paleografía: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra; 1994.
- Rumeu MCB. Língua e sociedade: a história do pronome ‘você’ no português brasileiro, 1ª ed. Rio de Janeiro: Ítaca (FAPERJ); 2013.

FLP21(1)

Santiago-Almeida MM. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. Gil BD; Cardoso EA; Condé VG, organizadores. Modelos de análise linguística. São Paulo: Contexto; 2009. p. 223-234.

Santos MA. Biscoutos, assucar e canella: edição filológica de receitas culinárias novecentistas [monografia]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018.

Spaggiari B, Perugi M. Fundamentos da crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna; 2004.

Spina S. Introdução à edótica. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo; 1977.

Tarallo F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: Roberts I; Kato M, organizadores. Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp; 1993. p. 69-105.

Vasconcellos CA, Santiago-Almeida MM. Contribuição da Filologia e da Crítica Textual para o Estudo de Documentos Manuscritos de Paranaguá. SIGNUM: Estudos da Linguagem. 2012;15(1):335-356.

Weinreich U, Labov W, Herzog MI. Empirical foundations for a theory of language change. Lehmann W, Malkiel Y, organizadores. Directions for historical linguistics. University of Texas Press; 1968.

FLP21(1)

Tipologia das obras lexicográficas e o léxico histórico do Português Brasileiro

Typology of lexicographic works and the historical lexicon of Brazilian Portuguese

Claudio de Assis da Cunha*

Secretaria de Estado da Educação, Londrina, PR, Brasil

Vanderaci de Andrade Aguilera**

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil

Resumo. A tarefa de definir os diferentes tipos de obras lexicográficas não é fácil. A diferença, por exemplo, entre dicionário, léxico, tesouro, vocabulário ou glossário não é consensual entre os estudiosos da matéria. Alguns metalexicógrafos se baseiam em critérios linguísticos para estabelecer sua tipologia, outros na história da lexicografia, outros, ainda, em trabalhos lexicográficos já existentes. A convergência de seus métodos está no fato de que quase todos se valem de dicotomias para postular suas definições. Diante do exposto, o presente artigo busca: (i) trazer à luz as particularidades de cinco tipos de obras lexicográficas, a saber: dicionário, léxico, tesouro, vocabulário e glossário, com o objetivo de colaborar para o reconhecimento das especificidades de cada uma dessas tipologias e (ii) discutir o status de uma obra lexicográfica realizada sobre manuscritos dos períodos colonial e imperial do Brasil.

Palavras-chave: Tipologia. Lexicografia. Léxico histórico.

Abstract. The task of defining different types of lexicographic works is not easy. The difference, for example, between dictionary, lexicon, thesaurus, vocabulary, or glossary is not consensual among scholars of the subject. Some metalexicographers base themselves on linguistic criteria to establish their typology, others in the history of lexicography, others still in existing lexicographic works. The convergence of their methods lies in the fact that almost all use dichotomies to postulate their definitions. In view of the above, this article aims to: (i) bring to light the particularities of five types of lexicographic works, namely: dictionary, lexicon, thesaurus, vocabulary and glossary, with the aim of collaborating to recognize the specificities of each one of these typologies and (ii) to discuss the status of a lexicographic work carried out on manuscripts from the colonial and imperial periods of Brazil.

Keywords: Typology. Lexicography. Historical lexicon.

* Secretaria de Estado da Educação, Londrina, PR, Brasil; pugna@bol.com.br

** Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil; vanderaci@uel.br

1 UMA SÍNTESE DA DISCUSSÃO SOBRE A TIPOLOGIA DAS OBRAS LEXICOGRÁFICAS

Os metalexicógrafos concordam que há uma problemática quando se trata de definir as várias tipologias de obras lexicográficas, pois cada estudioso propõe uma classificação diferente, sem haver, por isso, consenso entre eles (Silva, 2007, p. 283). Fernández-Sevilla (1974, p. 44, tradução nossa), da mesma forma, sustenta que: “Se levarmos em conta o que já se falou sobre os dicionários, compreender-se-á que não é tarefa fácil tentar traçar sua tipologia de uma maneira exaustiva”¹. Já Haensch (1982, p. 95, tradução nossa), postula que “a classificação das obras lexicográficas (dicionários, vocabulários, glossários, etc.) é uma tarefa muito árdua e envolve muitos problemas, tanto teórico-linguísticos como práticos”².

Welker (2004, p. 35) traz uma síntese das definições apresentadas por vários autores acerca dos tipos de obras lexicográficas existentes, demonstrando que cada qual com sua metodologia diverge no que diz respeito aos critérios usados para defini-las. Da mesma forma, Krieger (2006, p. 142), sobre o assunto, reforça essa ideia de não uniformidade:

Diante da amplitude do tema, privilegiamos alguns aspectos do universo da prática e da metodologia referentes à produção de dicionários que, longe de ser uniforme, apresenta uma grande variedade tipológica – dicionário monolíngüe, bilíngüe, dicionário geral, tipo thesaurus, tipo padrão, de usos, minidicionário, dicionário escolar, – entre tantas outras possibilidades. Isto para ficar no âmbito das obras de referência lingüística, ou seja, as que registram o léxico de forma sistemática e são, conseqüentemente, consideradas como paradigmas lingüísticos, independente de sua extensão.

FLP21(1)

A uniformidade no tratamento da matéria está no fato de que os autores usam dicotomias para estabelecer diferenças entre os dicionários, e assim categorizá-los. Hausmann (apud Welker, 2004, p. 39), por exemplo, contrapõe sincrônico x diacrônico, histórico x contemporâneo, geral x especializado, filológico (com muitas abonações) x linguístico (limitando-se às informações linguísticas, acrescentando apenas uma ou duas abonações, ou nenhuma). Já Haensch (1982, p. 95-187) estabelece duas grandes divisões para a classificação dos dicionários: 1. do ponto de vista da linguística teórica; 2. do ponto de vista histórico-cultural e prático. Ainda segundo o autor, “uma caracterização dos diferentes tipos de obras lexicográficas deve partir, primeiro, da história da lexicografia; em segundo lugar, dos trabalhos lexicográficos existentes; e, em grau menor, de critérios teórico-linguísticos” (Haensch, 1982, p. 96-97, tradução nossa)³. Trata-se de uma proposta interessante ao eleger a história da lexicografia como a principal definidora de critério para esse tipo de classificação. Em seguida, o cotejo e análise das obras existentes forneceriam

¹ No original: “Si tenemos en cuenta lo que antes se ha dicho sobre los diccionarios, se comprenderá que no es empresa fácil intentar trazar su tipología de una manera exhaustiva.”

² No original: “La clasificación de las obras lexicográficas (diccionarios, vocabularios, glosarios, etc.) constituye una tarea muy ardua y plantea no pocos problemas, tanto teórico-lingüísticos como prácticos.”

³ No original: “una caracterización de los diferentes tipos de obras lexicográficas que se pueden distinguir de hecho ha de partir, primero, de la historia de la lexicografía, en segundo lugar, de los trabajos lexicográficos existentes y, en grado menor, de criterios teórico-lingüísticos.”

subsídios consistentes para o trabalho classificatório das obras, deixando para um plano mais remoto os critérios teóricos e linguísticos.

Reconhecendo que o termo ‘dicionário’ tem sido usado, comumente, para nomear qualquer trabalho de cunho lexicográfico, atuando como uma espécie de hiperônimo de todos “os subgêneros e produtos lexicográficos”, e que “não é menor a aura de vaguidade que envolve outros, como vocabulário ou glossário”, segundo as palavras de Pascual e Souto (2003, p. 55), buscou-se, preliminarmente, para estas reflexões, estabelecer diferenças entre cinco modalidades: dicionário, vocabulário, glossário, léxico e tesouro, uma vez que, como se expôs, essa diferenciação não está bem marcada, sendo usada sem muitos critérios, sobremaneira, pelos metalexicógrafos que versam sobre tipologia de obras lexicográficas.

Do ponto de vista linguístico, a diferença principal entre os vários tipos de obras lexicográficas está na fonte usada como corpus base para a seleção da nomenclatura. Rivera Dominguez (apud Barbosa, 1995, p. 02, tradução nossa), ao discorrer sobre o tema, expõe que:

Assim, empregam-se, para se referir à mesma problemática em lexicografia, termos como léxico, vocabulário, dicionário e glossário. Contudo, existem realmente diferenças entre eles [...] Uma dessas diferenças reside em considerar o nível linguístico que forma o corpus estudado. Se os dados se baseiam na língua, teremos dicionários e léxicos, mas se o corpus pertence à fala, resultariam vocabulários e glossários [...] Léxico e dicionário por um lado, e vocabulário e glossário por outro, podem definir-se também se se levar em consideração a delimitação do corpus empregado para a análise. O vocabulário e o glossário estão limitados pelas peculiaridades da fala; [...] Finalmente, podemos diferenciar os termos levando em conta se a análise do corpus foi exaustiva ou não, e se foram selecionadas as ocorrências atendendo a algum critério específico. [...] Por outro lado, léxicos e dicionários são obras de codificação e vocabulários e glossários de decodificação⁴.

FLP21(1)

A autora contrapõe, de um lado, vocabulários e glossários (corpus baseado na fala), e, de outro, léxicos e dicionários (corpus baseado na língua). Observem-se, mais detalhadamente, as definições de cada um desses termos. Sobre os *glossários*, a mesma autora esclarece que esse tipo de trabalho lexicográfico tem como base a fala, particularidade que não condiz com o uso original do termo, pois ‘glossário’ foi usado, primeiramente, para designar o conjunto de glosas de determinado texto. A palavra ‘glosa’, por sua vez, etimologicamente significa: “comentário, interpretação de uma palavra de um texto, anotação marginal” (Cunha, 1982, p. 388). Havia dois tipos de glosas, as marginais e as interlineares, segundo Haensch (1982, p. 101, tradução nossa): “Ao que se refere às glosas [...], as explicações ou os equivalentes se podem

⁴No original: “Así, se emplean para referir-se a la misma problemática en lexicografía términos como léxico, vocabulario, diccionario y glosario. Sin embargo, existen realmente diferencias entre ellos [...] Una de esas diferencias radica en considerar el nivel lingüístico del que forma parte el corpus estudiado. Si el dato se basa en la lengua, tendremos diccionarios y léxicos, pero si el corpus pertenece al habla, resultarán vocabularios y glosarios [...] Léxico y diccionario por un lado, y vocabulario y glosario por el otro, pueden definir-se también si se considera la delimitación del corpus empleado para el análisis. El vocabulario y el glosario están limitados por las peculiaridades del habla; [...] Finalmente, podemos diferenciar los términos atendiendo a si el análisis del corpus ha sido exhaustivo o no, y si se han seleccionado las ocurrencias atendiendo a algún criterio específico. [...] Por otra parte, léxicos y diccionarios son obras de codificación y vocabularios y glosarios de descodificación.”

colocar paralelamente ao texto na margem da página (glosas marginais) ou entre as linhas (glosas interlineares)”⁵. Do ponto de vista histórico-prático, o termo ‘glossário’ é e foi empregado para designar um tipo de obra que se ocupa de elucidar palavras obscuras contidas em um texto, ou conjunto de palavras de certa área do conhecimento, jargão, entre outros, como sustentam Pascual e Souto (2003, p. 55, tradução nossa):

A antiga função de guia para correta decodificação de um texto se mantém nos glossários atuais, concebidos geralmente como inventários léxicos que se propõem aclarar o sentido de certos vocábulos oscuros ou pouco familiares aos receptores de uma obra. No entanto, este rótulo se aplica do mesmo modo aos repertórios de termos de uma ciência, técnica, jargão etc., e a coleção de glosas do mesmo autor ou obra⁶.

Haensch (1982, p. 106, tradução nossa), por sua vez, esclarece que atualmente a palavra ‘glossário’ é utilizada no âmbito da Lexicografia com duas acepções distintas:

Repertório de vozes destinado a explicar um texto medieval ou clássico, a obra de um autor, um texto dialetal etc. Repertório de palavras, em muitos casos de termos técnicos (monolíngue ou plurilíngue), que não pretende ser exaustivo, no qual a seleção de palavras foi feita mais ou menos aleatoriamente; por exemplo, glossário de termos ecológicos espanhol-inglês⁷.

Segundo Krieger (2006, p. 141), os glossários “nascem na Grécia Antiga, nos quais eram listadas e definidas palavras de difícil compreensão de obras literárias. Estas, quando organizadas alfabeticamente ao final dos textos, constituíam os glossários, que representam as primeiras formas de manifestação lexicográfica”. Haensch (1982, p. 105) esclarece, igualmente, que o uso de glosas surge nos países latinos na Idade Média, período em que se fez necessário explicar as palavras incompreensíveis, pois já se apresentavam muitas diferenças entre o latim vulgar e o clássico. Gemmingen (2003, p. 154; grifo do autor, tradução nossa), sobre o uso de glosas no final dos textos, argumenta que “com o passar do tempo o processo foi ficando cada vez mais complexo e as glosas se separaram dos textos de origem e se reagruparam compondo listas independentes: *os glossários*”⁸.

⁵ No original: “Por lo que se refiere a las glosas [...], las explicaciones o los equivalentes se pueden colocar paralelamente al texto, en el margen de la página (glosas marginales) o entre las líneas (glosas interlineales).”

⁶ No original: “Esa función ancilar de guía para la correcta decodificación de un texto se mantiene en los glosarios actuales, concebidos en general como inventarios léxicos que se proponen aclarar el sentido de ciertos vocablos oscuros o poco familiares a los receptores de una obra. Sin embargo, este marbete se aplica del mismo modo a los repertorios de términos de una ciencia, técnica, jerga, etc., y a la colección de glosas de un autor o una obra.”

⁷ No original: “Repertorio de voces destinado a explicar un texto medieval o clásico, la obra de un autor, un texto dialectal, etc. Repertorio de palabras, en muchos casos de términos técnicos (monolíngüe o plurilíngüe), que no pretende ser exhaustivo, y en que la selección de palabras se ha hecho más o menos al azar; por ejemplo, glosario de términos ecológicos español-inglés.”

⁸ No original: “Con el paso del tiempo, el proceso se fue haciendo cada vez más complejo y las glosas se separaron de los textos de origen y se reagrupan conformando listas independientes: *los glosarios*.”

Parece seguro dizer, pelo exposto, que o termo ‘glossário’ pode ser usado nas acepções registradas no Dicionário Digital Aurélio - Século XXI, ou seja:

1. Vocabulário ou livro em que se explicam palavras de significação obscura; elucidário.
2. Dicionário de termos técnicos, científicos, poéticos, etc.
3. Vocabulário que figura como apêndice a uma obra, principalmente para elucidação de palavras e expressões regionais ou pouco usadas.
4. Léxico de um autor, que figura, em geral, como apêndice a uma edição crítica (Ferreira, 2004).

Se a classificação lato sensu das obras lexicográficas apresenta dificuldades, problema maior ainda se verifica na distinção stricto sensu entre ‘glossário’ e ‘vocabulário’. Haensch (1982), por exemplo, não estabelece diferenças entre as duas tipologias. Relembra esse autor que, para Grimm (apud Haensch, 1982, p. 105, tradução nossa), “[...] o vocabulário se refere tão somente a uns poucos vocábulos coligidos para estudantes ou para outra finalidade”⁹, e que Grimm não diferencia ‘vocabulário’ de ‘glossário’. Segundo Gemmingen (2003, p. 162; grifo do autor, tradução nossa), a confusão de significado entre os dois termos deve-se ao fato de que, “Com o passar do tempo, foi se perdendo a distinção que existia entre *vocabularium* e *glossarium*, e os dois termos começam a ser utilizados como sinônimos”¹⁰.

Pascual e Souto (2003, p. 55, tradução nossa), a respeito da definição do termo ‘vocabulário’, ponderam que:

Entendido de maneira ampla, *vocabulário* seria um parassinônimo de dicionário; contudo, parece razoável restringi-lo conforme proposto pelo DRAE (Diccionario de la Real Academia Española) sobre esse termo em suas acepções terceira e quinta, aos catálogos de palavras pertencentes a uma região, atividade ou campo semântico determinado, como faz Manuel Alvar Ezquerro (1993b: 17), a uma seleção de termos realizados com critérios extralinguísticos¹¹.

FLP21(1)

Do ponto de vista linguístico, Barbosa (apud Fromm, 2003, p. 2) situa ‘vocabulário’ no nível da norma, contrapondo-o a ‘glossário’ e a ‘dicionário’. Esses, segundo a autora, respectivamente, atuam no nível da fala e do sistema. Barbosa (apud Fromm, 2003, p. 2) define ‘vocabulário’ como um produto lexicográfico que “trabalha com conjuntos manifestados dentro de uma área de especialidade” e pondera ainda que a unidade privilegiada nesse tipo de obra são os “vocábulos/termos (significado restrito; alta frequência)”, e que os ‘vocabulários’ têm por finalidade apresentar “todas as acepções de um verbete dentro de uma área de especialidade”, numa perspectiva “sincrônica e sínfásica”.

⁹ No original: “[...] el vocabulario se refiere tan sólo a unos pocos vocablos, que se han recogido para estudiantes o para otra finalidad.”

¹⁰ No original: “Con el paso del tiempo, se va perdiendo la distinción que existía entre *vocabularium* y *glossarium*, y los dos términos comienzan a utilizarse como sinónimos.”

¹¹ No original: “Entendido de manera generosa, *vocabulario* sería un parasinónimo de diccionario; sin embargo, parece razonable restringirlo, bien, conforme a lo propuesto por el DRAE bajo este término en sus acepciones tercera y quinta, a los catálogos de palabras pertenecientes a una región, actividad o campo semántico determinado, bien, como hace Manuel Alvar Ezquerro (1993b: 17), a una selección de términos realizados con criterios extralingüísticos.”

Há ainda a problemática da distinção entre ‘léxico’ e ‘dicionário’. Os dois termos, não raramente, são tratados como sinônimos pelos metalexicógrafos. Para Pascual e Souto (2003, p. 55; grifo do autor, tradução nossa), por exemplo:

Em sentido amplo, tem se utilizado também *léxico* (equivalente, pois, de *dicionário* ou *vocabulário*), título que igualmente se aplica a catálogo de vozes dialetais, às terminologias ou nomenclaturas e ao inventário das palavras ou expressões genuínas de um autor; talvez este último uso o singulariza com mais vigor frente aos anteriores¹².

Como anteriormente citado, o termo ‘léxico’ é mencionado, nos estudos de Lexicografia, geralmente, como sinônimo de ‘dicionário’, poucas vezes tratado separadamente como um tipo de obra lexicográfica com particularidades que o diferenciem de outras tipologias. Na tentativa de estabelecer diferenças entre ‘léxico’ e as demais tipologias de obras lexicográficas, buscaram-se as definições desse termo em seis dicionários de épocas distintas dispostos no Quadro 1, em ordem cronológica.

Quadro 1 - Definição de Léxico segundo os dicionários.

Bluteau (1712)	Léxicon: Deriva-se do Grego <i>Lexis</i> , que quer dizer Dicção, & val tanto, como Diccionario, Vocabulario. <i>Vid.</i> Diccionario, &c.
Moraes Silva (1813)	Léxicon, diccionario, vocabulario.
Pinto (1832)	Léxicon. Palavra Grega. He o mesmo que Diccionario.
Freire (1957)	Léxico, Dicionário de línguas clássicas antigas. 2. Dicionário abreviado. 3. Dicionário das formas raras ou difíceis, peculiares a certos autores. 4. Conjunto das palavras de uma língua.
Aulete (1958)	Léxico, Dicionário de línguas clássicas antigas; dicionário; vocabulário. Conjunto de vocábulos de uma língua. Dicionário abreviado. Vocabulário peculiar a um autor.
Ferreira (1986)	Léxico: 1. Dicionário de línguas clássicas antigas. 2. Dicionário dos vocábulos usados por um autor ou por uma escola literária; léxicon. 3. Dicionário abreviado. 4. P. ext. Dicionário. 5. Conjunto de vocábulos de um idioma.

Observando as aceções apresentadas por esses lexicógrafos, verifica-se que há pouca divergência, pois ‘léxico’ é definido, por todos eles, como dicionário. Bluteau e Moraes Silva incluem o ‘vocabulário’ como sinônimo de ambos, enquanto Aulete reconhece o ‘léxico’ como vocabulário próprio de um autor. Ao considerarem

¹² No original: “En sentido amplio se ha utilizado también *léxico* (equivalente, pues, de *diccionario* o *vocabulario*), título que igualmente se aplica a catálogo de voces dialectales, a las terminologías o nomenclaturas y al inventario de las palabras o expresiones genuinas de un autor; acaso este último uso lo singulariza con más vigor frente a los anteriores.”

‘léxico’ como sinônimo de ‘dicionário’, Freire, Aulete e Ferreira especificam que o ‘léxico’ corresponde a dicionário de línguas clássicas antigas, mas também representa o conjunto das palavras de uma língua.

Há autores que estabelecem diferenças entre os diferentes tipos de obras lexicográficas, *glossários*, *vocabulários*, *léxicos*, por exemplo, segundo critérios teórico-linguísticos, o que parece ser pouco correto, visto que esses termos, e as obras por eles nomeadas, são de épocas anteriores às teorias lexicográficas, e tinham, em seu tempo, segundo Haensch (1982, p. 104), “significados distintos”. Exemplo dessa inadequação na classificação das tipologias é o fato de alguns autores definirem ‘glossário’ como uma obra que tem como corpus a fala; é notório que os *glossários* nasceram das glosas interlineares e marginais que tinham por finalidade aclarar as palavras desconhecidas de textos escritos. Quando essas anotações começaram a ser muito recorrentes por conta do aumento do número de palavras desconhecidas, passou-se a registrar essas palavras e seus significados em listas independentes que acompanhavam os textos. Dessa forma, não há fundamento na afirmação feita por Domingues (apud Barbosa, 1995, p. 2, tradução nossa), por exemplo: “[...] se o corpus pertence à fala, resultarão vocabulários e glossários”¹³.

Dentre as tipologias mais conhecidas, existe ainda outro tipo de obra lexicográfica, os *thesauri* ou *tesouros*. Nessa tipologia se enquadram as obras que buscam esgotar todo o acervo léxico de uma língua. Segundo Barbosa (1995, p. 6), o *tesouro* “propõe-se a compilar lexemas de alta, média, baixa e ínfima frequência, de distribuição regular ou irregular entre os falantes, relativos a todas as variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas”. Já para Boutin-Quesnel (1985, p. 29, tradução nossa), *tesouro* é um “dicionário de língua que descreve de maneira exaustiva as unidades de um vasto corpus representativo de uma língua”¹⁴. Pelo caráter exaustivo que possui, um *tesouro* deve ter como corpus as mais variadas manifestações da língua que pretende descrever, mas, ainda assim, não seria capaz de contemplar todo o acervo lexical de uma comunidade linguística, como bem completa Haensch (1982, p. 154, tradução nossa):

Um termo como ‘thesaurus’ ou ‘tesouro’ parece evocar a ideia de um dicionário mais ou menos exaustivo; e, no caso das línguas mortas, um thesaurus pode ser, supondo que todo o vocabulário familiar, vulgar e popular esteja documentado em algum texto escrito. Os thesauri de línguas modernas, por sua vez, se baseiam, em um grande número de citações extraídas de todo tipo de textos; mas geralmente, não nas manifestações da língua falada. Por isso já não são exaustivos¹⁵.

Para Pascual e Souto (2003, p. 56-57, tradução nossa), “O crédito que os dicionários receberam ao longo dos séculos faz com que qualquer obra intitulada

¹³ No original: “[...]si el corpus pertenece al habla, resultarán vocabularios y glosarios.”

¹⁴ No original: “[...] Dictionnaire de langue qui décrit de façon exhaustive les unités d’un vaste corpus représentatif d’une langue.”

¹⁵ No original: “Un término como ‘thesaurus’ o ‘tesoro’ parece evocar la idea de un diccionario más o menos exhaustivo; y, en el caso de las lenguas muertas, un thesaurus puede serlo, suponiendo que todo el vocabulario familiar, vulgar y popular esté documentado en algún texto escrito. Los thesauri de lenguas modernas, en cambio, se basan en gran número de citas extraídas de toda clase de textos; pero, por lo general, no en las manifestaciones de la lengua hablada. Por eso ya no son exhaustivos.”

desse modo suscite a confiança dos consumidores de modo ingênuo e acrítico.”¹⁶ Ainda segundo os autores, o termo ‘dicionário’ é usado como estratégia de *marketing*, pois bem sabem os editores que qualquer livro, catálogo, lista, com esse título tem venda garantida.

Por ter servido como hiperônimo a qualquer obra de cunho lexicográfico, a tarefa de definir a tipologia *dicionário* torna-se ainda mais complexa. Afinal, que tipo de obra lexicográfica é o *dicionário*, stricto sensu? A maioria das definições de ‘dicionário’ apresentadas pelos metalexicógrafos é lato sensu, como a de Biderman (2001, p. 131), por exemplo, que define ‘dicionário’ como “organização sistemática do léxico, uma espécie de tentativa de descrição do léxico de uma língua”. Segundo o Aurélio Eletrônico séc. XXI (1999), o dicionário é um “conjunto de vocábulos duma língua ou de termos próprios duma ciência ou arte, dispostos, em geral, alfabeticamente, e com o respectivo significado, ou a sua versão em outra língua”. Essa definição ainda não distingue *dicionário* das outras tipologias; *vocabulário*, por exemplo, visto que, pelo menos três das características atribuídas aos *dicionários* são igualmente atribuídas, na mesma referência (Aurélio Eletrônico séc. XXI, 1999) aos *vocabulários*:

O conjunto das palavras de uma língua. [...] 7. Lista de palavras ou expressões de uma língua ou de um estágio dela, de um dialeto, de um autor, e de um ramo de conhecimento, técnica ou atividade, geralmente dispostas em ordem alfabética, e que podem vir ou não acompanhadas das classes gramaticais a que pertencem e/ou de outras indicações.

Sobre a problemática das semelhanças entre as especificidades atribuídas às várias tipologias, Haensch (1982, p. 95-96, tradução nossa) pondera que:

Realmente, é muito difícil apresentar uma classificação de tipos de obras lexicográficas: em primeiro lugar, porque não foram só critérios linguísticos, senão também fatores históricos e culturais que influenciaram no nascimento e desenvolvimento dos distintos tipos de obras lexicográficas; em segundo lugar, porque as obras lexicográficas existentes apresentam, de modo geral, uma combinação de traços pertencentes a categorias de classificação totalmente diferentes¹⁷.

Fernández-Sevilla (1974, p. 38, tradução nossa), ao tratar da tipologia *dicionário*, reconhece que “[...] é realmente difícil dizer em poucas palavras o que é o dicionário”¹⁸ e apresenta a aceção fornecida pelo DRAE (1970) para definir *dicionário*:

Livro no qual, por ordem comumente alfabética se listam e explicam todas as dições de um ou mais idiomas, ou de uma ciência, faculdade ou

¹⁶ No original: “El crédito que, a lo largo de los siglos, han atesorado los diccionarios hace que cualquier obra titulada de este modo suscite la confianza de los consumidores de modo ingenuo y acrítico.”

¹⁷ No original: “Resulta, en realidad, muy difícil realizar una clasificación de tipos de obras lexicográficas: en primer lugar, porque han sido no sólo criterios lingüísticos, sino también factores históricos y culturales los que han influido en el nacimiento y desarrollo de los distintos tipos de obras lexicográficas; en segundo lugar, porque las obras lexicográficas existentes presentan, por lo general, una combinación de rasgos pertenecientes a categorías de clasificación totalmente diferentes.”

¹⁸ No original: “[...] es difícil, realmente, decir en pocas palabras qué es el diccionario.”

matéria determinada. 2. Catálogo numeroso de notícias importantes do mesmo gênero, ordenado alfabeticamente¹⁹.

Fernández-Sevilla (1974, p. 38, tradução nossa) sugere ainda que “[...] para evitar divagações desnecessárias, é preferível começar por estabelecer a tipologia dos dicionários”²⁰.

Existem vários tipos de *dicionários*, e como já mencionado neste texto, os diversos autores que discorreram sobre o assunto se valeram de dicotomias para estabelecer diferenças. Parece oportuno apresentar, aqui, uma breve classificação dos principais tipos de dicionários²¹ baseada, primeiramente, no que ensina Haensch (1982, p. 95-187) sobre a matéria e, em seguida, sintetizar, em forma de esquema, o que postula Zgusta (1971, p. 198-217).

Os diversos tipos de *dicionários* podem ser divididos e caracterizados segundo alguns critérios: 1. caráter linguístico; 2. número de línguas; 3. seleção do léxico (Haensch, 1982, p. 95-187). O primeiro critério diz respeito aos dicionários linguísticos (que tratam dos signos), os enciclopédicos (que tratam das coisas) e os mistos, que são dicionários de língua que trazem informações enciclopédicas adicionais.

Do ponto de vista do número de línguas, estabelece-se a diferença entre o *dicionário monolíngue* (uma língua) e os *dicionários multilíngues* que, por sua vez, se dividem em *bilíngues* (duas línguas) e *plurilíngues* (mais de duas línguas).

O critério da seleção do léxico pode ser dividido em três principais dicotomias: 1. geral ou parcial; 2. seleção exhaustiva ou não exhaustiva; 3. sincrônico ou diacrônico.

1. Os *dicionários gerais* devem conter uma seleção representativa do acervo vocabular de uma língua. Como principais exemplos de *dicionários gerais* no Brasil podem ser citados o Aurélio e o Houaiss. Por não serem seletivos quanto a recortes do léxico português, esses dicionários buscam abranger uma grande variedade de *corpora* na tentativa de servir para os mais variados tipos de consulta. Os *dicionários parciais* apresentam recortes no acervo lexical da língua, podem ser: diatópicos (que tratam das variantes regionais); diastráticos (das unidades lexicais próprias de determinados grupos sociais); diatécnicos (relativos a jargões, profissões, termos técnicos), um dicionário de botânica, por exemplo, selecionará só a parte do léxico relativa a esse campo do conhecimento.
2. A classificação dos *dicionários* pode ser feita também segundo a extensão. Podem ser *exaustivos* ou *seletivos*. Os *dicionários seletivos*, como o nome já sugere, selecionam um recorte que servirá de base para sua composição. Os *dicionários exaustivos* procuram abarcar todo o acervo léxico de uma língua. Segundo Haensch (1982, p. 152, tradução nossa), “[...] tanto os

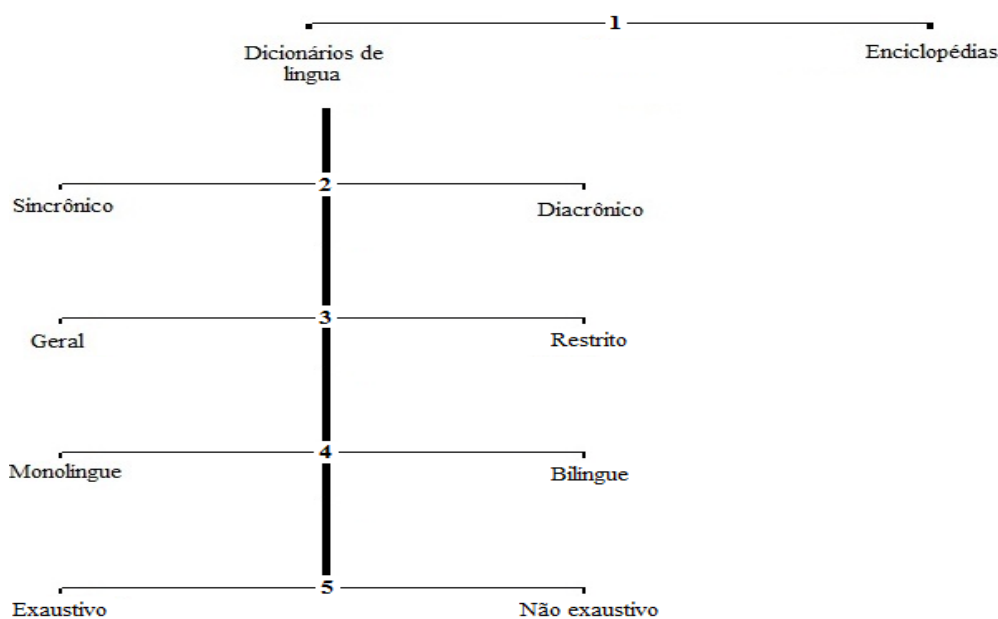
¹⁹ No original: “[...] Libro en el que por orden comúnmente alfabético se contienen y explican todas las dicciones de uno o más idiomas, o las de una ciencia, facultad o materia determinada. 2. Catálogo numeroso de noticias importantes del mismo género, ordenados alfabéticamente.”

²⁰ No original: “[...] para evitar divagaciones innecesarias, resulta preferible comenzar por establecer la tipología de los diccionarios.”

²¹ O termo ‘dicionário’ está empregado aqui como hiperônimo de obras lexicográficas.

dicionários gerais como os parciais ou especializados, poderiam ser exaustivos ou seletivos”²². O autor lembra ainda que é mais ou menos impossível que os *dicionários gerais* sejam exaustivos. Poderiam ser exaustivos, segundo ele, os *dicionários especializados*.

3. Os *dicionários sincrônicos* registram uma seleção do vocabulário de uma língua em um momento determinado, enquanto os *dicionários diacrônicos* registram a evolução do vocabulário através do tempo. Dentre os *dicionários diacrônicos*, podem ser citados os *etimológicos* e os *históricos*. Este estuda a trajetória de uma palavra com as mudanças de forma e significado através dos séculos, enquanto aquele persegue a evolução formal de um significante e apresenta seus étimos.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na tipologia apresentada por Zgusta (1971, p. 198-216).

Figura 1 - Tipologias de dicionários.

A dicotomia 1. diz respeito aos dicionários de língua que apresentam unidades lexicais e suas propriedades linguísticas em oposição às enciclopédias, que fornecem informações sobre o mundo extralinguístico; a dicotomia 2. concerne ao eixo temporal, contrapõe, de um lado, os dicionários diacrônicos que, por sua vez, podem ser históricos ou etimológicos, ambos relacionados à história e ao desenvolvimento das formas e significados das unidades linguísticas; de outro lado, estão os dicionários sincrônicos, que lidam com o estoque lexical de uma língua em um estágio de seu desenvolvimento, lembrando que o conceito sincrônico não é sinônimo de contemporâneo. Desta maneira, um dicionário como o de Bluteau é sincrônico por representar um recorte no tempo, ou seja, uma sincronia passada; 3. diz respeito aos dicionários gerais e os dicionários restritos, ou especializados. Essa dicotomia nada tem a ver com a extensão da nomenclatura: um dicionário restrito faz um recorte no léxico da língua, tem como corpus uma parte do léxico, como é o caso dos dicionários de medicina, por exemplo, que privilegiam os termos relacionados a

²² No original: “[...] tanto los diccionarios generales como los parciales o especializados, podrían ser exhaustivos o selectivos.”

essa área do conhecimento; já os dicionários gerais não fazem recortes, buscam abranger toda a variedade do acervo lexical da língua; 4. é concernente aos dicionários monolíngues, que são a grande maioria, nos quais é privilegiada uma língua, e os dicionários bilíngues, que buscam oferecer os equivalentes de duas línguas. Zgusta (1971, p. 214, tradução nossa) desconsidera, em sua tipologia, os dicionários com mais de duas línguas representadas, pois segundo ele:

Raramente há mais de duas línguas representadas em um dicionário, [...] o fato de não haver grande isomorfismo na mesma língua torna a tarefa de encontrar equivalentes lexicais em duas línguas ainda mais difícil. Indicar equivalentes lexicais de mais de duas línguas simultaneamente somente é possível se negligenciarmos a polissemia e levarmos em consideração somente os sentidos dominantes das palavras²³.

5. diz respeito ao critério de extensão do dicionário: um dicionário pode ser exaustivo ou não exaustivo. Um dicionário exaustivo busca esgotar o acervo lexical da língua. Um tipo de obra lexicográfica que pretende ser exaustiva é chamado tesouro, que, teoricamente, buscaria abarcar todo o léxico de uma língua, mas cuja concepção é no mínimo inviável no caso das línguas vivas, pelo caráter dinâmico que têm. Contemplar todo o léxico de uma língua seria possível somente no caso de uma língua morta, por meio de textos escritos. Dicionários gerais, como o Aurélio e o Houaiss, buscam ser exaustivos, mas não pretendem abarcar todo o léxico da língua portuguesa. Na verdade, um dicionário que o pudesse fazer de fato seria desatualizado antes de sua publicação. A exaustividade ou não exaustividade de um dicionário está mais relacionada ao poder informativo que ao volume e ao número de entradas. Um dicionário escolar, por exemplo, tem seu poder informativo diminuído em relação a um dicionário geral, pois busca privilegiar as unidades lexicais mais correntes no ambiente escolar. Esse, por sua vez, terá mais poder informativo que um dicionário infantil, por exemplo.

Há ainda outra grande dicotomia pela qual podem ser divididos os dicionários: o critério da ordenação das entradas. Pode-se fazer divisão entre os *dicionários onomasiológicos* e os *semasiológicos*. O *dicionário onomasiológico* é aquele em que se parte dos conceitos para os significantes linguísticos que lhes correspondem, ou seja, segue a direção conteúdo-significante. Os *dicionários semasiológicos*, que representam a grande maioria dos dicionários existentes, seguem a direção significante-conteúdo, ou seja, parte-se de uma palavra para a sua definição.

2 O LÉXICO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Uma vez feita a tentativa de reunir e sintetizar os vários olhares sobre as definições e classes de obras lexicográficas, insere-se nessa discussão o *Léxico Histórico do Português Brasileiro (LHisPB)*. Trata-se de um projeto que integra outro maior que está sendo desenvolvido junto ao Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado pelo Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, da Universidade de São

²³ No original: "Only unfrequently are more than two languages represented in one dictionary [...] the fact there is no great isomorphism between single languages makes it a hard task to find the lexical equivalents of two languages. To indicate the lexical equivalents of more than two languages simultaneously is usually possible only if we absolutely neglect polysemy and take into consideration only the dominant senses of the singles words."

Paulo, cujo objetivo é descrever o Português Brasileiro nas vertentes da: (i) História Social, (ii) Mudança Gramatical, (iii) Linguística de corpus, (iv) Diacronia dos processos constitutivos do texto, (v) Mudança léxico-semântica e (vi) Mudança fônica no Português Brasileiro.

Aguilera (2010), reconhecendo a urgência e a necessidade de trazer à luz um projeto de natureza lexicográfica, elaborou a proposta para o *Léxico Histórico do Português Brasileiro (LHisPB)*, com vistas a auxiliar na complementação de trabalhos já publicados, como os de Cunha (1978, 2007), Carvalho Silva (2007), Murakawa (2014) e Machado Filho (2013, 2014).

O *LHisPB*, atualmente coordenado por Aguilera e Altino (2010, 2013), tem como objetivo apresentar, sob tratamento lexicográfico, todo o conteúdo lexical dos documentos manuscritos datados dos séculos XVII a XIX, coletados, transcritos e editados pelas equipes que compõem o projeto PHPB. Como objetivos específicos, propõe: (i) oferecer, sob a forma de banco de dados informatizado, um vasto material lexicográfico para estudos sincrônicos e diacrônicos do léxico referente aos séculos mencionados; (ii) proporcionar um instrumento de consulta rápida do uso de vocábulos vigentes na época e em várias regiões do Brasil Colônia e Brasil Império; (iii) apresentar, com a frequência de uso, os itens lexicais e suas variantes gráficas registrados em cerca de 1500 documentos emanados dos antigos espaços geográficos e administrativos representados pelas províncias e vilas do Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul, além de outras fontes que serão agregadas ao projeto à medida que a coordenação do *LHisPB* receba os documentos editados pelas demais regionais do PHPB.

O corpus compõe-se de documentos manuscritos, oficiais, datados dos séculos XVII, XVIII e XIX e editados no formato semidiplomático pelas respectivas equipes estaduais. Trata-se de atas, cartas, certidões, contratos, declarações, autos, pareceres, relatórios, requerimentos e denúncias, entre outros.

Para a elaboração do *LHisPB*, Aguilera e Altino (2010, 2013) inspiraram-se em Company e Melis (2002, p. v-xxi), autoras do *Léxico Histórico del Español de México*. Dessa forma, assim como a obra mexicana, o *LHisPB* representa uma abordagem estruturada do uso da língua portuguesa escrita no Brasil no período histórico correspondente às fases do Brasil Colônia (1532-1822) e do Brasil Império (1822-1889), por meio de uma exaustiva exemplificação dos diversos contextos gramaticais e semânticos em que aparecem, nos textos, as diversas formas da língua. Nas palavras de Company e Melis (2002, p. vi, tradução nossa), sobre o Léxico do México:

Ofrecemos um léxico lematizado do espanhol colonial do México, que corresponde, em essência, a um dicionário de construção e uso em que não se incluem definições semânticas dos lemas. O léxico, sistema básico de organização linguística que reflete o mundo cultural, proporciona informação sobre a diversidade linguística, reflexo do uso e da evolução da língua no México e seu vínculo com a cultura deste país. A lematização, por sua parte, oferece ao pesquisador uma ferramenta que lhe permite abordar, por meio de um material organizado, a história do espanhol em uma de suas variantes dialetais ²⁴.

²⁴ No original: “Ofrecemos un léxico lematizado del español colonial de México, que corresponde, en esencia, a un diccionario de construcción y uso en el que no se incluyen definiciones semánticas de los lemas. El léxico, sistema básico de organización lingüística que refleja el mundo cultural, proporciona

O *LHisPB* contabiliza, até o momento, 14230 entradas. Na esteira do modelo de Company e Melis (2002), cada entrada compõe-se, primeiramente, de uma seleção de contextos, ou abonações, que exemplificam, da melhor forma possível, o emprego sintático, o sentido da voz em questão e todas as formas gramaticais que se documentam no corpus base. As diferentes formas vêm destacadas em negrito e cor azul. Depois de cada abonação, faz-se, entre parênteses, a referência à origem da entrada, isto é, o local, a data, o número do documento e a linha de onde foi extraído o contexto. Na sequência, informam-se as *Formas Documentadas*, ou seja, todas as variantes fonéticas, gráficas ou morfológicas encontradas. Por último, expõe-se a *Frequência Global*, isto é, a soma de todas as variantes, conforme ilustra o verbete abaixo:

abaixo. Recebe a parada de quê faz mensão, A guia pella 2 horas da Tarde do dia **abacho** deClarado a mesmas horas faço Espedir (IGP, 1808, 523, 20); eu Escrivão da Ovidoria **abacho** declarado fui vindo, por mandado do Ouvidor pela Ley (PGA, 1803, 723, 09-10); nos Ordena que na conformidade do Alvara de vinte e sinco de Janeiro, de mil e oito Centos e nove, nomiemos tres pessoas para dellas excolher Vossa Excelencia huma que sirva de Juis das Sismarias e assim mais Piloto, e seu Ajudante, cujas pessoas são as que **abaicho** se segue para Juis das mediçoens (LAP, 1810, 529, 05); nunca pode ter major crescimento pellos desfalques de gente, já para as emtradas Rio do Registo e **abaicho** (PGA, 1799, 664, 31); por elles me foi dito em prezensa das Testemunhas **abaixo** nomeadas, e assignada me foi dito (PGA, 1796, 45, 22); Atestamos pelos juramenttos dos nosos cargos todo o Contehudo **abaixo** declarado (CAS, 1802, 734, 07); Recebe esta parada pellas des horas da manham sem defeyto algum no dia **abaixo** declarado (IGP, 1808, 523, 13).

FORMAS DOCUMENTADAS: *abacho* (2); *abaicho* (1); *abaicho* (1); *abaixa* (1); *abaixo* (13).

FREQUÊNCIA GLOBAL: **18**

Para a identificação do local, que vem como sigla ou letras iniciais, inseriu-se, na Apresentação da obra, um quadro com o nome por extenso e a abreviatura usada. Do mesmo quadro, consta o ano do manuscrito e o número que recebeu no corpus. As siglas constantes das abonações no verbete ‘abaixo’ representam: IGP= Iguape, PGA=Paranaguá, LAP=Lapa e CAS= Castro.

Para a inserção das entradas ou lemas, Aguilera seguiu as normas comuns da Lexicografia, tais como: os verbos aparecem na forma infinitiva, os nomes (substantivos e adjetivos), no masculino singular. Visando à leitura mais cômoda para o leitor não especializado, a autora optou pela ortografia atual das entradas, deixando na ortografia original as formas desconhecidas ou pouco usuais pelo falante médio do Português Brasileiro. Por exemplo:

1. **afervorar.** como todo o cidadão Patriotico tem o direito de oferecer votos, e de **afervorar** supplicas pelo melhoramento de sua Patria (CTB, 1820, 140, 06).

FORMAS DOCUMENTADAS: *afervorar* (1).

FREQUÊNCIA GLOBAL: **1**

información sobre la diversidad lingüística, reflejo del uso y evolución de la lengua en México y su vínculo con la cultura de este país. A lematización, por su parte, ofrece al investigador una herramienta que le permita acercarse con un material organizado a la historia del español en una de sus variantes dialectales.”

afervorizar. Sem estímulos de Onrra e adiantamento Objeto que mais *afervoriza*
O homem para o trabalho e aumento próprio (GRT, 1798, 169, 02).

FORMAS DOCUMENTADAS: *afervorizar* (1).

FREQUÊNCIA GLOBAL: 1

Na primeira fase do *LHisPB*, a autora dedicou-se à elaboração dos verbetes do corpus paranaense, por ser o mais extenso, ou seja, são 734 fôlios que foram transcritos, revisados e incluídos nos dois bancos de dados: o do Paraná e o Geral, que se constitui dos documentos enviados pelas equipes brasileiras envolvidas no PHPB.

Uma vez concluídos os Léxicos de cada equipe regional, todos os *corpora* do banco de dados serão reunidos para formar um só corpus que dará origem ao *Léxico Histórico do Português Brasileiro*, com aproximados 12000 verbetes. Até o presente momento, o *LHisPB* contabiliza os seguintes resultados, conforme demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 - Léxico Histórico do Português Brasileiro.

<i>Estado</i>	<i>Nº de palavras</i>	<i>Nº de formas</i>	<i>Nº de verbetes</i>	<i>Estágio atual</i>
Paraná	132 619	14 254	4 177	Revisão
Rio de Janeiro	54 470	9 023	3 491	Revisão
Bahia	17 865	3 425	1 282	Revisão
Paraíba	37 159	6 337	2 827	Revisão
São Paulo	44 665	5 456	2 453	Revisão
<i>Total</i>	286 778	38 495	14 230	Revisão

FLP21(1)

Conforme se expôs, o *LHisPB* é uma obra em construção, estando alguns léxicos estaduais na fase de revisão criteriosa para que sejam publicados em sítio digital, acessível a todos os consulentes de forma gratuita. Concomitantemente à revisão dos Léxicos paranaense, carioca, baiano, paraibano e paulista, estão sendo tratados os manuscritos oriundos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, assim como está se procedendo à criação do site para uso universal.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

Uma vez expostos os objetivos, procedimentos metodológicos e estágio atual do *LHisPB*, volta-se às questões de nomenclatura das obras lexicográficas e ratifica-se nosso ponto de vista sobre o porquê de considerar como *Léxico* esse Projeto. Primeiramente, por não haver, por parte dos especialistas, inclusive os dicionaristas, uma definição clara e precisa de cada um desses fazeres lexicográficos. Em segundo lugar, os vários critérios criados para distinguir uma obra de outra não foram suficientes para tal. Finalmente, por se servir de textos da mesma natureza (manuscritos e oficiais) e não se deter na definição de cada entrada, considera-se legítima a nomenclatura adotada.

Primeiramente, retomando as definições de *léxico* propostas por Bluteau (1712) – *val tanto, como Dicionario* –, Moraes Silva (1813), Pinto (1832), Freire (1957), Aulete (1958) e Ferreira (1986), conforme consta do Quadro 1, verifica-se que são unânimes em considerar *léxico* e *dicionário* como sinônimos. Em segundo lugar,

voltando aos lexicógrafos do século XX – Freire, Aulete e Ferreira, é consensual a eles considerar *léxico* como *dicionário abreviado*. Em terceiro lugar, o texto procurou demonstrar que não há uma definição clara e precisa para nenhum desses fazeres lexicográficos em particular. Finalmente, por se servir de textos da mesma natureza (manuscritos oficiais sincrônicos) e não se deter na definição de cada entrada, mas documentar exaustivamente o emprego de cada variante gráfica ou morfológica, considera-se legítima a nomenclatura ‘léxico’ atribuída ao *Léxico Histórico do Português do Brasil*.

REFERÊNCIAS

Aguilera VA, Altino FC. Léxico histórico do português brasileiro. In: Hora D, Silva CR. Para a história do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária; 2010. p. 1-10.

Aguilera VA, Altino FC. Léxico histórico do português brasileiro (LHisPB): estágio atual. In: 27^e Congrès international de linguistique et de philologie romanes, Nancy - França: Société de linguistique romane; 2013. p. 396-397.

Aulete C. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 4^a ed. Rio de Janeiro: Delta; 1958.

Barbosa MA. Contribuição ao estudo de aspectos da tipologia de obras lexicográficas. Ciência da informação, Brasília; 24 dez. 1995. [citado 16 fev. 2012]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/493/447>.

Biderman MTC. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: Oliveira AMPP, Isquierdo NA, organizadoras. As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS; 2001. p. 131-144.

Bluteau R. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira; 1712.

Boutin-Quesnel R, et al. Vocabulaire systématique de la terminologie. Québec: Cahiers de l'Office de la Langue Française; 1985.

Carvalho Silva J. Dicionário da língua portuguesa medieval. Londrina: Edue; 2007.

Company C, Melis C. Léxico histórico del español de México. México: Universidad Autónoma de México; 2002.

Cunha AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 3^a ed. Rio de Janeiro: Lexikon; 2007.

Cunha AG. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1982.

Cunha AG. Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi. 5^a ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília; 1978.

Cunha, AG. Vocabulário histórico-cronológico do português medieval. Casa Fundação Rui Barbosa; 2007. [citado 08 mai. 2017]. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br.

Dicionário Aurélio Eletrônico século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática; 1999. [CD-ROM]. versão 3.0.

Diccionario de la Real Academia Española (DRAE): Diccionario de la lengua española, Madrid, EspasaCalpe, 19^a ed; 1970.

Fernández-Sevilla, J. Problemas de lexicografía actual. Instituto Caro y Cuervo, Bogotá: publicaciones del Instituto Caro y Cuervo. Series minor, XIX; 1974.

Ferreira ABH. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1986.

Ferreira ABH. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3ª ed. Curitiba: Positivo; 2004.

Freire L. Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 1957.

Fromm G. Dicionários em sala de aula: como aproveitá-los bem. In: Domínios de Linguagem III; 2003. [citado 19 out 2010]. Disponível em: <http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/d3-3.pdf>.

Gemmingen BF von. Los inicios de la lexicografía española. In: Guerra, AMM, organizadora. Lexicografía española. Barcelona: Ariel; 2003. p. 151-173.

Haensch G, et al. La Lexicografía: de la Lingüística Teórica a la Lexicografía Práctica. Madrid: Gredos; 1982.

Krieger MG. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. Calidoscópio. 2006;4(3):141-147.

Machado Filho AVL. Dicionário etimológico do português arcaico. Salvador: Edufba; 2013.

Machado Filho AVL. Pequeno vocabulário do português arcaico. Brasília: Editora da universidade de Brasília; Salvador: Edufba; 2014.

Moraes Silva A. Dicionário da língua portuguesa recompiled dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Moraes Silva A. Lisboa: Typographia Lacérquina; 1813. [citado 20 mar. 2011]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>.

Murakawa CAA. Conhecendo o dicionário histórico do português do Brasil - Séculos XVI, XVII e XVIII sua história e metodologia. In: Isquierdo AP, Mantovani DCGO, organizadoras. As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande - MS: Editora UFMS. Vol. VII, 2014. p. 267-284.

Pascual JIP, Souto MC. El diccionario y otros productos lexicográficos. In: Guerra AMM, organizadora. Lexicografía española. Barcelona: Ariel; 2003. p. 53-78.

Pinto LMS. Dicionário da língua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva; 1832. [citado 20 out. 2010]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario>.

Silva MCP. Para uma tipologia geral das obras lexicográficas. In: Alves IM, Isquierdo NA, organizadoras. As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Vol. 2. Campo Grande: UFMS; 2007. p. 283-293.

Welker HA. Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus; 2004.

Zgusta L. Manual of lexicography. Paris: Mouton; 1971.

FLP21(1)

A co-construção da imagem de Michel Butor: argumentação em entrevistas literárias

The co-construction of the image of Michel Butor: argumentation in literary interviews

Amayi Luiza Soares Koyano*
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O *ethos* e a argumentação são de grande contribuição para o estudo das entrevistas literárias (Yanoshevsky, 2014, 2011). Propõe-se neste artigo analisar duas entrevistas do escritor francês Michel Butor (1926-2016), tendo sido a primeira realizada no momento de comemoração dos cinquenta anos da obra de Proust, em dezembro de 1963, e a segunda, cinquenta anos depois, em celebração ao recebimento do Grande Prêmio da Académie Française pelo conjunto da obra de Butor (agosto de 2013). Com o objetivo de melhor compreender a co-construção da imagem do escritor nessas entrevistas literárias, ocorridas em dois momentos distintos de sua carreira, o artigo evidenciará, ao longo da análise, as contribuições dos entrevistadores, em especial durante a segunda entrevista, na co-construção das imagens do escritor, bem como a forma como a obra de Proust adquire, na narrativa de vida de Butor, um sentido mais amplo e, portanto, mais poético.

Palavras-Chave: *Ethos*. Argumentação. Michel Butor. Entrevistas literárias.

Abstract: *Ethos* and argumentation are of great contribution to the study of literary interviews (Yanoshevsky, 2014, 2011). In this article we propose to analyze two interviews of French writer Michel Butor (1926-2016), the first one held at the time of Proust's fiftieth birthday in December 1963, and the second fifty years later in celebration of the Académie Française Grand Prix for the whole of Butor's work (August 2013). In order to better understand the co-construction of the writer's image in these literary interviews, which occurred in two different moments of his career, we will show throughout the analysis the interviewers' contributions, especially during the second interview, in the co-construction of images of the writer, as well as the way Proust's work acquires, in Butor's narrative of life, a broader and therefore more poetic sense.

Keywords: *Ethos*. Argumentation. Michel Butor. Literary interviews.

FLP21(1)

1 INTRODUÇÃO

O *ethos* e a argumentação são de grande importância para os Estudos Literários e representam um avanço considerável tanto para a análise de obras literárias quanto para o estudo sobre a vida dos escritores. O estudo das imagens de si em obras literárias, no Brasil, vem sendo amplamente trabalhado por Ida Lúcia

* Mestranda em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês, Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; amayi@usp.br
O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Machado (2016, 2015, 2014, 2013, 2012) e por Renata Aiala de Mello (2016, 2012), sendo também objetos de pesquisa as entrevistas de escritores brasileiros a partir do *ethos* e da argumentação (Oliveira, 2016), o que viabiliza a investigação da co-construção da imagem do escritor francês Michel Butor em duas entrevistas literárias (1963 e 2013), tendo por respaldo os trabalhos de Galia Yanoshevsky (2014, 2011) sobre *A co-construção da imagem do autor: o caso da entrevista literária* e sobre *L'entretien littéraire – un objet privilégié pour l'analyse du discours*.

Neste artigo, tem-se por objetivo melhor compreender a co-construção da imagem de Michel Butor em duas entrevistas literárias concedidas pelo escritor em dois momentos distintos de sua carreira, sendo a primeira realizada aos 37 anos de idade do escritor (dezembro de 1963), quando ele ainda era romancista, e a segunda, aos 86 anos (agosto de 2013), após ter rompido havia quase meio século com o romance e dedicado sua escrita, sobretudo, à poesia, aos livros de artista e às parcerias com pintores e músicos. Por se tratar de entrevistas com um intervalo aproximado de 50 anos entre uma e outra, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: houve a manutenção ou a mudança do *ethos* por parte do escritor ao longo desse meio século?

A compreensão da imagem co-construída que o escritor procurou transmitir por meio de entrevistas literárias faz-se necessária por ter havido, quando ainda era romancista, uma grande identificação de suas obras com a estética do novo romance francês, que encontrou na crítica literária de meados do século XX grande resistência e incompreensão (Prado, 2006) por não identificarem nessas obras neorromancescas uma herança do romance tradicional francês e por haver uma certa dificuldade e resistência dos críticos em melhor compreender a estética em questão e em estabelecer novos parâmetros de análise literária (Perugini, 2015).

FLP21(1)

Michel Butor, nascido em 1926, no norte da França, foi romancista, poeta, ensaísta literário, crítico de arte e professor universitário de Literatura Francesa na França, nos Estados Unidos, na Suíça, no Egito e na Inglaterra. Literato muito ativo, trabalhou até o fim de sua vida (2016) na escritura de poemas para amigos e em parcerias com artistas plásticos e músicos. O escritor ainda fez parte de vários livros de entrevistas, fora as concedidas ao longo de sua carreira, sendo também de sua autoria mais de dois mil livros de artistas, esculturas, desenhos e pinturas (Yanoshevsky, 2014).

Para a análise das imagens co-construídas do escritor nas duas entrevistas literárias selecionadas, a fundamentação teórica ficará a cargo dos trabalhos de Breton e Gauthier (2001), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2011) e Oliveira (2016) na formação do panorama atual da argumentação, incluindo em seu campo de atuação as especificidades das entrevistas literárias (Yanoshevsky, 2014, 2011). Em relação ao *ethos*, servirão de base os trabalhos de Maingueneau (2001), Amossy (2005) e Machado (2015, 2014), também estabelecendo relação entre essas pesquisas e as entrevistas literárias (Yanoshevsky, 2014, 2011). Para a discussão dos dados levantados na análise do corpus, serão retomados os trabalhos de Maingueneau (2001), de Yanoshevsky (2014, 2011), de Machado (2015, 2014) e de Amossy (2011) devido à pertinência e à atualidade em tratar das imagens do escritor, de modo geral, e da co-construção de imagem autoral no momento específico da entrevista literária.

Para a metodologia de análise do corpus selecionado, o presente trabalho terá como referência a pesquisa de Miranda (2011) para análise qualitativa e interpretativa por meio da seleção de lexias e locuções lexicais, constituídas de sintagmas nominais e verbais que possam fornecer características da imagem do escritor. Serão também observados os recursos argumentativos-retóricos, com foco na analogia (Miranda, 2011) e nas técnicas de dissociação argumentativa. Para tanto, foram selecionados nas entrevistas os momentos em que o escritor fala de si mesmo, de seu trabalho, da influência de outros escritores e da relação de sua obra com outras artes.

Por se tratar de entrevistas orais, faz-se necessário a adoção das normas propostas pelo Projeto da Norma Urbana Culta (Núcleo São Paulo), conforme Miranda (2011). Apesar de se tratar de entrevistas em língua francesa, as normas propostas no NURC/SP possibilitam uma transcrição fiel dos áudios, bem como sua tradução para o português, que constará na análise deste artigo. Espera-se, ao fim deste artigo, melhor traçar tanto as relações entre Michel Butor e os escritores por ele admirados quanto as do próprio escritor com as outras artes.

2 A ARGUMENTAÇÃO EM ENTREVISTAS LITERÁRIAS

A argumentação, de acordo com Amossy, é “entendida como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário”, sendo possível “aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir” (Amossy, 2011, p. 130) tornando basilares a interação, o contexto, as relações de poder (sociais e hierárquicas) e as questões cognitivas na composição da dinâmica argumentativa.

FLP21(1)

Oliveira afirma que “a retórica, desde a antiguidade, está unida ao estudo da argumentação” e que corresponde ao “uso de habilidades verbais na construção de uma *trama* que alcança o outro com eloquência e eficácia” dando origem a “uma *rede*”, de modo que se pode considerar que “a argumentação utiliza-se de uma *trama* para levar o auditório à conclusão” de algo (Oliveira, 2016, p. 106-107, grifos da autora), sendo o *ethos* o fiador dessa *trama* e seu produto, a *rede*, a representação de mundo do enunciador (Maingueneau, 2001). A retórica, portanto, representa a base para a elaboração dessa *trama* argumentativa e para o exercício de fiá-la do *ethos*.

O papel desempenhado pela argumentação, elemento inerente à composição de um gênero discursivo, é de grande interesse da Análise do Discurso, que possibilita um trabalho profícuo na exploração do funcionamento de vários discursos muito específicos e diferentes entre si, como é o caso da entrevista com o escritor. A argumentação na entrevista literária, para Yanoshevsky (2014), age como uma maneira de tornar visível uma parcela da literatura e uma visão de mundo, sendo resultado da interação e do surgimento de um quadro que permite ao escritor produzir e inovar graças à presença e ao questionamento do entrevistador.

Para compreender melhor a argumentação, é necessário retomá-la em sua origem. Em *História das Teorias da Argumentação*, Breton e Gauthier (2001) traçam um panorama histórico das teorias argumentativas, destacando o fato de que os argumentos se desenvolvem em uma situação de inter-relação, possuindo uma finalidade persuasiva na busca pela adesão do interlocutor/auditório a uma crença ou a uma prática específicas. A argumentação retórica, renovada no século XX,

estabelece o quadro ideal das teorias da argumentação. A retórica antiga constitui uma reflexão global desde a invenção de um argumento até sua aceitação ou rejeição por um auditório, tendo por interesses as situações de comunicação da vida social, religiosa e política, tanto no âmbito público quanto no privado, sendo seu estatuto epistemológico o do verossímil e não o da verdade em si.

Em sua primeira fase, argumentação e retórica são sinônimos. A retórica, em seu período fundador (meados do séc. V a.C. a meados do séc. IV a.C.), baseia-se na arte de convencer e de persuadir determinado auditório, sendo indissociável da invenção da democracia e de suas instituições. O período de maturidade da retórica, entre os anos 329 a.C. e 323 a.C., deve-se à elaboração da obra homônima de Aristóteles, que marcou, no plano teórico, o desenvolvimento desse domínio até nossos dias, de modo a inspirar a cultura da argumentação desenvolvida durante a República e que perdurou até o início do Império Romano, tendo seu período de declínio iniciado ao final deste mesmo império e se estendido até meados do séc. XX (Breton; Gauthier, 2001).

O surgimento na França da obra *Tratado da argumentação – a Nova Retórica*, em 1958, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, estabelece que o argumento depende de uma racionalidade distinta da demonstração matemática e do racionalismo cartesiano, revelando-se como um esforço pela valorização da verossimilhança ao destacar a importância das opiniões em comparação aos fatos, agindo ainda como um contraponto ao êxito da demonstração proveniente das ciências exatas e experimentais e da filosofia da evidência. Ainda de acordo com Breton e Gauthier (2001), o tratado de Perelman e Olbrechts-Tyteca está inscrito na teoria aristotélica e destina-se a qualquer espécie de auditório, incluindo as deliberações de um indivíduo consigo mesmo. As entrevistas literárias, portanto, fazem parte do escopo proposto no tratado, tendo em vista seu direcionamento para uma ou mais audiências – a de leitores em geral e a de interessados especificamente em literatura francesa, por exemplo.

A teoria dos argumentos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) distingue ‘argumentação’, ‘argumento’ e ‘argumentar’. Para os autores, a ‘argumentação’ é entendida como técnica discursiva que possibilita a evocação ou o reforço à adesão dos sujeitos às teses que lhes são apresentadas. Já o ‘argumento’ é a figura do discurso que apresenta forma discernível por meio de uma estrutura particular. Para eles, uma figura se torna argumentativa quando seu uso, ao desencadear uma mudança de perspectiva, apresenta-se como condizente em relação à nova situação sugerida por essa mesma figura. Por fim, ‘argumentar’, segundo os teóricos, é preparar e apresentar uma tese ou uma opinião a partir de uma determinada forma.

A recepção de um argumento é feita em duas fases (Breton; Gauthier, 2001). A primeira corresponde à percepção clara da recepção do enunciado como sendo este um argumento, configurando-o como parte de um desvio próprio da língua. A segunda fase, por sua vez, refere-se ao desaparecimento da percepção inicial que distingue forma e fundo. No que diz respeito à análise das técnicas argumentativas, também em dois eixos principais, estuda-se primeiro os argumentos e a sua tipologia, dentro do próprio discurso e, em seguida, a situação de comunicação constituída pelo próprio ato de argumentar, tendo em vista o efeito do discurso no auditório a partir da relação de intenção do autor desse discurso.

FLP21(1)

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) destacam ainda as quatro grandes técnicas argumentativas, que servirão de base para o estudo aqui proposto: os argumentos quase-lógicos (o entimema em Aristóteles), construídos com base no modelo lógico ou matemático (se A acarreta B, e se B pressupõe C, então A pressupõe C); as técnicas de ligação (duas), que aproximam elementos distintos tanto pela ligação real existente entre eles quanto pela relação criada para a ocasião discursiva, em uma espécie de analogia; e as técnicas de dissociação, que separam e dissociam elementos inicialmente considerados como sendo partes de um todo.

Amossy ressalta que a análise argumentativa “leva em conta a maneira como o *logos*, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente” (2011, p. 134). Para o presente artigo, optou-se pela análise argumentativa do *ethos*, tendo em vista a particularidade da entrevista literária e o modo como esta possibilita a co-construção das imagens do autor.

As entrevistas, de modo geral, representam uma fonte importante de análise argumentativa por caracterizarem-se como canais abertos ao emprego das técnicas argumentativas descritas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e por possibilitarem à audiência a adesão ou a refutação dos argumentos ali inseridos. Na análise do corpus selecionado, será possível constatar a presença dessas técnicas argumentativas e o modo como elas interagem entre si dentro do discurso para constituírem o *ethos*, ou os *ethé* múltiplos por meio da co-construção da imagem do escritor francês Michel Butor. Percebe-se, a partir da discussão acerca da argumentação e da introdução das especificidades da entrevista literária, a necessidade de se apresentar um breve estudo do *ethos* antes da análise do corpus.

FLP21(1)

3 O ETHOSEM ENTREVISTAS LITERÁRIAS

A relação estabelecida na vida do ser humano, independente das variáveis às quais está sujeita (financeiras, intelectuais, habitacionais, familiares, dentre outras) é descrita por Bakhtin (2008) como o ciclo de *vida-crescimento-morte-renascimento*. O constituinte *crescimento* desse ciclo bakhtiniano pode ser entendido, nos discursos, como a junção dos fatores trabalho, ensinamentos e relações interpessoais, sendo esses três admitidos em suas mais variadas formas. As ligações que esses três fatores estabelecem com a produção linguageira estão, em graus variados, presentes nos discursos, o que possibilita a análise das imagens de si (o *ethos* ou os *ethé*) nas obras e nas entrevistas literárias.

Em *O contexto da obra literária*, Maingueneau pontua que a “retórica antiga compreendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferem implicitamente através de sua maneira de dizer: não o que dizem explicitamente sobre si próprios, mas a *personalidade que mostram através de sua maneira de se exprimir*” (2001, p. 137, grifos do autor). Amossy completa essa afirmação ao constatar que “os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”, sem se importarem com o grau de sinceridade que conferiam ao discurso proferido, tendo como objetivo apenas causar boa impressão por meio de “seu *jeito*” (2005, p. 10, grifo da autora). Desse modo, a eficácia do *ethos*

se relaciona ao modo como este envolve a enunciação, sendo, sobretudo, um mostrar-se através de sua maneira de se expressar.

As várias correntes da Análise do Discurso e da Pragmática, hoje, ao privilegiarem “o emprego do enunciado em situação e a força da palavra [...] reencontram a Retórica definida como a arte de persuadir. À maneira de Aristóteles, procuram compreender e explicar como o discurso se torna eficaz” (Amossy, 2005, p. 10). Portanto, é pertinente a ampliação da percepção de *ethos*, visto que, na retórica antiga, foi “conceitualizado para analisar os discursos dos oradores” (Maingueneau, 2001, p. 138). Para Maingueneau, é preciso

admitir que qualquer gênero de discurso escrito deve gerir sua relação com uma *vocalidade* fundamental. O texto está sempre relacionado a alguém, uma origem enunciativa, uma voz que atesta o seu dito. Levar em conta o etos de uma obra não implica que se volte aos pressupostos da retórica antiga, que se considere o escrito como o vestígio, o pálido reflexo de uma oralidade primeira. Trata-se antes de levar em consideração a maneira como a cenografia gere sua vocalidade, sua relação com a voz. (Maingueneau, 2001, p. 139, grifo do autor).

Ethos, portanto, implica “um policiamento tácito do corpo, uma maneira de habitar o espaço social” e, em relação aos escritores e artistas de modo geral, “constitui-se através de um conjunto de representações sociais do corpo ativo em múltiplos domínios” (Maingueneau, 2001, p. 139). Através da música, do cinema, da fotografia, da literatura, entre outros, circulam formas de se esquematizar o corpo, sejam elas valorizadoras ou desvalorizadoras, demonstrando a variedade de modos de presença no mundo. O *ethos* permite que a obra se corporifique para o co-enunciador, ou seja, ele molda a obra, dando a ela uma forma possível de habitar no mundo. O *ethos*, desse modo, “parece indissociável de uma ‘arte de viver’, de uma ‘maneira global de agir’” (Maingueneau, 2001, p. 147).

A construção de uma imagem de si é a peça de maior importância na retórica e possui forte vínculo com a enunciação, sendo as reformulações e os debates em torno da noção de *ethos* fruto dos resgates e dos abandonos que as ciências da linguagem estabelecem com Aristóteles (Amossy, 2005). A noção de *ethos* é entendida, ainda, como um articulador que recusa qualquer ruptura entre o texto e o corpo do enunciador, como também entre o mundo representado e a própria enunciação que o carrega, sendo sua qualidade remetida a de “um fiador, que através desse etos se proporciona uma identidade à medida do mundo que supostamente deve fazer surgir” (Maingueneau, 2001, p. 142).

Para Machado, “ao tomar a palavra para falar de si, o indivíduo se autoconstrói”, de modo que “a narrativa de vida ajuda *aquele-que-se-narra* a melhor se definir face ao *outro* pelo trabalho que empreende ao elaborar uma imagem de si que opere uma reunião de suas experiências passadas com seu percurso atual” (2014, p. 1130-1131, grifos da autora). Ou seja, a imagem de si do enunciador é constituída de experiências passadas (essencialmente memórias) unidas ao percurso atual de vida desse sujeito no momento da enunciação e em partilha com um outro enunciador. O enunciado ganha forma corpórea graças ao *ethos* e em função de seu co-enunciador, sendo que este, no caso da entrevista literária, é também co-criador desse *ethos* do escritor no momento da fala.

Vida e obra, apresentados por Bakhtin (2008) no início dessa discussão, ilustram claramente a percepção de Machado (2015, 2014) sobre as imagens de si, sendo para ela definidas como “narrativas de certos homens e mulheres com o fim de mostrar como essas vidas se mostram imbricadas na profissão, no trabalho e como um não prescinde do outro” (Machado, 2015, p. 85). Para a pesquisadora, a narrativa de vida é uma prática discursiva ampla e que surge de diversas formas, sem aviso prévio. Percebe-se, com isso, um certo estreitamento das imagens de si de grande importância para o presente estudo, pois há como foco central a busca pela narrativa de vida vinculada à profissão, transformando vida e obra numa só via, como exemplificadas pelo escritor Michel Butor em suas entrevistas literárias.

A narrativa de si, que é a própria imagem de si, o *ethos*, pode se apresentar de forma sutil e aparecer em um discurso por intermédio de uma palavra ou de um tom, de um modo de narrar, que age como um canal de acesso à memória ou ao passado do sujeito que se narra. Essa narrativa pode surgir tanto em entrevistas com objetivos específicos quanto em poemas, letras de música ou romances que se constroem ao estilo da autoficção (Machado, 2014). No caso da entrevista com objetivos específicos, “o estudo da entrevista [literária] mostra a co-construção da imagem de autor na dinâmica do diálogo” (Amossy, 2011, p. 139). Yanoshevsky ressalta que “não é simplesmente *uma só* imagem que é colocada em jogo na entrevista, mas uma *pluralidade de imagens*, visto que o entrevistado possui várias delas em função de seu caráter e de seu papel institucional” (2011, não paginado, grifos da autora). A entrevista literária é, portanto, dialógica, e

[...] nasce de uma negociação entre o entrevistador e o entrevistado, cada um levando a entrevista para o seu lado — o primeiro para *representar* o entrevistado e satisfazer a demanda dos leitores, o segundo com o objetivo de construir um *éthos* que lhe convém por motivos que vão da promoção da sua obra à correção da sua imagem preestabelecida. A entrevista constitui, desse modo, o resultado da confrontação da imagem discursiva com a imagem prévia do entrevistado, que é frequentemente esquemática e simplista, enquanto que a entrevista exhibe para o público as múltiplas e diversificadas facetas do autor. Além disso, a presença de outra consciência além da do escritor e sua contribuição é de uma importância inestimável. É graças à participação do entrevistador, graças ao diálogo que se estabelece entre ele e o escritor, que a entrevista é um lugar produtor de sentidos que oferece uma riqueza e uma complexidade — em particular em relação à imagem de si — que não se encontra em nenhum outro lugar. (Yanoshevsky, 2011, não paginado, grifo da autora).

FLP21(1)

É por meio da entrevista literária, de natureza dialógica, que o escritor co-constrói com o entrevistador imagens de si, de modo que estas podem ou não conter elementos de sua vida privada. No caso de Michel Butor, como será evidenciado a seguir, ao co-construir sua imagem com a entrevistadora, na segunda entrevista (2013), ele mescla sua própria narrativa de vida à imagem de si que ele constrói, ao incluir elementos bio-gráficos de seu fazer literário em seu enunciado (Maingueneau, 2001).

4 A CO-CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE MICHEL BUTOR: ENTRE O ESCRITOR E O FAZER LITERÁRIO

4.1 Michel Butor, o herdeiro de Proust

Em celebração ao cinquentenário da publicação do primeiro volume de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, a RTF organizou o especial *Proust aujourd'hui*, produzido por Robert Valette e Georges Gravier, com a participação de grandes nomes da literatura e da crítica literária da época. Na segunda emissão do especial, *La leçon de Marcel Proust selon Michel Butor*, de 10 de dezembro de 1963, o escritor fala sobre a influência que a leitura contínua da obra de Proust exerce em seu trabalho e em sua prática de leitura. Após uma curta apresentação do programa, o entrevistador, Robert Valette (identificado como E1 nas transcrições), expõe uma breve reflexão sobre o leitor de Proust e os efeitos de leitura de sua obra. Toda a entrevista terá como ponto de partida esta única pergunta do entrevistador, sendo o restante do tempo dedicado à resposta de Butor (identificado como MB1 nesta transcrição), sem interferências do entrevistador:

E1: o leitor de Proust:: tem o sentimento de entrar de cabeça no reino do espírito... desde as primeiras páginas do Tempo perdido:: um tipo de êxtase::... uma agonia extasiada o domi::na... é com confiança que ele se deixa conduzir::... a essa longa busca na qual se desenvolve continuamente::... a ampla doçura da paciência e da atenção... a obra de Proust::... a realização de seu ato de escritor:: deram origem a um ato talvez perfei::to... por seu próprio:: ato por sua necessidade de agir::... à sua própria maneira:: que lição o escritor extrai? para o próprio escritor... qual é a lição de Proust::? Michel Butor::...

FLP21(1)

É interessante observar as lexias por ele escolhidas como importantes. A maioria dentre elas relacionam-se diretamente a Proust e à sua obra: *Proust::, Tempo perdido::, tipo de êxtase::..., domi::na::..., a realização de seu ato de escritor:: deram origem a um ato talvez perfei::to...*. Os argumentos empregados conferem a Proust e à sua obra imagens bastante positivas e que representam um ideal que todo escritor busca atingir. As demais lexias representam um tipo de dependência entre os outros escritores e os feitos de Proust, por meio do uso de argumentos quase-lógicos: *por seu próprio:: ato por sua necessidade de agir::... à sua própria maneira::...*. Para que o escritor (A) consiga, ao seu modo, criar uma obra da mesma importância que *Em busca do tempo perdido* (C), ele precisa seguir os passos de Proust (B); não há atalhos na busca pela perfeição.

No que diz respeito ao entrevistado, não há qualquer apresentação sobre seus feitos literários; é apenas enunciado o seu nome, *Michel Butor::*. O *ethos* do escritor, criado pelo entrevistador, está diretamente vinculado ao *ethos* de leitor e ao do próprio Proust, por meio da técnica de ligação – aproximar elementos considerados diferentes através de uma relação criada durante o próprio ato argumentativo. A única regra da entrevista, implícita, portanto, é a de discorrer sobre a relação de leitura com a obra proustiana, ressaltando as lições aprendidas e apreendidas. Na época dessa entrevista, Butor já havia recebido os prêmios Fénéon e Renaudot, em 1957, e o Prix de la Critique Littéraire, em 1960, tendo sido muito aclamado pelo seu terceiro romance, *La Modification* (1957), o que parecem justificar a sua participação nesse especial, mas que não foram ditos pelo entrevistado.

A imagem que Butor cria de si mesmo é divergente da que o entrevistador projeta em sua pergunta, criando uma ruptura e uma tensão entre ambos os *ethé* presentes na entrevista por meio da técnica de dissociação entre seus argumentos e os do entrevistador.

MB1: para MIM a obra de Proust NÃO:: me dá... não me deu ao menos quando eu li esse contentamento extasia::do... eu me lembro muito bem que quando eu li pela primeira vez... Proust::... já faz alguns ANOS... eu tive certa dificuldade de entrar no interior desse mundo... porque:: há muitas coisas que são estranhas à minha experiência () TODA a parte do faubourg Saint-Germain... mundano... belle époque:: se preferir... da obra de Proust::... foram para mim obstáculos consideráveis... é:: SOMENTE... ao final de mil pá::ginas mais ou me::nos que eu comecei a achar ISSO interessan::te... e ao final de duas mil pá::ginas eu achei isso apaixonante... eu achei isso tão apaixonante que:: eu me DISPUS:: a estudá::la e... depois eu:: recomencei esse estudo algumas ve::zes então esses estudos me levaram a escrever um certo número de textos SOBRE a obra de Proust::... é certo que a partir do momento em que me dispus:: a REALMENTE:: achar que isso valia a pena de ser estuda::do... e BEM a obra de Proust teve para mim um ensinamento considerável... há uma QUANTIDADE de coisas que nunca teria FEITO... se Proust não tivesse existi::do... se eu não tivesse lido Proust... Proust foi certamente para mim um APOIO considerá::vel

Percebe-se, acima, uma espécie de chamado encontrado pelo escritor na obra de Proust, uma vocação enunciativa (Maingueneau, 2001). Ao partir do interesse pela obra por meio da leitura, o escritor se sente impelido a estudá-la mais sistematicamente. Por intermédio desses estudos, Butor torna-se aluno de Proust, sendo possível realizar feitos na literatura que, segundo ele, não seria possível sem a compreensão do *modus operandi* proustiano, que ele considera como ensinamentos adquiridos do escritor. Ele se sentiu “chamado a produzir literatura” (Maingueneau, 2001, p. 78) a partir da obra proustiana, na época desta entrevista. Ele vincula, portanto, seu fazer literário ao de Proust, tornando-se seu herdeiro dentro do novo romance francês. A ênfase dada às lexias *QUANTIDADE de coisas* e *APOIO* reforçam ainda mais os argumentos de Butor, de que ele foi ajudado diretamente por Proust e que sua produção literária está, portanto, relacionada a *Em busca do tempo perdido*, sendo possível partir desses argumentos para propor análises entre seus romances e o de Proust. Ele continua:

MB1: então para tentar evidenciar... as linhas principais desse ensinamento ISSO é algo de muito difícil::... há um primeiro ensinamento:: que É um ensinamento... eu diria::... um ensinamento técnico:: sobre o modo de fazer um li::vro... é que me levou a me interessar realmente na obra de Proust É:: seu caráter arquitetural... e esse caráter arquitetural ele só se evidencia MUITO LENTAMENTE::...

Novamente, vê-se a ênfase dada por Butor em algumas lexias muito significativas. No primeiro caso, a ênfase em *ISSO* retoma todos os argumentos ditos anteriormente — *então para tentar evidenciar... as linhas principais desse ensinamento* —, culminando no prolongamento de *difícil*::¹, o que ressalta a complexidade sentida por Butor em descrever a importância de Proust em sua vida por meio dos ensinamentos por ele aprendidos. Essa dificuldade de aproximação da obra proustiana inicialmente

¹ Do original em francês: *ÇA c'est quelque chose de très difficile::...*

por meio da leitura, apresentada no início da entrevista, persiste. Não é só a leitura da obra de Proust que apresenta obstáculos; pensar e dizer de sua importância enquanto escritor é também um desafio considerável, o que evidencia em Butor um *ethos* não só de aluno, mas de bom aluno, dedicado, compromissado com o próprio aprendizado e que respeita seu mestre, estando também apto a superar as próprias limitações diante de uma criação maior, como é o caso da obra de Proust para ele.

A técnica de prolongamento lexical como forma de dar visibilidade às lexias mais importantes substitui à de ênfase: *há um primeiro ensinamento:: que é um ensinamento... eu diria:: um ensinamento técnico:: sobre o modo de fazer um li::vro*², indicando um cuidado na escolha das lexias, tomando para si (*eu diria::*) os argumentos apresentados. O que se pode inferir do modo de apresentação desses argumentos é que *li::vro* apresenta para Butor o ponto central desse primeiro ensinamento. O domínio das técnicas de se fazer um livro, no caso um romance, não pode vir senão como ensinamento de Proust. De todas as lexias destacadas por Butor, *li::vro* é, portanto, a mais importante dentre elas por representar o objetivo primeiro e final de um escritor: a criação literária gera textos que se tornam livros.

Referindo-se diretamente à obra de Proust, Butor prossegue sua argumentação ao apresentar a arquitetura de *Em busca do tempo perdido* como um dos seus principais interesses no fazer literário proustiano: o caráter arquitetural da obra evidencia-se *MUITO LENTAMENTE::*, não sendo, portanto, possível uma compreensão e um maravilhamento imediatos da obra de Proust, como apresentados pelo entrevistador. Novamente, Butor transparece o conflito entre a imagem criada por ele e a apresentada pelo entrevistador por meio da técnica de dissociação.

MB1: Proust:: admirava muito Monet e há uma série de telas de Monet que particularmente o inspiraram:: É a série de telas sobre a catedral de Rouen:: ESSA IMAGEM da catedral ou do edifício que aparece pouco a pouco através de um nevoeiro:: essa imagem a gente a reencontra muito na Busca do tempo perdido:: e ao final naturalmente Proust comparará sua própria obra... a uma catedral em parte:: e também:: como vocês sabem:: a um vestido:: e bem evidentemente essa catedral que é a obra de Proust é uma catedral que aparece pouco a pouco na névoa:: é uma o::bra por consequência que exi::ge da parte do seu leitor um certo TEMPO... ela é lon::ga ela é fundamentalmente lon::ga porque:: é PRECISO absolutamente que o leitor se aproxime pouco a pouco diante desse edifício... é preciso por consequência que esse edifício seja escondido por alguma coisa:: escondido por uma névoa () dos primeiros momentos da leitura de Proust:: é pouco a pouco somente que a gente vê as LINHAS as MASSAS se ordenarem:: é a partir desse momento que:: realmente para mim houve um ensinamento considerável... um ensinamento em parte na arquitetu::ra nessa arquitetura IMEN::SA de uma complexidade maravilho::sa com todo tipo de esconderijo e de nicho:: todo tipo de detalhes que aparecem:: MAS uma lição também naturalmente no que eu posso chamar:: o efeito de névoa:: o FATO que a obra se descobre lentamente:: a obra de Proust:: é para ele mesmo um monumento que se descortina da névoa:: é pouco a POUCO que ele se dispõe a compreender ele mesmo:: um pouco... o que ele fazia e o que ele sentiu:: as dimensões e a importância do edifício que ele estava construindo::...

² Do original em francês: *il y a un premier enseignement:: qui EST un enseignement... je dirais::... un enseignement technique:: sur la façon de faire un li::vre...*

As ênfases corroboram para os prolongamentos³ nas demais lexias, por exemplo: o destaque em *Ê* reforça a inspiração de Proust pelo trabalho de Monet; *ESSA IMAGEM* retoma tanto a importância dessa inspiração quanto a presença dela na obra proustiana, bem como *as LINHAS as MASSAS* e *IMEN::SA*. Ao tratar especificamente do efeito de leitura gerado pela arquitetura da obra, Butor faz uso dos prolongamentos nas lexias que vieram da relação do romance de Proust com a série de Monet: *Proust::, inspiraram::, a série de telas sobre a catedral de Rouen::, do edifício que aparece pouco a pouco através de um nevoeiro::, aparece pouco a pouco na névoa::, é uma o::bra por consequência que exi::ge da parte de seu leitor, ela e lon::ga ela e fundamentalmente lon::ga, esse edifício seja escondido por alguma coisa::, de uma complexidade maravilho::sa, todo tipo de esconderijo e de nicho:: todo tipo de detalhes que aparecem::, efeito de névoa::, a obra se descobre lentamente::, um monumento que se descortina da névoa::*. A partir desses prolongamentos, Butor mostra a estrita relação entre a obra de Proust e a pintura impressionista de Monet.

MB1: então é certo que:: no modo de organizar um li::vro... e bem eu:: aprendi:: imensamente nos estudos de Proust:: e no modo também de fazer:: aparecer:: pouco a pouco alguma coisa:: um dos ensinamentos maiores para MIM para:: meu próprio trabalho da obra de Proust é que:: o efeito imediato de um li::vro é alguma coisa de completamente secundá::ria em relação:: ao lugar que ele vai adquirir pouco a pouco:: uma das coisas que:: Proust me ensinou:: na leitura mesmo que eu fiz:: é que:: uma obra dessa importância uma obra dessa dimensão:: a gente só apreende lentamente e:: que isso não é um acidente:: que é alguma coisa que essa LENTIDÃO essa dificuldade de aproximação dificuldade::... que pode ser delicio::sa... que essa dificuldade seria alguma coisa de absolutamente INDISPENSÁVEL se a gente quiser superar um certo nível

FLP21(1)

Para discursar sobre a influência de Proust em seu trabalho, Michel Butor destaca as lexias *MIM*, *LENTIDÃO* e *INDISPENSÁVEL*, empregando o prolongamento nas demais que corroboram para a compreensão de seus argumentos⁴: *no modo de organizar um li::vro, eu:: aprendi:: imensamente nos estudos de Proust::, e no modo também de fazer:: aparecer:: pouco a pouco alguma coisa::, para:: meu próprio trabalho, é que:: o efeito imediato de um li::vro é alguma coisa [...] secundá::ria em relação:: ao lugar que ele vai adquirir pouco a pouco::, uma obra dessa dimensão::, isso não é um acidente::, essa dificuldade de aproximação dificuldade::... que pode ser delicio::sa*. Compreende-se, nesses enunciados, o motivo de Butor ter incluído em sua fala anterior uma explicação mais completa da arquitetura da *Recherche* e de sua fonte, a série de quadros de Monet sobre a catedral de Rouen, datadas entre 1892 e 1894. Ao dar sequência e incluir o seu próprio fazer literário, ele ressalta que, por meio dos estudos que realizou sobre a obra de Proust, aprendeu a organizar e a estruturar um livro.

³ Do original em francês: *Proust::, inspiré::, la série de toiles sur la cathédrale de Rouen::, l'édifice qui apparaît peu à peu à travers un brouillard::, apparaît peu à peu dans la brume::, c'est une œu::vre qui exi::ge de la part de son lecteur, elle est lon::gue elle est fondamentalement lon::gue, cet édifice soit caché par quelque chose::, d'une complexité merveil::se, toute sorte de recoin et de niche:: toute sorte de détail qui apparaissent::, effet de brume::, l'œuvre se découvre lentement::, un monument qui se dégage de la brume::*.

⁴ Do original em francês: *dans la façon d'organiser un li::vre, j'ai:: énormément appris:: dans l'étude de Proust::, dans la façon aussi de faire:: apparaître:: peu à peu quelque chose::, pour:: mon propre travail, c'est que:: l'effet immédiat d'un li::vre est [...] secondai::re par rappor::t à la place qu'il va prendre peu à peu::, une œuvre de cette dimension::, ce n'est pas un accident::, difficulté d'approche difficulté::... qui peut être delicio::se*.

Assim como Proust compara sua obra a uma catedral, Butor compara o seu trabalho ao de edificação de uma construção. Esses argumentos por analogia ligam-se diretamente aos argumentos quase-lógicos, de tal forma que, como demonstrado por meio das lexias destacadas e prolongadas, eles sozinhos já trazem toda a lógica da argumentação e resumem o ato de argumentar butoriano. O *ethos* apresentado por Butor é de escritor-construtor, que utiliza da percepção de Proust sobre como deve ser um romance-catedral e das referências de edificação presentes em outras artes – nas telas de Monet, por exemplo – para forjar sua própria obra. Para apresentar esse *ethos* de escritor-construtor, Butor retoma a ideia presente em seus argumentos anteriores, de se apresentar como aprendiz esforçado e dedicado, que consegue, através de boas referências e de muito trabalho, edificar suas obras, opondo-se, por meio da técnica de dissociação, à imagem preestabelecida pelo entrevistador no início da entrevista. Percebe-se até aqui que, apesar de o escritor responder a uma única pergunta do entrevistador, todos os argumentos dissociativos por ele empregados respondem a essa única pergunta, que tem essa imagem criada de leitor ideal proustiano ressoando ao longo de toda a entrevista, evidenciando tanto o caráter dialógico da entrevista literária (Amossy, 2011) quanto a multiplicidade de imagens geradas no decorrer dela (Yanoshevsky, 2011). É por meio do falar de si, de sua experiência de leitura e de escritura, que Michel Butor se autoconstrói (Machado, 2014), sendo essa autoconstrução no momento da entrevista literária bastante maleável e aberta à contra-argumentação e às contribuições dos entrevistadores (apesar de isso só ocorrer na segunda entrevista). Em todo caso, percebe-se que há tanto uma fluidez na construção do *ethos* quanto seu caráter de processo construtivo, sendo resultado de toda uma trama argumentativa (Oliveira, 2016), que não pode ser apreendida de imediato pelo espectador. É somente ao fim de todo o quadro enunciativo da entrevista literária que a audiência conseguirá ter a dimensão geral das imagens co-construídas.

Retomando essa primeira entrevista, é necessário, ainda, destacar o ensinamento proustiano dentre os de maior relevância para a compreensão da obra de Michel Butor que o acompanha em toda sua carreira, também presente na segunda entrevista:

MB1: uma das coisas que a obra de Proust mais me trouxe é o papel que ele faz desempenhar as obras de arte:: PROUST ME ENSINOU MUITO SOBRE A MÚSICA SOBRE A PINTURA E:: SOBRE A LIGAÇÃO ABSOLUTAMENTE ESSENCIAL que essas duas atividades do espírito têm com essa terceira que é:: a literatu::ra⁵

Além do aprendizado sobre como fazer um livro, Butor herdou de Proust a possibilidade de se estabelecer relações entre literatura, pintura e música. A ênfase dada em toda a locução lexical *PROUST ME ENSINOU MUITO SOBRE A MÚSICA SOBRE A PINTURA E SOBRE A LIGAÇÃO ABSOLUTAMENTE ESSENCIAL* evidencia não só a importância dessa lição para a obra de Michel Butor, como também a amplitude que essa mesma ligação, por ele considerada como absolutamente essencial, guiará toda a sua trajetória enquanto escritor. Nota-se, ainda, o prolongamento dado em *PINTURA*,

⁵ Do original em francês: *une des choses qui dans l'œuvre de Proust m'a le plus apporté c'est le rôle qu'il fait jouer:: aux œuvres d'art:: PROUST M'A BEAUCOUP APPRIS SUR LA MUSIQUE SUR LA PEINTURE ET:: SUR LA LIAISON ABSOLUMENT ESSENTIELLE que ces deux activités de l'esprit ont avec cette troisième qui est:: la littérature::re.*

o que parece, dentro da frase, estabelecer uma hierarquia entre esta arte e a música, estando a pintura em primeiro plano, e na conjunção *E::* que destacará a ligação entre essas artes e a literatura. Os demais prolongamentos recaem sobre *o papel que ele faz desempenhar as obras de arte:: e que é:: a literatu::ra*, ambas relacionando-se diretamente à locução em que foi dada ênfase.

Apesar de a presença de Proust, ao longo da segunda entrevista, não passar de rápida citação sobre a leitura do romance proustiano – *Em busca do tempo perdido tem sua BOA EXTENSÃO* (Butor, 2013, não paginado) – em meio a vários outros nomes de autores que, ao longo dos anos serão também por ele estudados, é possível perceber a reverberação de vários pontos apresentados por ele nessa entrevista de 1963. O ponto central dela, principalmente se comparada à entrevista a seguir, é a constância tanto da apresentação das imagens de si do escritor quanto da manutenção de seu interesse por sempre buscar em suas obras essa ligação que ele considera absolutamente essencial entre literatura, pintura e música.

4.2 A imagem de Michel Butor cinquenta anos depois

Na segunda entrevista (03 de agosto de 2013), cinco décadas após a primeira, Michel Butor (identificado como MB2 nesta transcrição) é o convidado especial do programa de entrevistas literárias *À double titre*, apresentado pela jornalista Catherine Fruchon-Toussaint (identificada como E2). Diferentemente da primeira, o foco desta passa a ser toda a trajetória do escritor.

E2: BOM DIA MICHEL BUTOR

MB2: BOM DIA

E2: e para começar os nossos parabéns por esse GRANDE PRÊMIO DE LITERATURA que você acaba de receber da ACADÉMIE FRANÇAISE:... uma recompensa pelo conjunto de sua OBRA... e QUE OBRA... eu acredito que essa emissão *À double titre* não será suficiente para FALAR dela... na sua totalidade é preciso HORAS e como você nos FEZ a honra de estar aqui hoje nós vamos com você PERCORRER em sua memória:: e descobrir alguns títulos de cinema... de poesia de... música:: todas essas expressões artísticas que ALIMENTAM:: seu próprio trabalho:... trabalho:: ECLÉTICO () pois este ANO você publicou três O::BRAS E um DISCO em áreas bem diferentes um LIVRO DE ARTE intitulado *Une nuit sur le mont Chauve* com Miquel Barcelo para quem você compôs poemas... um ensaio *Conversation sur le temps* com Carlo Ossola... e um livro para crianças *Les trois châteaux*:: um triângulo literário publicado pelas edições la Différence:: aos quais é preciso incluir um DISCO DE JAZZ:... *Le long de la plage*::... com o pianista Marc Copland E eu cito APENAS os últimos lançamentos porque se eu incluo que suas *Œuvres Complètes* foram publicadas em DOZE VOLUMES:: pelas edições la Différence:: nossos ouvintes compreendem a DIMENSÃO da AMPLITUDE e da diversidade de seu trabalho de poeta... de ensaísta... de crítico... de romancista:... uma vida INTEIRAMENTE consagrada à arte e:: à escritura:... isso NÃO lhe dá vertigem... Michel Butor?

Para apresentar Michel Butor, E2 recorre à ênfase nas lexias que dizem respeito à produção literária do escritor: *GRANDE PRÊMIO DE LITERATURA que você acaba de receber da ACADÉMIE FRANÇAISE::... uma recompensa pelo conjunto de sua OBRA... e QUE OBRA...; eu acredito que essa emissão À double titre não será suficiente para FALAR dela... na sua totalidade é preciso HORAS; todas essas expressões artísticas que ALIMENTAM:: seu próprio trabalho::... trabalho:: ECLÉTICO () pois este ANO você publicou três O::BRAS E um DISCO em*

áreas bem diferente um LIVRO DE ARTE; é preciso incluir um DISCO DE JAZZ::...; E eu cito APENAS os últimos lançamentos; suas Œuvres Complètes foram publicadas em DOZE VOLUMES::; nossos ouvintes compreendem a DIMENSÃO da AMPLITUDE e da diversidade de seu trabalho; uma vida INTEIRAMENTE consagrada à arte e:: à escritura::... . Percebe-se que o argumento desenvolvido no início da entrevista busca nos feitos do escritor elementos para a argumentação da entrevistadora. É por meio do valor que se atribui aos atos apresentados de Butor que se incita a audiência a atribuir o mesmo valor ao próprio escritor. O recebimento do Grande Prêmio de Literatura da Académie Française, bem como toda a sua produção, podendo ainda se abranger para “tudo quanto pode ser considerado emanção da pessoa, sejam eles ações, modos de expressão, reações emotivas, cacoetes involuntários ou juízos” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 339) se integram à imagem do escritor criada pela entrevistadora e apresentada à audiência. Em outras palavras, a partir da enunciação de E2, Michel Butor torna-se sua própria obra por meio da teia argumentativa desenvolvida pela jornalista.

Entretanto, a pergunta da entrevistadora – *isso NÃO lhe dá vertigem... Michel Butor?* –, construída de forma bastante direcionada, parece contrariar a argumentação precedente, de associar a criação ao escritor. Ao utilizar de técnica dissociativa, entre tudo o que foi dito que o escritor criou e a suposição de que há um sentimento de síncope ao constatar sua própria criação, E2 introduz argumentos de dissociação do par aparência-realidade. Visando melhor delimitar a imagem do escritor por ela construída, ocorre a ênfase no elemento de negação *NÃO*, que evidencia o objetivo de apresentar uma imagem do escritor que seja real e não apenas criada com base nos atos de Butor por ela apresentados. A entrevistadora não considera possível que o escritor contemple a própria obra com encantamento e maravilhamento, orientando a pergunta para uma única sensação aceitável. No entanto, ela não o desqualifica enquanto escritor capaz de uma criação grandiosa quanto a dele e nem há como objetivo o de o constranger perante a audiência; ao contrário: ela busca valorizar o seu lado de homem comum (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), que trabalha muito – *uma vida INTEIRAMENTE consagrada à arte e:: à escritura::... –* e que não vê a própria obra como um dom, mas como resultado de décadas de dedicação.

Para responder a essa questão, Butor concorda com a entrevistadora e apresenta, como ocorre na primeira entrevista, seu *ethos* de escritor humilde diante de sua própria criação:

MB2: quando eu vejo:: o número de livros que eu publiquei:: isso me dá vertigem

E2: quantos exatamente?

MB2: isso é muito difícil de dizer... percebe? porque:: tem livros normais::... os livros que são publicados pelas editoras... impressos como esses livros que você acaba de falar e TAMBÉM tem OS LIVROS DE ARTISTA:: os livros de artista que são algumas vezes impressos:: que são algumas vezes manuscritos... algumas vezes REPRODUZIDOS a gente faz todo tipo de procedimentos:: e então desses eu fiz muitos

E2: mais de mil sem dúvida

MB2: mais de DOIS MIL

E2: MAIS DE DOIS MIL

MB2: isso isso... então ((riu)) evidentemente é difícil:: de:: ADMINISTRAR tudo:: isso... de ORGANIZAR tudo isso... de achar tudo isso na minha casa... então minha casa é cheia de livros:: ela é cheia dos livros DOS OUTROS sobretudo MAS ela é cheia também dos MEUS LIVROS... então os livros dos outros eu consigo encontrar porque eles estão bem organizados...

meus próprios livros:: eu tenho muita dificuldade de achar apesar de todo o meu esforço:: porque para os achar eu fiz um catálogo com meu computador:: então:: eu sei mais ou menos onde eu DEVO achar tal livro::

Ao falar da variedade e da quantidade de suas obras, Butor destaca as lexias por meio da ênfase e do prolongamento vocálico⁶: *TAMBÉM tem OS LIVROS DE ARTISTA:: os livros de artista que são algumas vezes impressos:: que são algumas vezes manuscritos... algumas vezes REPRODUZIDOS a gente faz todo tipo de procedimentos::*, diferenciando essa sua criação da que ele chama de *os livros que são publicados pelas editoras... impressos como esses livros que você acaba de falar*. Essa diferenciação não pressupõe uma hierarquização entre suas obras, mas ilustra tratar-se do que a própria entrevistadora denomina de *trabalho:: ECLÉTICO*⁷ no início da entrevista, que não foi por ela listado entre os feitos do escritor, sendo um elemento que ele considera importante em sua criação. Na sequência, ocorre ainda a ênfase nas lexias que correspondem ao número de livros de artista já produzidos por ele – *mais de DOIS MIL* – seguidas da enunciação da jornalista, que repete o enunciado de Butor expandindo a ênfase para o advérbio de quantidade – *MAIS DE DOIS MIL*.

Dando continuidade à entrevista, Butor, novamente, faz uso de ênfase em lexias que são importantes para a constituição do seu *ethos* de escritor. No enunciado *então ((riu)) evidentemente é difícil:: de:: ADMINISTRAR tudo:: isso... de ORGANIZAR tudo isso...*, percebe-se que o escritor destaca os verbos de ação para tratar da ordenação dos próprios livros, sendo essa ênfase relacionada aos prolongamentos⁸ em *difícil:: de:: e tudo:: isso...* que enquadram o primeiro verbo enfatizado. O escritor afirma *então minha casa é cheia de livros:: ela é cheia dos livros DOS OUTROS sobretudo MAS ela é cheia também dos MEUS LIVROS...*, destacando as lexias *DOS OUTROS*, *MAS* e *MEUS LIVROS*, o que cria uma certa oposição pela ênfase na conjunção de valor adversativo posta entre as duas demais lexias enfatizadas.

Ainda sobre a produção do escritor, a entrevistadora questiona se Butor não seria imbuído de uma compulsão por escrever:

E2: em todo caso eu me diverti fazendo uma pequena CONTA::... sabendo que:: por exemplo cada volume de suas Œuvres Complètes contém... mais ou menos:: mil e duzentas pá::ginas

MB2: sim

E2: então multiplicado por doze:: a gente se aproxima de QUINZE MIL PÁ::GINAS

MB2: SIM::

E2: você é GRAFOMANÍACO Michel Butor?

MB2: NÃO eu não posso dizer... eu não posso dizer... eu escrevi muito... mas... eu sempre tive dificuldade para escrever... é um ESFORÇO para mim:: não é fácil:: e eu trabalho muito meus textos::... então... eu preciso de TEMPO para fazer meus textos:: é por isso que:: eu fico admirado de ter conseguido escrever tanto porque eu não sei como eu fiz

E2 : você ainda se pergunta

⁶ Do original em francês: *PUIS il y a LES LIVRES D'ARTISTES:: les livres d'artistes qui sont quelquefois imprimés:: qui sont quelquefois manuscrits... quelques fois REPRODUITS on fait par toutes sortes de procédés::*

⁷ Do original em francês: *travail:: ÉCLECTIQUE*.

⁸ Do original em francês: *évidemment c'est difficile:: de:: GÉRER tout:: ça... .*

MB2: eu me pergunto... sim

Em resposta, Butor usará argumentos de dissociação para traçar uma imagem de si mais humanizada. Ao negar a suposição da entrevistadora, enfatizando o advérbio de negação, *NÃO eu não posso dizer*, bem como as lexias *é um ESFORÇO para mim::* e *eu preciso de TEMPO para fazer meus textos::*, ele evidencia que seu trabalho depende de dedicação e de muito comprometimento para ser concebido, sendo, portanto, uma atividade intelectual, ligada a um esforço mental, não correspondendo a uma atividade mecânica da mão e esvaziada de sentido, como seria o caso de uma possível grafomania. Esse é um momento de correção da própria imagem que Michel Butor realiza sobre a apresentação de si feita pela entrevistadora à audiência de seu programa (Yanoshevsky, 2011), ao que ela tentará corrigir sua pergunta com uma nova reformulação, que será novamente corrigida pelo escritor com argumentos de dissociação:

E2: eu... o que eu tento:: compreender é:: você sempre foi bulímico de escritura:: por exemplo?

MB2: bulímico de LEITURA:: sim... eu sempre li muito... e... eu tinha uma PROFISSÃO:: que CONVINHA a isso:: porque eu era professor:: e depois de um certo tempo professor de literatura francesa e:: eu tinha necessidade então de LER muito e de RELER muito e isso:: isso foi MUITO ÚTIL para mim:: de ser obrigado a RELER continuamente os clássicos... percebe? pessoas como Hugo::... Balzac::... Molière:: eu reli não sei quantas vezes... Montaigne... se eu não tivesse sido professor:: eu certamente não teria relido... TANTO... e depois... eu sou curioso e então eu tenho vontade de descobrir outras literaturas... eu tenho SEMPRE coisas para ler::

Para essa nova correção, Butor enfatiza e prolonga as lexias que mais elucidam a dissociação por ele pretendida: *bulímico de LEITURA:: sim...*; *eu tinha uma PROFISSÃO:: que CONVINHA a isso porque eu era professor::*; *eu tinha necessidade então de LER muito e de RELER muito e isso:: isso foi MUITO ÚTIL para mim:: de ser obrigado a RELER continuamente os clássicos...*; *pessoas como Hugo::... Balzac::... Molière:: eu reli não sei quantas vezes... Montaigne...*; *se eu não tivesse sido professor:: eu certamente não teria relido... TANTO...*; *eu tenho SEMPRE coisas para ler::*. A função de professor aliou-se à própria prática de leitura do escritor – *eu sempre li muito...* –, possibilitando um contato contínuo com os clássicos, por meio da leitura e da releitura constante exigidas pelos cursos de literatura francesa que lecionou aos longo de décadas.

Nessa resposta, o escritor destaca os clássicos de Hugo, Balzac, Molière e Montaigne. Para Maingueneau (2001, p. 31), “qualquer escritor se situa numa tribo escolhida, a dos escritores passados ou contemporâneos, conhecidos pessoalmente ou não, que coloca em seu panteão pessoal e cujo modo de vida e obras lhe permitem legitimar sua própria enunciação”. Os clássicos franceses legitimam, portanto, a obra de Michel Butor. Sendo ele leitor voraz e contínuo dos clássicos e tendo se empenhado em diversos estudos estilísticos sobre os cânones franceses, presentes nas séries *Répertoire* e *Improvisations*, Butor forma sua tribo composta de autores precedentes à sua geração, constituindo para si um panteão de peso e relevância literários. A leitura, ao contrário do que supõe a entrevistadora, ocupa lugar de destaque na vida do escritor, acima da própria escritura. O que Butor enfatiza é que ele escreve porque lê, e não o contrário.

O *ethos* de aprendiz, de aluno e de herdeiro dos clássicos tem sua origem no seu trabalho de professor. É graças também a esse ofício que Butor afirma, no filme *Michel Butor Mobile* (Coulibeuf, 2001) ter sido capaz de se libertar das exigências editoriais e de poder ter liberdade para sua criação literária. Para ele, apresentar seu *ethos* de escritor exige, antes, a apresentação da sua narrativa de vida, evidenciando como a sua vida e o seu trabalho representam uma unidade (Machado, 2015, 2014), bem como o seu ofício de professor moldou toda a sua trajetória de escritor e de ensaísta. A narrativa de vida de Butor é, portanto, o cerne da constituição dos seus *ethé*, visto ser por meio do falar de sua vida imbricada em suas profissões – na de professor de sua língua materna e posteriormente na de professor de literatura francesa – que ele se apresenta.

E2: então... é... lendo... e escrevendo... sim

MB2: então... as duas coisas são MUITO LIGADAS pra mim porque a leitura ALIMENTA a escritura... sim... o que eu escrevo é no INTERIOR de um mundo de leitu::ra... eu sei bem que eu não sou O PRIMEIRO a escrever em francês ((riu)) então eu intervenho... no interior de uma literatura que já é ENORME... então minha escritura:... se produz no interior de um mundo de leitu::ra e... minha escritura... o fato que eu escrevo me faz LER DE OUTRA FORMA... porque:: eu busco sempre como se faz... percebe? ESSES TEXTOS que me encantam:: eu tenho vontade de OS IMITAR... e... então eu tento compreender como isso funciona

O jogo de pergunta e resposta desta parte da entrevista, composto pela sequência acima, explicita a relação estabelecida entre leitura e escritura para Butor. Praticamente, toda a enunciação do escritor é representativa de que sua obra possui forte herança nas leituras realizadas das obras de outros escritores: *as duas coisas são MUITO LIGADAS pra mim porque a leitura ALIMENTA a escritura...; o que eu escrevo é no INTERIOR de um mundo de leitu::ra...; eu sei bem que eu não sou O PRIMEIRO a escrever em francês ((riu)) então eu intervenho... no interior de uma literatura que já é ENORME...*. Sua escritura é composta de suas leituras dentro da imensidão da literatura francesa. O processo de escrita butoriano é alimentado pela leitura – *ESSES TEXTOS que me encantam:: eu tenho vontade de OS IMITAR...*. O escritor tem consciência da sua posição dentro da literatura francesa, que nasce na leitura, sendo esta a fonte de alimento para se criar sua própria obra, partindo da compreensão do fazer literário dos escritores canonizados e que são por ele admirados. Há, portanto, a apresentação de uma imagem de si de lucidez e de honestidade ao explicitar de forma muito clara ser a sua escritura calcada na leitura e no estudo que realiza de outros autores. Percebe-se também a descontração do escritor e o modo humorado como lida com a tessitura desses argumentos, marcados pelo riso, o que também é um indício de seu *ethos* e uma manifestação de seu corpo.

E2: *Les poètes de sept ans*:: então... poema de Arthur Rimbaud... com você... Michel Butor... Rimbaud certamente um MODELO:: para o poeta que você é?

MB2: SIM... ele me impressionou muito... quando eu era jovem... eu ficava completamente SURPRESO que:: alguém jovem como eu:: pudesse fazer coisas assim/ tenha feito coisas assim... e... então depois disso para mim foi um modelo inacessível porque... eu NÃO entendia como conseguir fazer como ele:... e depois pouco a pouco o estudando... tentando entender como foi feito:: então... então eu pude O IMITAR DE OUTRA FORMA... percebe?

Após apresentar o poema de Arthur Rimbaud, E2 enfatiza a lexia *MODELO* para compor a pergunta ao escritor. Em resposta, Michel Butor enfatiza o advérbio de afirmação *SIM...*. Em seguida, será por meio de prolongamentos vocálicos e consonantais⁹ que a argumentação será construída, dando ênfase nas lexias mais significativas: *eu ficava completamente SURPRESO que:: alguém jovem como eu:: pudesse fazer coisas assim/ tenha feito coisas assim...; para mim foi um modelo inacessível porque... eu NÃO entendia como conseguir fazer como ele::...; e depois pouco a pouco o estudando... tentando entender como foi feito:: então... então eu pude O IMITAR DE OUTRA FORMA...*. Butor parte da surpresa pela poética de Rimbaud, passando pela incompreensão de como este outro jovem poeta fez o que fez, chegando no estudo desta poética que o surpreendeu para, por fim, ser capaz de *O IMITAR DE OUTRA FORMA...*. Evidencia-se, nesta enunciação, o rito genético de Michel Butor, visto que “a criação supõe, com efeito, a invenção de ritos genéticos específicos, de um modo de vida capaz de tornar possível uma obra singular” (Maingueneau, 2001, p. 48).

Na sequência da entrevista, E2 questiona a prática literária apresentada pelo escritor, estabelecendo o que pode ser considerada uma diretriz a ser seguida para se produzir uma literatura de qualidade. A ênfase dada nas mesmas lexias empregadas pelo escritor agem como forma de contestação e de julgamento de E2 do que foi dito por ele sobre seu método de escrita:

E2: mas COMPREENDER:: reproduzir::... IMITAR... isso não:: é suficiente para fazer a qualidade literária

MB2: NÃO... é preciso:: conseguir fazer ainda OUTRA COISA porque a qualidade:: literária é sempre a/ é sempre a novidade:: porque nós temos uma quantidade de coisas que já ESTÃO AQUI:: então não vale a pena/ NÃO VALE A PENA TENTAR FAZER A MESMA COISA... de qualquer maneira a gente não consegue... é sempre/ é sempre pior:: as imitações... então é preciso::... estudar... estudando:: tudo isso e bem tentar fazer melhor

FLP21(1)

Novamente, Michel Butor corrige a imagem de si projetada na entrevista pela jornalista (a partir de argumentos de dissociação) e a confusão que suas argumentações anteriores podem ter transmitido ao tratar da imitação. Percebe-se acima o efeito dos truncamentos em sua fala, que culminam com a ênfase em toda a locução após o penúltimo truncamento: *porque a qualidade:: literária é sempre a/ é sempre a novidade::; então não vale a pena/ NÃO VALE A PENA TENTAR FAZER A MESMA COISA...; é sempre/ é sempre pior:: as imitações...*. Esse aparente eco gerado pelos truncamentos no discurso podem ser tanto resultado de uma ação da mente, que tenta recorrer ao que foi dito para corrigir a fala anterior sem entrar em contradição, como também de um cuidado e de uma atenção maiores para esclarecer pontos que ficaram soltos em seus argumentos anteriores. Por fim, ele esclarece seu processo de criação ao explicitar que este: (I.) nasce na leitura; (II.) seguida do estudo do funcionamento das obras que admira e; por fim, (III.) dando origem a uma criação hereditária desses outros autores; (IV.) mas que tenta dar um passo além, almejando assim a novidade e a qualidade literárias.

⁹ Do original em francês: *j'étais tout à fait::... SURPRIS que:: quelqu'un d'aussi jeune que moi:: puisse faire des choses comme ça...; pour moi c'était un modèle inaccessible:: parce que... je comprenais PAS comment arriver à faire comme lui::...; et puis peu à peu en l'étudiant::... en essayant de comprendre comment c'était fait:: alors... donc j'ai pu L'IMITER:: AUTREMENT...*

A entrevistadora apresenta à audiência um fato do escritor não explicitado por ele até o momento, mas de grande importância para compreender as cinco décadas que separam a primeira dessa segunda entrevista:

E2: é preciso ainda relembrar:... que de uma certa forma a poesia tomou o lugar do romance no seu trabalho depois de você ter publicado QUATRO ROMANCES

MB2: SIM

E2: () e desde então:: STOP... não mais ficção... lugar a uma outra escritura:: e para explicar essa ruptura você disse DUAS COISAS:: APAIXONANTES “não fui eu quem deixou o romance... foi o romance que me deixou” primeiramente... e “o romance não é mais uma forma de atualidade diante dos novos modos de comunicação”... você poderia desenvolver isso... por favor... Michel Butor?

MB2: evidentemente é bem paradoxal porque se escreve uma grande quantidade de romances:: () nunca publica::mos tanto... então o que eu quero dizer é que as pessoas OS LEEM:: de qualquer jeito... há inclusive muitas pessoas que leem romances:: e... é um pouco forte de dizer “o romance é um/ uma forma morta”

E2: e é isso que você disse... você

MB2: mas é isso que eu disse... é... porque é o sentimento que eu tenho:... o romance é uma forma absolutamente APAIXONANTE:... eu TRABALHEI:: MUITO:: com o ROMANCE... com OS GRANDES ROMANCES:... CLÁSSICOS NATURALMENTE... eu dei muitos CURSOS:: SOBRE Balzac:: Stendhal:: etcetera... eles fizeram um certo número de coisas COMPLETAMENTE MAGNÍFICAS... E HOJE... NÓS TEMOS OUTRAS NECESSIDADES... ENTÃO É POSSÍVEL SEMPRE TENTAR REFAZER DE TODA FORMA DE TODO JEITO O QUE ELES JÁ FIZERAM mais não é o mais interessante

Acima, o próprio escritor começa a explicitar o que ele entende por imitar e por buscar renovar na literatura através de fatos biográficos de sua vida, apresentados pela entrevistadora. Antes, porém, ele trata de uma afirmação feita pela jornalista, *de uma certa forma a poesia tomou o lugar do romance no seu trabalho*. Para elucidar a ruptura do escritor com o romance, E2 enuncia da seguinte forma as falas do escritor em outros momentos que não explicita, dando ênfase ao tempo de ruptura do escritor com o romance – que é o mesmo entre a primeira e esta segunda entrevista, ou seja, 50 anos desde a publicação do último romance pelo escritor – e ao modo como ela própria apreende essas falas: *e para explicar essa ruptura você disse DUAS COISAS:: APAIXONANTES*. O próprio escritor considera paradoxal essas duas afirmações precedentes que a jornalista apresenta para constituir seu *ethos*, sem portanto negar ou se desdizer, avaliando o tom que empregou nessas passagens como fortes, ao que ela reage ao constatar que, apesar de fortes, foi exatamente o que o escritor disse, *e é isso que você disse... você*, o que ele não nega, *mas é isso que eu disse... é... porque é o sentimento que eu tenho:...* . Para corrigir algum possível engano dessas falas precedentes, o escritor irá enfatizar as lexias que corroboram para o seu gosto pelo romance e para seus sentimentos: *o romance é uma forma absolutamente APAIXONANTE:...; eu TRABALHEI:: MUITO:: com o ROMANCE... com OS GRANDES ROMANCES:... CLÁSSICOS NATURALMENTE...; eu dei muitos CURSOS:: SOBRE Balzac:: Stendhal:: etcetera...; eles fizeram um certo número de coisas COMPLETAMENTE MAGNÍFICAS...*, o que corrobora com os diversos estudos que Butor realizou sobre os romances clássicos franceses presentes em suas obras completas. Após argumentar a favor do romance, Butor emprega a ênfase em argumentos que possam ilustrar a sua ruptura com essa forma literária e com o motivo de sua escolha: *E HOJE... NÓS TEMOS OUTRAS NECESSIDADES... ENTÃO É*

FLP21(1)

POSSÍVEL SEMPRE TENTAR REFAZER DE TODA FORMA DE TODO JEITO O QUE ELES JÁ FIZERAM *mais não é o mais interessante.*

Outro ponto de grande importância para a compreensão do *ethos* nas entrevistas literárias deve-se às falas passadas do escritor trazidas para a cena enunciativa pela jornalista. Muito além de um mostrar-se através de sua maneira de se expressar (Amossy, 2005), o *ethos* autoral é construído também por enunciados com os quais ele não se identifica mais, mas que, ao entrarem na cena enunciativa, compõem a trama argumentativa que leva a audiência a ter uma imagem do escritor que, inclusive, foge ao controle autoral. A fluidez da entrevista literária, já apresentada anteriormente, é também resultado dos atravessamentos argumentativos e da própria narrativa de vida do escritor, que na entrevista literária não é o único apto a falar e a apresentar ao público a imagem do entrevistado. A entrevista literária é, portanto, conflituosa e ao mesmo tempo pacificadora, pois tende sempre a buscar estabelecer um equilíbrio entre os argumentos apresentados por ambos. Mas é tanto por meio desse equilíbrio quanto por intermédio dessas tensões apresentadas que o *ethos* autoral será forjado. Uma vez os argumentos apresentados, qualquer que seja o posicionamento do escritor, aqueles enunciados comporão sua imagem autoral.

Por fim, nessa segunda entrevista a relação de Michel Butor com as outras artes também será tratada, mas desta vez partirá da entrevistadora a construção da imagem de Butor em meio às parcerias de trabalho com outros artistas:

E2: Michel Butor como você compôs textos:: para esse novo álbum... eu tenho realmente a impressão que trabalhar com os outros... sejam eles músicos... pintores... ou artistas em geral:: isso lhe agrada muito mais que trabalhar... sozinho:: como se as outras expressões:: regenerassem seu estilo

MB2: mas certamente... os outros:: ME TRAZEM MUITO:: e... quando eu trabalho com os artistas:: SEJAM ELES PINTORES OU MÚSICOS... eu consigo dizer coisas que eu jamais diria sem eles... percebe? isso é... esse diálogo entre piano e:: texto::... é um texto que eu escrevi PARA ELE:: para Marc Copland... um pianista... realmente notável... então eu escrevi... para ele porque:: eu sentia que ele iria responder:: a isso... que isso lhe daria ideias a ele... e então eu fiz isso para ele... ()

E2: SIM... eu vejo você sorrir::

[

MB2: SIM SIM

E2: cheio de alegria e de contentamento desse exercício

O sentimento de completude no fazer literário/artístico de Michel Butor vem da relação que ele estabelece entre literatura, pintura e música e das parcerias com artistas desses outros fazeres artísticos. Na primeira entrevista, ele enuncia que o seu contentamento com a obra de Proust vem da *LIGAÇÃO ABSOLUTAMENTE ESSENCIAL que essas duas atividades do espírito têm com essa terceira que é:: a literatu::ra*. Vê-se acima as ênfases empregadas por Butor para destacar sua relação com as parcerias com outros artistas: *os outros:: ME TRAZEM MUITO:: e... quando eu trabalho com os artistas:: SEJAM ELES PINTORES OU MÚSICOS... eu consigo dizer coisas que eu jamais diria sem eles... .*

Ao falar da parceria com Marc Copland, para a obra *Le long de la plage*, a ênfase *PARA ELE::* destaca a própria produção butoriana pensada para compor uma parceria: *esse diálogo entre piano e:: texto::... é um texto que eu escrevi PARA ELE:: para Marc Copland... um pianista... realmente notável... então eu escrevi... para ele porque:: eu sentia que ele*

iria responder:: a isso... que isso lhe daria ideias a ele... . Essa descrição de seu processo criativo pela parceria artística é de fundamental importância para a compreensão de sua obra, pois é uma obra que estabelece em sua gênese o diálogo entre texto e música, no caso dessa em específico, ou seja, trata-se de uma parceria que em sua origem estabelece a comunhão entre as artes, os diferentes domínios das expressões artísticas, transpassando a barreira que existe entre música, pintura e literatura. Michel Butor busca sempre o limiar entre as artes. Por conta disso, seu *ethos* autoral é composto também dessa comunhão, dessa troca com outros artistas.

A fala pausada do escritor, que trata do diálogo do piano e do texto, essenciais para se pensar esta pesquisa, é elucidada pela entrevistadora ao descrever a emoção que ele sente ao enunciar essas palavras, só perceptíveis aos espectadores quando ditas por E2: *SIM... eu vejo você sorrir::, cheio de alegria e de contentamento desse exercício*. Retomando Maingueneau, sobre como a noção de *ethos* recusa qualquer ruptura entre o texto e o corpo do enunciador (2001), deve-se à entrevistadora a presença do corpo do escritor na entrevista, que faz emergir para a audiência de seu programa o modo sorridente com o qual o escritor enuncia seu discurso.

Em resposta à constatação da jornalista, que pontua a felicidade de Butor ao falar da parceria com o músico Marc Copland, e ainda sobre a relação do escritor com as artes, para finalizar a entrevista, o escritor aproveita para trazer um fato biográfico de grande importância, também usando de pausa como recurso para destacar sua enunciação:

MB2: SIM SIM SIM... eu gosto muito... eu gosto muito de trabalhar com músicos... eu gosto muito de trabalhar com pintores e eu gosto muito de trabalhar com músicos... quando eu tinha VINTE ANOS... eu tinha vontade de ser músico e eu tinha vontade de ser pintor:... e:: entre os dois:: eu fiz literatura:... é isso... mas na minha literatura há sempre uma nostalgia da pintura e uma nostalgia da música... então quando eu trabalho com pintores... eu tenho a impressão de me tornar um pintor e quando eu trabalho com músicos... eu me torno um músico e eu sou feliz

FLP21(1)

A ênfase e os prolongamentos vocálicos e consonantais¹⁰ empregados pelo escritor, bem como as pausas, destacam a decisão que tomou em sua vida profissional ainda jovem. Michel Butor nutria o desejo de ser também pintor, sendo a sua outra opção a música. Ao invés de uma delas, ele escolheu a literatura: *quando eu tinha VINTE ANOS... eu tinha vontade de ser músico e eu tinha vontade de ser pintor:... e:: entre os dois:: eu fiz literatura:... é isso...* . O escritor novamente reforça os argumentos anteriores de contentamento e de felicidade provenientes do trabalho de parceria – *então quando eu trabalho com pintores... eu tenho a impressão de me tornar um pintor e quando eu trabalho com músicos... eu me torno um músico e eu sou feliz* –, sendo a sua própria literatura o lugar de encontro entre música e pintura: *na minha literatura há sempre uma nostalgia da pintura e uma nostalgia da música...* . Esses enunciados finais do escritor corroboram com toda a trama argumentativa apresentada na entrevista, representando o ponto de conclusão e de harmonização das tensões geradas na co-construção de sua imagem autoral.

¹⁰ Do original em francês: *quand j'avais VINGT ANS... j'avais envie de faire de la musique et j'avais envie de faire de la peinture:... et:: entre les deux:: j'ai fait de la littérature:... voilà...* .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Butor, romancista, ensaísta literário, crítico de arte e poeta, foi um dos grandes nomes da literatura francesa no século XX e no início do século XXI, vinculando-se aos grandes nomes da literatura clássica francesa, como Proust, Hugo, Balzac, Molière, Montaigne e Rimbaud. Sua produção monumental é repleta de livros de artista e de parcerias artísticas com pintores e músicos, o que faz de sua obra um grande desafio de pesquisa e a transforma em uma fonte quase inesgotável de possibilidades de análise, tanto linguístico-discursivas quanto literárias.

Na primeira entrevista, as imagens se co-constroem como uma reação do escritor à única pergunta enunciada pelo entrevistador, que vincula, por meio da técnica argumentativa de ligação, o *ethos* de Michel Butor aos *ethé* do próprio Proust e ao de seu leitor ideal, que só encontra no romance proustiano contentamento, êxtase e maravilhamento. A partir dos argumentos de dissociação, Butor apresenta seus *ethé* de: leitor e estudioso esforçado, apto a superar as próprias dificuldades em prol da literatura; aluno dedicado e humilde perante seu mestre (apesar de na época já ser um escritor aclamado tanto pelo público quanto pela crítica); escritor-construtor, que aprendeu com Proust a erigir um livro.

Já na segunda entrevista, a imagem do escritor é co-construída tanto por meio de elementos de dissociação argumentativa quanto por analogia e ligação argumentativas. O espaço de co-construção imagética é, portanto, de grande importância justamente pela constante presença da entrevistadora, que traz para a cena enunciativa diversas informações do escritor que não estariam presentes na entrevista se não fossem por ela. A entrevistadora, inicialmente, apresenta o *ethos* do escritor vinculado ao valor atribuído aos seus atos (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), buscando imediatamente corrigir a imagem por ela criada do escritor ao introduzir argumentos de dissociação do par aparência-realidade. Percebe que há por parte da E2 o objetivo de melhor apresentar o escritor à audiência do programa, fazendo com que o *ethos* de Michel Butor não seja só o da verossimilhança, mas o da verdade em si – evidenciando uma grande diferença entre a argumentação retórica (Breton; Gauthier, 2001) e a argumentação presente nas entrevistas literárias. Butor apresenta seu *ethos* em conformidade, em grande parte, ao que E2 constitui dele, por meio da confirmação dos elementos argumentativos de ligação apresentados por E2. É co-construído o *ethos* de escritor humilde diante de sua própria criação por ambos os sujeitos discursivos, sendo este ressaltando pelo *ethos* de trabalhador dedicado e de escritor profícuo. Destaca-se na segunda entrevista a constituição em cadeia cíclica dos *ethé*: o *ethos* de escritor liga-se ao *ethos* de professor, que se liga ao *ethos* de leitor, dando este origem ao *ethos* de estudioso e de pesquisador e, por fim, fechando o ciclo no *ethos* de escritor, que busca por meio dos estudos dos cânones inovar na literatura francesa. Há ainda a presença do corpo na construção do *ethos* (Maingueneau, 2001) por meio dos risos, anotados no momento da transcrição, e dos sorrisos do escritor, indicados por E2, bem como do tom utilizado na enunciação (Machado, 2014), todos de grande importância para estabelecer a imagem do escritor.

A partir da análise de ambas as entrevistas literárias de Michel Butor, ficou evidente a imagem do escritor, seu *ethos* de escritor de fronteira – entre literatura, pintura e música –, de leitor e de estudioso dos clássicos por ele admirados da literatura francesa. O seu fazer literário é por ele traçado partindo da leitura,

passando em seguida pelo estudo das obras lidas e, num terceiro momento, pela criação baseada nas técnicas dos escritores por ele admirados, em uma busca por tentar fazer algo inovador e que represente a sua identidade na literatura francesa. Essa identidade literária é composta também de parcerias com outros artistas – músicos, pintores, ilustradores –, sendo por meio desses trabalhos que Butor encontra o que chama de felicidade e de completude em sua prática literária. É, portanto, essencial trazer à luz tanto as falas dos entrevistadores quanto as do entrevistado, visto que são as primeiras que orientam toda a argumentação, ou a contra-argumentação, do escritor. Por serem momentos ímpares de co-construção da imagem do autor, e graças às particularidades das entrevistas literárias e da constituição do *ethos* autoral nessa situação de comunicação, esse modelo de entrevistas possibilita análises ricas e de grande importância para os Estudos Literários e para a própria Análise do Discurso, por meio da Teoria da Argumentação como base de análise do *ethos* autoral.

Ressalta-se, ainda, que houve tanto mudança quanto manutenção do *ethos* de Michel Butor entre as duas entrevistas literárias. A mudança deve-se, sobretudo, à sua ruptura com o romance, como bem lembrado pela jornalista na segunda entrevista. Ele não enuncia, no decorrer dessa entrevista, os ensinamentos aprendidos tanto da obra de Proust quanto dos outros escritores que cita no que se refere ao romance; no entanto, ao contrastar a primeira e a segunda entrevistas, é possível observar que muito do que o escritor afirmou ter aprendido com Proust o acompanhou nesses cinquenta anos de produção literária. Os *ethé* de Michel Butor co-construídos mantêm a mesma essência na entrevista de 2013: de humildade, de reconhecimento do passado literário francês, de respeito aos cânones, de escrita baseada na leitura e no estudo dos clássicos franceses, de narrativa de vida imbricada na profissão (Machado, 2015). O trabalho de parceria com outros artistas é um elemento novo que surge na segunda entrevista, mas de total comunhão com a herança proustiana por ele destacada em 1963 e com os passos de seu fazer literário descritos em 2013. Na segunda entrevista, Michel Butor diz se sentir feliz e realizado quando trabalha em parcerias com músicos e pintores, retomando o vínculo entre literatura, pintura e música que ele aprendeu como lição em Proust, apropriando-se dessa herança e transformando-a ao longo dessas cinco décadas, sempre renovando e relacionando a literatura do século XXI às novas formas de se apresentar o texto, para além do romance.

REFERÊNCIAS

- Amossy R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Piris EL, Ferreira MO, tradutores. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. 2011;1:129-144.
- Amossy R. organizadora. Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*. Cruz DF da, Komesu F, Possenti S, tradutores. São Paulo: Contexto; 2005.
- Bakhtin M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais. Vieira YF, tradutora. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB; 2008.
- Breton P, Gauthier G. História das Teorias da Argumentação. Carvalho M, tradutora. Lisboa: Editorial Bizâncio; 2001.

Butor M, Fruchon-Toussaint C. À double titre: Michel Butor [programa de rádio]. Paris, Radio France Internationale, 03 ago. 2013. [citado 12 nov. 2018]. Disponível em <https://savoirs.rfi.fr/br/apprendre-enseigner/culture/michel-butor>.

Butor M, Gravier G, Vallette R. Proust aujourd'hui: La leçon de Marcel Proust selon Michel Butor [programa de rádio]. Paris, Radiodiffusion Télévision Française, 10 dez. 1963. [citado 12 nov. 2018]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tLK0CeHO-ow&t=232s>.

Coulibeuf P. Michel Butor Mobile [filme cinematográfico]. Paris: Ministère des Affaires Étrangères; 2001. 1 DVD; 61min.

Machado IL. O prefácio visto como uma prática discursiva em que diferentes vidas e obras se entrecruzam. *Estudos Linguísticos*. 2014;43(3):1129-1139.

Machado IL. Percursos de vida que se entremeiam a percursos teóricos. In: Santos S, Menezes W, organizadores. *Discurso, Identidade, Memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica; 2015. p. 83-96.

Machado IL. Um encontro entre poesia, análise do discurso e narrativa de vida. *PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG*. 2016;6:32-43.

Machado IL. Uma analista do discurso face aos ditos de dois políticos: narrativas de vida que se entrecruzam. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. 2012;3:68-81.

Machado IL. A 'narrativa de si' e a ironia: um estudo de caso à Luz da Análise do Discurso. *Cadernos Discursivos*. 2013;1(1):1-16.

Maingueneau D. O contexto da obra literária. São Paulo: Martins Fontes; 2001.

Mello RA. Flaubert, Madame Bovary e Emma Bovary: ecos de ethos [dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2012.

Mello RA. O universo flaubertiano e a pathemização especular [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais; 2016.

Miranda DS. Discurso Jurídico: constituição do ethos e orientação argumentativa [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2011.

Oliveira RR. Uma outra face feminina: retórica, argumentação e ethos em entrevistas de Hilda Hilst. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. 2016;11:103-116.

Perelman C, Olbrechts-Tyteca L. Tratado da argumentação – a Nova Retórica. 2ª edição em português. Galvão ME de AP, tradutora. São Paulo: Martins Fontes; 2005.

Perugini GPD. Déconstruction et reconstruction chez Michel Butor et Alain Robbe-Grillet: contribution du nouveau roman à l'imaginaire social des Trente glorieuses (1946-1975) [tese]. Lille/São Paulo: École Doctorale Sciences de l'Homme et de la Société/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Université Charles de Gaulle – Lille III/Universidade de São Paulo; 2015.

Prado DS. A recepção do 'novo romance' no 'Suplemento literário' do jornal O Estado de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2006.

Yanoshevsky G. A co-construção da imagem do autor: o caso da entrevista literária. In: Emediato V, Lara GMP. *Análises do Discurso Hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2011. Vol. 4. Não paginado.

Yanoshevsky G. L'entretien littéraire – un objet privilégié pour l'analyse du discours? *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne]. 2014;12: não paginado. [citado 20 nov. 2018]. Disponível em <http://aad.revues.org/1726>.

FLP21(1)